

MÁRCIA LUZIA ROSSI RAVAZOLI

**A EXPANSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ E NA
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, ANTES E DEPOIS DA
IMPLANTAÇÃO DO REUNI (PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE
REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS).**

**CURITIBA
2011**

MÁRCIA LUZIA ROSSI RAVAZOLI

**A EXPANSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ E NA
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, ANTES E DEPOIS DA
IMPLANTAÇÃO DO REUNI (PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE
REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS).**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação, Linha de Políticas e Gestão da Educação, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Regina Maria Michelotto.

**CURITIBA
2011**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



PARECER

Defesa de Dissertação de **MARCIA LUZIA ROSSI RAVAZOLI** para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO. Os abaixo-assinados, DRª REGINA MARIA MICHELOTTO (Presidente) DRª MARIA AMÉLIA SABBAG ZAINKO e DR. MARCOS FLÁVIO DE OLIVEIRA SCHIEFLER FILHO arguiram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: "**A EXPANSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ E NA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, ANTES E DEPOIS DA IMPLANTAÇÃO DO REUNI (PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS)**".

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
DRª REGINA MARIA MICHELOTTO		aprovada
DRª MARIA AMÉLIA SABBAG ZAINKO		Aprovada
DR. MARCOS FLÁVIO DE OLIVEIRA SCHIEFLER FILHO		APROVADA

Curitiba, 18 de fevereiro de 2011.

Prof. Dr. Paulo Vinícius Baptista da Silva
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação

Prof. Dr. Paulo Vinícius Baptista da Silva
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação
Matr.: 13649

**Aos meus pais, Olinda e João Rossi.
Ao meu marido Gilberto Ravazoli
e a todos aqueles que acreditaram em mim.
Aqui, mais um sonho realizado!**

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e bênçãos recebidas.

À Professora Regina Michelotto, por ter acreditado em meu potencial e por caminhar ao meu lado, ensinando-me os saberes científicos bem como os saberes da vida.

À Professora Maria Amélia Zainko, por todo auxílio no levantamento de dados e por possibilitar a participação da autora no Observatório da Educação Superior.

Ao Diretor-Geral da UTFPR, Professor Marcos Flávio Oliveira Schiefler Filho, pela participação na Banca de Qualificação e suas contribuições valiosas para o desenvolvimento e enriquecimento desta pesquisa.

À Professora Jussara Maria Puglielli, por tudo que me ensinou.

Ao responsável pelo REUNI na UFPR, Adriano do Rosário Ribeiro, por disponibilizar os documentos e as informações que foram necessárias para esta pesquisa.

À Pró-Reitora de Assuntos Estudantis, Rita de Cássia Lopes, pela rica entrevista concedida.

Ao senhor Cion Cassiano Basso, assessor de desenvolvimento acadêmico da UTFPR, por disponibilizar os documentos REUNI da instituição.

À Enilde Aparecida Martins, pelos esclarecimentos sobre o NUAPE-UTFPR.

À Marianne Heringer Nogueira Zanirato, pedagoga do NUAPE-UTFPR, pelas informações acerca de seu trabalho, desenvolvido na instituição.

Aos Professores da Linha de Pesquisa Políticas e Gestão da Educação, por terem contribuído na elaboração desta pesquisa e por cada ensinamento.

Ao colega Robson Sipraki, pelo auxílio na elaboração dos gráficos.

À Prefeitura Municipal de Curitiba, por conceder a licença remunerada por dois anos, sem a qual não haveria tempo nem condições financeiras para realização do Mestrado.

Aos meus pais, pelo amor, pelos valores que me ensinaram e por todas as renúncias que tiveram que fazer.

Ao meu marido, por suportar estes dois anos de estudos intensos, ficando sozinho por muitas noites e por muitos finais de semana.

Aos meus colegas de trabalho que se orgulharam por mais esta conquista.

RESUMO

No Brasil, a Educação Superior ainda pode ser considerada elitista, pois nem todos os que a procuram têm acesso a ela. Outro problema é que, historicamente, a expansão deste nível de Educação ocorreu principalmente pela via privada. Este crescimento, que pode ser considerado às avessas da necessidade da maior parte da população, foi favorecido por políticas públicas de diferentes governos. A proposta de expansão do setor público é uma política recente, já do século XXI. Com o intuito de promover a expansão da Educação Superior, bem como atender ao Plano Nacional de Educação (2001), o governo Lula elaborou e implantou diversas políticas públicas. No presente trabalho, foi tomado como objeto de estudos e análises o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), por se tratar do primeiro programa da história da Educação Superior voltado exclusivamente às universidades federais. Foi realizado um recorte, tomando-se como foco duas universidades federais do Paraná: a Universidade Federal (UFPR) e a Universidade Tecnológica Federal (UTFPR). Apesar deste Estado comportar, no momento, quatro universidades federais, essas foram escolhidas por participarem do programa há dois anos e por terem sua sede na cidade de Curitiba, facilitando a coleta de dados. Além disso, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) ainda são muito recentes e estão em período de organização. Neste trabalho procurou-se expor o quadro apresentado pelas duas instituições antes da implantação do REUNI e os impactos desse programa nos dois primeiros anos de vigência.

Palavras-Chave: Educação Superior; Políticas Públicas; REUNI; UFPR; UTFPR.

ABSTRACT

In Brazil, Superior Education can still be considered elitist, for not all the applicants to Superior Education Schools succeed in getting an opportunity to continue their studies. Another fact is that historically, the expansion in this level of Education took place mainly in private schools. This growth, which can be considered contrary to the needs of the majority of the population, was favoured through public policies of different governments. The proposal of expansion in public schools is still new, this century (XXI). With the purpose of promoting Superior Education, as well as serving the needs of the National Plan of Education (2001) the President Lula Government developed and implanted several public policies. In this work, the object of studies and analyses taken, was the Program of Support to Plans of Restructure and Expansion of the Federal Universities (REUNI), as this is the first program of the history of Superior Education which deals exclusively with the federal universities. The studies concentrate on two federal universities of Paraná the Federal University (UFPR) and the Federal University of Technology- Paraná (UTFPR). Although this State has four federal universities, the two Universities were chosen because they are already participating in this program for two years and also because they are located in Curitiba, this way facilitating the collection of the data. Furthermore, the Federal University of Latin-American Integration (UNILA) and the Federal university of the South Frontier (UFFS) are new schools and they are still in their period of organization. In this study the main objective was to show the situation of the universities before the program of the REUNI had been implanted and the impact of this program in the first two years.

KEYWORDS: Superior Education; Public Policies; REUNI; UFPR; UTFPR

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- PRIMEIRA SEDE DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ. 1913.....	42
FIGURA 2- “PALÁCIO DA LUZ”. NOVA SEDE DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ, 1918.....	44
FIGURA 3- UNIVERSIDADE DO PARANÁ. ALAS LATERAIS CONCLUÍDAS EM 1925	45
FIGURA 4- PROJETO DE AMPLIAÇÃO E REMODELAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ.INÍCIO DOS ANOS 50.....	47
FIGURA 5- ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DE CURITIBA 1910.....	52
FIGURA 6- SALA DE AULA NA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES SEM DATA.....	53
FIGURA 7- OFICINA DE MARCENARIA. MEADOS DE 1910.....	54
FIGURA 8- NOVA SEDE DA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO PARANÁ 1970.....	57
FIGURA 9- AMPLIAÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PARANÁ CENTRO DE ENGENHARIA DE OPERAÇÃO -1975.....	60

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- NÚMERO DE UNIVERSIDADES NO BRASIL.....	65
GRÁFICO 2 - UNIVERSIDADES POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA-BRASIL...	66
GRÁFICO 3- NÚMERO DE IES POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA NO BRASIL..	67
GRÁFICO 4- UNIVERSIDADES POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA NO PARANÁ.....	68
GRÁFICO 5- UNIVERSIDADES POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA NO PARANÁ.....	69
GRÁFICO 6- MATRÍCULAS EM CURSOS PRESENCIAS NAS UNIVERSIDADES DO BRASIL.....	73
GRÁFICO 7- MATRÍCULAS EM CURSOS PRESENCIAIS NAS UNIVERSIDADES DO PARANÁ.....	74
GRÁFICO 8-COMPARATIVO MATRÍCULAS EM CURSOS PRESENCIAIS NAS UNIVERSIDADES DO BRASIL E PARANÁ.....	75
GRÁFICO 9- COMPARATIVO DA EVOLUÇÃO DE MATRÍCULAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS EM UNIVERSIDADES DO BRASIL E PARANÁ.....	76
GRÁFICO 10- EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, SEGUNDO DADOS INEP.....	77
GRÁFICO 11- EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NA UFPR DADOS DA INSTITUIÇÃO.....	78
GRÁFICO 12- EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NA UFPR- 2000-2009.....	79
GRÁFICO 13- EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NA UTFPR.....	79
GRÁFICO 14- VAGAS PROJETADAS E EFETIVADAS- REUNI-UFPR.....	112

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- VAGAS OFERTADAS PELAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO DO BRASIL.....	70
QUADRO 2- VAGAS OFERTADAS PELAS UNIVERSIDADES PRIVADAS DO DO BRASIL.....	71
QUADRO 3- VAGAS OFERTADAS PELAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO PARANÁ.....	71
QUADRO 4- VAGAS OFERTADAS PELAS UNIVERSIDADES PRIVADAS NO PARANÁ.....	72
QUADRO 5- NÚMERO DE CURSOS PRESENCIAIS NAS UNIVERSIDADES DO BRASIL.....	80
QUADRO 6- NÚMERO DE CURSOS PRESENCIAIS NAS UNIVERSIDADES DO PARANÁ	80
QUADRO 7- NÚMERO DE CURSOS PRESENCIAIS NA UFPR.....	81
QUADRO 8- NÚMERO DE CURSOS PRESENCIAIS NA UTFPR.....	82
QUADRO 9- CURSOS PRESENCIAIS UFPR E UTFPR.....	82
QUADRO 10- FUNÇÃO DOCENTE EM EXERCÍCIO E RELAÇÃO FUNÇÃO DOCENTE MATRÍCULA UNIVERSIDADES-BRASIL.....	83
QUADRO 11- FUNÇÃO DOCENTE EM EXERCÍCIO E RELAÇÃO FUNÇÃO DOCENTE MATRÍCULA NAS UNIVERSIDADES DO PARANÁ.....	84
QUADRO 12- FUNÇÃO DOCENTE EM EXERCÍCIO E MATRÍCULAS UFPR.....	84
QUADRO 13- FUNÇÃO DOCENTE EM EXERCÍCIO E MATRÍCULAS UTFPR.....	85
QUADRO 14 – FORMAÇÃO DOCENTE NAS UNIVERSIDADES DO BRASIL.....	86
QUADRO 15- FORMAÇÃO DOCENTE NAS UNIVERSIDADES DO PARANÁ.....	89
QUADRO 16-FORMAÇÃO DOS DOCENTES NA UFPR.....	91
QUADRO 17- FORMAÇÃO DOS DOCENTES NA UTFPR.....	92
QUADRO 18- VAGAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS E PROJEÇÃO PARA 2017.....	95

QUADRO 19- EVOLUÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS E VAGAS UFPR.....	96
QUADRO 20- META UFPR PARA EVASÃO DE CURSOS.....	98
QUADRO 21- PERGUNTA INTEGRANDO QUESTIONÁRIO SAT.....	100
QUADRO 22- VAGAS OFERECIDAS PARA O PROVAR.....	101
QUADRO 23- CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE BOLSAS PERMANÊNCIA.....	105
QUADRO 24- PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS AOS ESTUDANTES COM FRAGILIDADE ECONÔMICA 2009.....	105
QUADRO 25- CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE BOLSAS AUXÍLIO MORADIA.....	106
QUADRO 26- CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE BOLSAS AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO.....	107
QUADRO 27- CRONOGRAMA DE TREINAMENTO DE ALUNOS EM INFORMÁTICA.....	107
QUADRO 28- CRONOGRAMA DE VAGAS DO PROGRAMA DE MOBILIDADE ACADÊMICA.....	108
QUADRO 29- PROJEÇÃO DO AUMENTO DE VAGAS- UTFPR.....	111
QUADRO 30- PROJEÇÃO DE CURSOS, VAGAS, MATRÍCULAS E DIPLOMADOS UTFPR.....	111
QUADRO 31 - AÇÕES PARA DIMINUIR AS TAXAS DE EVASÃO- UTFPR.....	113
QUADRO 32- BOLSAS MONITORIA- UTFPR.....	116
QUADRO 33- ASSISTÊNCIA SAÚDE- UTFPR.....	118
QUADRO 34- PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL-UTFPR.....	120

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES	-Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino
CAPES	-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEA	- Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior
CBAI	- Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial
CRES	- Conferência Regional de Educação Superior
CEFET	-Centro Federal de Educação Tecnológica
CED	- Centro de Educação Física e Desportos
CEPE	-Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
COPLAD	- Conselho de Planejamento e Administração
COUNI	- Conselho Universitário
CPTP	- Centro de Pesquisas e Treinamento de Professores
CINFOP	-Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores
DEPEC	- Departamento de Estágios e Cursos de Extensão
DINF	- Departamento de Informática do Setor de Ciências Exatas
ENADE	-Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENC	-Exame Nacional de Cursos
FHC	-Fernando Henrique Cardoso
FUNCEFET	- Fundação de Apoio a Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná
FUNTEF	- Fundação de Apoio a Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Universidade Tecnológica Federal do Paraná
IES	-Instituições de Ensino Superior

IFES	-Instituições Federais de Ensino Superior
IFPR	-Instituto Federal do Paraná
INEP	-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	-Ministério da Educação
NAPNE	-Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais
NUAPE	- Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico e Assistência Estudantil
NUENS	- Núcleo de Ensino
PAC	-Programa de Aceleração do Crescimento
PAIUB	- Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PARU	- Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PAV	- Programa de Aproveitamento de Vagas
PDE	-Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	-Plano de Desenvolvimento Institucional
PINGIFES	-Plataforma Integrada para Gestão das Universidades Federais
PUC	-Pontifícia Universidade Católica
PNAES	-Plano Nacional de Assistência Estudantil
PRHAE	- Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Assistência Estudantil
PRAE	- Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos
PROBEM	- Programa de Benefícios para a Manutenção dos Estudantes da Universidade Federal do Paraná
PROGRAD	-Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional
PROUNI	-Programa Universidade Para Todos
PROPLAN	- Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças
PROVAR	-Processo de Ocupação de Vagas Remanescentes
PPGTE	- Programa de Pós-Graduação em Tecnologia

REUNI	-Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU	- Restaurante Universitário
SAT	- Sistema de Acompanhamento e Tutoria do Fluxo Escolar
SESU	- Secretaria de Ensino Superior
SETEC	- Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIMEC	-Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
SiSU	- Sistema de Seleção Unificado
TECNEP	-Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Especiais
UAPS	-Unidade de Apoio Psicossocial
UDF	- Universidade do Distrito Federal
UFFS	- Universidade Federal da Fronteira Sul
UFPR	-Universidade Federal do Paraná
UNB	- Universidade de Brasília
UNILA	-Universidade Federal da Integração Latino-Americana
USP	- Universidade de São Paulo
UTFPR	-Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1. ELITISMO X EXPANSIONISMO.....	22
1.1 MOVIMENTOS EXPANSIONISTAS NO HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA: DA GÊNESE A 2002.....	22
1.2 A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO GOVERNO LULA.....	32
1.2.1 PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI).....	36
1.3 MOVIMENTOS EXPANSIONISTAS NO HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.....	39
1.4 MOVIMENTOS EXPANSIONISTAS NO HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ: “DE ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES À UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA” -100 ANOS DE HISTÓRIA.....	50
 CAPÍTULO 2. A EXPANSÃO NOS INDICADORES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS, PARANAENSES, NA UFPR E UTFPR A PARTIR DOS NÚMEROS DE: INSTITUIÇÕES, VAGAS/ CANDIDATOS/ INGRESSANTES, MATRÍCULAS/ CURSOS E FUNÇÃO DOCENTE.....	 65
2.1 INSTITUIÇÕES NO BRASIL.....	65
2.2 INSTITUIÇÕES NO PARANÁ.....	68
2.3 VAGAS/ CANDIDATOS E INGRESSANTES NO BRASIL.....	70
2.4 VAGAS/ CANDIDATOS E INGRESSANTES NO PARANÁ.....	71
2.5 MATRÍCULAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS NO BRASIL....	73
2.6 MATRÍCULAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS NO PARANÁ..	75
2.7 MATRÍCULAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS NA UFPR.....	77
2.8 MATRÍCULAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS NA UTFPR.....	79
2.9 CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS NO BRASIL.....	80
2.10 CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS NO PARANÁ.....	80
2.11 CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS NA UFPR.....	81
2.12 CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS NA UTFPR.....	82
2.13 FUNÇÃO DOCENTE EM EXERCÍCIO E RELAÇÃO MATRÍCULA/FUNÇÃO DOCENTE NO BRASIL.....	83
2.14 FUNÇÃO DOCENTE EM EXERCÍCIO E RELAÇÃO MATRÍCULA/FUNÇÃO DOCENTE NO PARANÁ.....	84
2.15 FUNÇÃO DOCENTE EM EXERCÍCIO E RELAÇÃO MATRÍCULA/FUNÇÃO DOCENTE NA UFPR... ..	84
2.16 FUNÇÃO DOCENTE EM EXERCÍCIO E RELAÇÃO MATRÍCULA/FUNÇÃO DOCENTE NA UTFPR.. ..	85

2.17	FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL.....	85
2.18	FORMAÇÃO DOCENTE NO PARANÁ.....	89
2.19	FORMAÇÃO DOCENTE NA UFPR.....	91
2.20	FORMAÇÃO DOCENTE NA UTFPR.....	92

CAPÍTULO 3. OS IMPACTOS INICIAIS DO REUNI.....93

3.1	O REUNI NA EXPANSÃO DA UFPR.....	93
3.1.1	AUMENTO DE VAGAS DE INGRESSO E DE CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS.....	95
3.1.2	REDUÇÃO DAS TAXAS DE EVASÃO E REPETÊNCIA.....	97
3.1.3	OCUPAÇÃO DAS VAGAS OCIOSAS.....	100
3.1.4	COMPROMISSO SOCIAL DA INSTITUIÇÃO.....	101
3.1.5	PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	104
3.2	O REUNI NA EXPANSÃO DA UTFPR.....	109
3.2.1	AUMENTO DE VAGAS DE INGRESSO.....	110
3.2.2	REDUÇÃO DAS TAXAS DE EVASÃO.....	113
3.2.3	OCUPAÇÃO DE VAGAS OCIOSAS.....	119
3.2.4	COMPROMISSO SOCIAL DA INSTITUIÇÃO.....	119
3.2.5	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	119

CONCLUSÃO.....123

REFERÊNCIAS.....126

INTRODUÇÃO

Historicamente, o acesso ao Ensino Superior não consiste em realidade para todos os que o demandam. Elitizado e privatista acabou permitindo que, ainda em 2006, apenas cerca de 10% da população brasileira entre 18 e 24 anos tivesse acesso a ele (MICHELOTTO; COELHO E ZAINKO, 2006, p.193). O percentual acima deixa evidente que este nível de ensino ainda é tratado como privilégio e não como direito. Reverter este panorama consiste em um grande desafio. Segundo a Declaração e o Plano de Ação da Conferência Regional de Educação Superior (CRES) na América Latina e Caribe:

la Educación Superior es um derecho humano y um bien público social. Los Estados, las sociedades nacionales y las comunidades académicas deben ser quienes definan los principios básicos em los cuales se fundamentan la formación de los ciudadanos y ciudadanas, velando por que ella sea pertinente y de calidad. El carácter de bien público social de la Educación Superior se reafirma em la medida que el acceso a ella sea um derecho real a todos. (CRES, 2008, p. 10).

Tornar a Educação Superior um bem público, superando a elitização histórica, implica na implantação de políticas públicas que promovam a expansão deste nível de ensino, garantindo o acesso e a permanência dos estudantes. Isso significa investimentos nas instituições públicas, contrariando as políticas baseadas em ideais neoliberais que privilegiam o setor privado, implantadas por vários governos, podendo-se citar o octênio de Fernando Henrique Cardoso (FHC) como o caso mais emblemático e um dos mais criticados¹. Autores como Cunha, Catani, Michelotto, Fávero, Teixeira entre tantos outros, defendem justamente esta idéia do Ensino Superior como direito. Para tanto, é inviável manter seu caráter elitista, excludente e privatista.

Registra-se então, o papel fundante das políticas públicas, mas faz-se necessário conceituá-las. Segundo Teixeira (2002, p. 2) consistem em:

diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento) que orientam ações que normalmente

¹ MANCEBO (2009) tece críticas acerca do caráter privatista das políticas implantadas por FHC.

envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

Ainda segundo o autor, as formas de exercício do poder político são explicitadas pelas políticas públicas desde seu processo de elaboração até as análises dos resultados obtidos. Envolve ainda relações de poder e conflitos em processos decisórios, bem como a repartição de custos e benefícios. Nesse processo fazem-se necessárias mediações sociais e institucionais, buscando um grau mínimo de consenso. (TEIXEIRA, 2002, p. 2). No entanto, muitas vezes esse consenso mínimo é conseguido no atendimento a interesses particulares e as ações do poder público, que deveriam estar voltadas ao bem comum da sociedade, especialmente aos menos favorecidos social, econômica e culturalmente, acabam na verdade servindo aos interesses privados, como por exemplo, de bancos e agências financiadoras.

Vários governos tiveram políticas públicas com esta característica. Entende-se, entretanto, que nos governos Luiz Inácio Lula da Silva foram apresentadas propostas de políticas aparentemente diferenciadas.

Neste trabalho, serão apresentadas e analisadas algumas políticas públicas, para a Educação Superior, implantadas pelo governo Lula. Haja vista que em seus discursos ele deixou claro que seu objetivo era a expansão deste nível de ensino. Além disso, em seu documento de campanha “Uma escola do tamanho do Brasil,” firmou seu compromisso com o Ensino Superior entendido como bem público e direito de todos.

Dentre estas políticas será tomado como objeto de estudos o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Optou-se por estudar especificamente este programa por se tratar do primeiro voltado unicamente para as Universidades Federais em âmbito nacional e com uma previsão de investimentos de recursos financeiros bastante significativos. O recorte da pesquisa é a análise do REUNI em duas universidades federais paranaenses. Sabe-se que este Estado já conta com quatro Universidades Federais, mas optou-se por analisar o programa na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), devido ao fato de estarem localizadas em Curitiba, o que facilitou o levantamento de dados. Outro fator que acabou excluindo as demais foi o fato de que a Universidade Federal da Fronteira

Sul (UFFS) bem como a Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA) estão em funcionamento desde o início de 2010, portanto, em período de organização, e não haveria meios de realizar análises referentes ao REUNI nestas instituições.

O objetivo do presente trabalho é, então, delinear o cenário nacional da expansão deste nível de Ensino, enfocando as Universidades Federais brasileiras e em seguida voltar o olhar para a UFPR e a UTFPR, com o intuito de verificar os reflexos iniciais promovidos em dois anos de implantação do REUNI nessas duas instituições.

A pesquisa se estrutura em três capítulos. No primeiro, será feita uma breve abordagem do Ensino Superior no Brasil, desde a criação das universidades, passando pela reforma de 1968, as implicações do período ditatorial e os movimentos em defesa da universidade pública, gratuita e menos elitista, enfatizando-se a expansão do Ensino Superior no histórico da universidade brasileira. Este histórico é concluído com os Governos Lula e a criação do REUNI. A fundamentação teórica foi elaborada a partir da leitura de obras de autores como Cunha (1980), Trindade (1999), Fávero (2006), Mendonça (2000), Martins (2006), Sguissardi (2005), Santos (2008), Michelotto (2006), Freitas (2009), Catani (2006) e Zainko (2009), dentre outros. Ainda faz parte do capítulo 1 a apresentação do histórico das duas universidades paranaenses elencadas para as análises. No caso da UFPR, desde sua fundação em 1912 até os dias atuais, com ênfase em movimentos expansionistas. Para tanto, foram pesquisadas obras de Wachowicz (2006), Westphalen (1987), Faraco (2002) e fontes da própria instituição. A UTFPR também será apresentada desde sua fundação até os dias atuais, com a mesma ênfase. Para tal, a pesquisadora se valeu da Dissertação de Mestrado de Pandini (2006), bem como de duas obras da própria instituição, publicadas em comemoração ao centenário.

No capítulo 2 será abordada a expansão das universidades brasileiras, especialmente as federais, entre os anos de 2003 e 2007. Para tanto, a pesquisadora utilizou dados de natureza quantitativa referentes ao número de instituições, vagas/candidatos/ingressantes, matrículas, cursos e função docente. Tais dados servirão de base para as análises qualitativas que seguirão. Neste caso, as metodologias se complementarão, pois, entende-se que qualidade e quantidade não são antagônicas, ao contrário, há uma relação dialética entre ambas. A principal

fonte de pesquisa foi o Censo da Educação Superior disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Com esses dados será possível delinear um panorama dessas instituições, antes da implantação do REUNI. É preciso mencionar que nesta pesquisa não serão apresentados dados referentes aos Cursos de Pós-Graduação e nem aos cursos à distância, uma vez que não constitui o enfoque principal do REUNI.

Faz-se necessário mencionar que no trabalho de levantamento de dados, bem como no tratamento dos mesmos, a pesquisadora se valeu do auxílio do estatístico do Observatório da Educação Superior da Universidade Federal do Paraná, Robson Sipraki, colaborador no processo de elaboração da maior parte dos gráficos e quadros presentes nessa pesquisa. Também foram utilizadas as produções de outros autores, tais como, por exemplo, Freitas, (2009) e Pfeifer e Giareta (2009).

No capítulo 3 foi realizada a análise documental dos planos REUNI da UFPR e da UTFPR enfatizando os dados referentes à expansão de vagas, especialmente as noturnas, redução de taxas de evasão e repetência, ocupação de vagas ociosas e compromisso social da instituição. Entendeu-se que esses dados são fundamentais para uma análise da expansão propiciada pelo programa.

Serão apresentadas as metas dos planos REUNI, bem como os resultados que já foram publicados, podendo assim ser verificados e analisados os reflexos iniciais do programa na expansão na UFPR e UTFPR.

Cabe ressaltar que somente a pesquisa teórica bibliográfica, de base empírica, não foi suficiente para adquirir todas as informações necessárias. No caso da Universidade Federal do Paraná, a pesquisadora contou com a colaboração do responsável pelo REUNI, Adriano Rosário Ribeiro, com quem foram realizadas duas entrevistas. Também foi entrevistada a Pró-Reitora de Assistência Estudantil, a professora Rita de Cássia Lopes, com quem foi possível compreender melhor o programa e ter as reais dimensões do mesmo. Ainda nessa instituição, foram obtidos dados com a Pró-Reitora de Graduação, professora Maria Amélia Zainko e com um dos coordenadores do Sistema de Acompanhamento e Tutoria (SAT), Maurício Roberto Nascimento Martins. Ressalta-se que sem essas participações, certamente a pesquisa estaria comprometida, pois como o programa REUNI está em vigor há apenas dois anos, muitos dados ainda não foram sistematizados e publicados.

Assim, a análise documental foi complementada com os dados colhidos diretamente nas fontes.

No caso da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, foi realizada entrevista com o professor Cion Cassiano Basso, assessor de desenvolvimento acadêmico, que forneceu o plano do REUNI e o relatório de acompanhamento da instituição, esclareceu diversas dúvidas e apresentou o livro e a revista que foram publicados em comemoração ao centenário da instituição, material este, essencial para o levantamento do histórico da UTFPR. Ainda nessa instituição a pesquisadora entrevistou a professora Enilde Aparecida Bernardi Martins, responsável pelo Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico e Assistência Estudantil (NUAPE), decisiva para a complementação de dados.

Por meio dos processos aqui apresentados, espera-se, ao final da pesquisa, responder às seguintes questões: quais as implicações do REUNI no que se refere à expansão do Ensino Superior brasileiro? Quais os impactos iniciais desse programa nas duas universidades federais do Paraná enfocadas?

CAPÍTULO 1

1. ELITISMO X EXPANSIONISMO

Compreender algumas das características da universidade contemporânea implica a necessidade de entendimento de fatos que marcaram a sua história. No caso do Ensino Superior, as raízes de características como a elitização e a privatização remontam à sua origem e desenvolvimento. Daí a necessidade de tomar a história para se entender a realidade atual.

1.1 MOVIMENTOS EXPANSIONISTAS NO HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA: DA GÊNESE A 2002

Até o início do século XX, a universidade como instituição ainda não havia sido criada no Brasil. Sendo assim, no período colonial, registrava-se uma dependência da Universidade de Coimbra, em Portugal. Teixeira (1989, p.65) afirma que mais de 2.500 brasileiros se formaram em Coimbra e estes não eram vistos como estrangeiros e sim como portugueses nascidos no Brasil, podendo inclusive ocupar o cargo de professor naquela universidade. Certamente que não era qualquer brasileiro que realizava seus estudos em Portugal, mas sim os filhos dos proprietários de terras.

Quando a família real chegou ao Brasil, primeiramente na Bahia, já havia reivindicações sobre a criação de uma universidade literária. Dom João não atendeu às solicitações, mas decidiu criar cursos de cirurgia, anatomia e obstetrícia. Era nítida a preocupação com as questões imediatas, relacionadas à sobrevivência na Colônia.

A transferência da sede do reino para o Rio de Janeiro propiciou a criação de instituições estatais de Ensino Superior também nessa cidade. Eram os embriões das universidades federais do Rio de Janeiro e Bahia. Após a Independência e durante a Proclamação da República, o Ensino Superior no Brasil era estatal, mantido e controlado centralmente. Mas não significava que o acesso fosse para

todos os que o demandavam, como já foi visto anteriormente, mas para os proprietários de terras. Teixeira (1989, p.67) afirma que ainda era possível observar a existência da Escola de Cirurgia, de Belas Artes, museu e biblioteca, mas ainda não se tinham notícias da criação de universidades. Eram ofertados cursos profissionalizantes em faculdades isoladas e institutos de Ensino Superior.

No que se refere à criação da primeira universidade brasileira, há controvérsias. Segundo Cunha (1980, p.177) a Universidade de Manaus foi a primeira, sendo criada em janeiro de 1909, em um período de grande crescimento regional, na época da exploração da borracha. Faz parte das universidades que o autor chama de “passageiras”, uma vez que, segundo ele, não se mantiveram. Schwartzman (2006) defende que foi a Universidade de São Paulo, fundada em 1934. Fávero e Lima (2006) entendem que a Universidade do Rio de Janeiro é a precursora, criada em 1920 e reorganizada em 1937. Wachowicz (2006) e Michelotto (2006) reforçam a opinião dos paranaenses que afirmam que a Universidade Federal do Paraná foi a primeira, tendo sido criada em 1912 e, embora incluída por Cunha (1980) entre as “passageiras”, manteve-se como universidade até ser oficialmente reconhecida. Mais adiante, o histórico dessa universidade, que é um dos focos desta pesquisa, será abordado com mais detalhes.

De todo modo, finalmente, a universidade é instituída no Brasil, no século XX (ressalta-se que a da Europa data do século XII) e questões sobre financiamento e administração passaram a ter prioridade. Trindade (1999, p.40) esclarece que os primeiros governos republicanos não tinham interesse em manter este nível de ensino como exclusividade do Estado. Por outro lado, as relações entre os professores e os ocupantes do poder não recomendavam a passagem deste nível de ensino para o setor privado. Em meados de 1889, a solução foi a legitimação do Ensino Superior não federal, mediante mecanismo de reconhecimento de cursos. (TRINDADE, 1999, p.40).

Nos anos de 1934 e 1935 três fatores contribuíram para a expansão da Educação Superior. O primeiro deles foi a promulgação da Constituição de 1934, que beneficiou o setor privado por meio da isenção de impostos sobre o patrimônio, renda e serviços prestados. O segundo fator foi a criação da Universidade de São Paulo (USP) em 1935, resultado da unificação de um conjunto de várias escolas profissionalizantes. O terceiro fator a ser citado foi a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), que funcionou apenas por quatro anos, mas é considerada

por muitos como um divisor de águas na história do Ensino Superior. Foi instituída em 1935, no Rio de Janeiro, então capital do Brasil. Segundo Fávero (2006, p.57), apresentava uma proposta inovadora e, na concepção de Anísio Teixeira, tinha como um dos objetivos preparar os quadros de intelectuais. Além disso, a universidade seria um meio de constituir a identidade do povo. Frente a uma instituição inovadora, com um propósito de formação de intelectuais, muitos foram contrários à sua criação, pois poderia abalar a ordem social vigente.

Fávero (2006, p. 61) afirma ainda que a UDF pretendia ampliar os objetivos do Ensino Superior, expandindo os estudos nos diferentes campos do saber humano e integrando os conhecimentos de cultura geral, com a especialização científica e literária. Para tanto era constituída por cinco unidades: “Instituto de Educação, Escola de Ciências, Escola de Economia e Direito, Escola de Filosofia e Letras e Instituto de Artes, além das instituições complementares.” (FÁVERO, 2006, p.61). Era, portanto, uma nova visão de ensino, uma vez que, nas instituições existentes, o propósito era de formação profissional, de caráter utilitarista, com vistas, principalmente, a auxiliar no crescimento econômico do país.

A universidade contou com a presença de docentes estrangeiros, especialmente franceses. Mas docentes brasileiros também merecem destaque, dentre eles: “Roberto Marinho de Azevedo, Gilberto Freyre, Heitor Vila Lobos e Sergio Buarque de Holanda”.(FÁVERO, 2006, p.63).

A UDF foi criada para ser uma instituição diferenciada, na qual os estudantes pudessem ter formação integral e não apenas profissional. No entanto, isso acabou por incomodar o regime autoritário da época, que a via como uma instituição de esquerda. Segundo Fávero (2006, p.66), o decreto nº. 1.063 de 20 de janeiro de 1939 extinguiu a Universidade do Distrito Federal e os cursos foram transferidos para a Universidade do Brasil, que tinha por objetivo o controle e a padronização do Ensino Superior no país. Mendonça (2000, p.140) explica que a Universidade do Brasil era:

mais um modelo de universidade como um aglomerado de escolas profissionalizantes. A própria Faculdade de Filosofia se constituía em mais uma delas, pois tinha como objetivo primordial formar os professores da escola secundária...Esta instituição se propunha, prioritariamente a formar trabalhadores intelectuais para os quadros técnicos da burocracia estatal, nas áreas de educação e cultura e, particularmente, professores para o ensino secundário.(MENDONÇA, 2000 p.140).

Pelo exposto percebe-se a retomada do caráter utilitarista e imediatista da formação. Ainda segundo a autora, havia o objetivo de homogeneizar a cultura, garantindo a unidade de pensamento. Nada melhor para manter a ordem vigente do que o controle sobre o que se ensina, principalmente nas universidades. (MENDONÇA, 2000, p.141).

Em meio a esse panorama, em meados dos anos 40, teve início o processo de federalização das instituições. Por meio dele, algumas faculdades estaduais e privadas foram federalizadas e reunidas, formando as universidades, controladas pela União.

Mas foi na década de 60 que foram registradas grandes alterações no cenário nacional, principalmente no que concerne aos movimentos populares, que denunciavam os privilégios da classe dominante. Nas universidades, esse quadro era marcante, pois, encontravam-se os eleitos, os escolhidos, tendo formação com catedráticos vitalícios: “A renovação era barrada à porta da universidade, mesmo que o movimento estudantil protestasse em greve por participação de 1/3 nas decisões”.(CUNHA; GOÉS, 1985, p. 6). Era o momento de reivindicação de direitos.

As manifestações não se limitaram apenas às universidades. Os autores acima citados afirmam que nos anos de 1960 e 1961 emergiram movimentos populares como: o Movimento de Cultura Popular (MCP) em Natal, que cresceu, conquistou intelectuais e conflitou com uma educação conservadora. Dentre seus objetivos pretendia educação gratuita a todos. Merece destaque o sistema Paulo Freire, que formou grupos de alfabetização em diferentes locais. Pode-se citar ainda a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”; o Movimento de Educação Básica, e o Centro Popular de Cultura, sendo esse um órgão cultural da União Nacional dos Estudantes² (UNE).

No que se refere ao Ensino Superior, nos anos 60 observou-se um movimento social de luta em favor da expansão da universidade, visto que, nesta época, o acesso a esse nível de ensino ainda era destinado a uma pequena parcela da população. Martins (2006) contextualiza o período:

na metade da década de 60, o país contava com aproximadamente 150 mil estudantes distribuídos em torno de 200 instituições de pequeno porte, voltadas à reprodução de quadros da elite brasileira, sendo que a maioria

² Criada em 1937 no Rio de Janeiro, constitui-se em um órgão de representação de estudantes e da sociedade brasileira em geral.

dos estabelecimentos pertencia ao sistema público. (MARTINS, 2006, p.1006).

Importa mencionar que se tratava de instituições públicas, porém, voltadas ao atendimento e formação das camadas mais favorecidas, o que caracterizava seu elitismo.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 4.024/61, teve início um processo de grande expansão e alteração na estrutura do Ensino Superior. As universidades elaboraram estatutos e institutos de pesquisa foram criados, ocorreu a diversificação de cursos e a incorporação de novas unidades docentes. Constatou-se um real crescimento das universidades. Quase na mesma época, o Congresso Nacional votou a lei de criação da Universidade de Brasília (UNB), sendo um modelo inovador com estruturas administrativas diferenciadas. Dourado, Mendonça e Oliveira (2006, p.146) afirmam que essa instituição contribuiu para a identificação de elementos que caracterizam o que há de universal ou de original numa universidade.

Segundo os autores acima citados, a discussão do projeto da UNB ocorreu em um período histórico de amplo desenvolvimento da América Latina, havendo um processo geral de modernização das universidades, tendo como figura principal o consultor americano Rudolf Atcon. Para esse consultor, a universidade tinha papel fundante no desenvolvimento econômico, social e educativo na América Latina. Atcon participou do processo de reforma da *Universidad de Concepción* no Chile, que ocorreu na década de 50. No ano de 1957, introduziu-se nessa instituição uma nova organização acadêmica, na qual tinha-se por objetivo substituir as faculdades, institucionalizar a investigação científica e desenvolver a extensão cultural. Outra questão foi a supressão das cátedras e a instituição dos departamentos. Tratava-se de uma nova universidade, com uma organização diferenciada:

as inovações básicas foram relacionadas ao caráter democrático, pluralista, dinâmico, crítico e autônomo que deve ter uma universidade. Altera-se, pois, a concepção de universidade, precisando e ampliando sua missão. As funções de ensino, investigação e difusão da cultura deveriam promover a formação integral do indivíduo e se desenvolver em conformidade com os princípios da autonomia, democratização e pluralismo ideológico, que signifiquem um aporte efetivo da universidade ao processo de mudança social. (DOURADO; MENDONÇA; OLIVEIRA, 2006, p.148).

A Universidade de Brasília deve ser considerada no movimento expansionista da universidade brasileira, tendo em vista os seus ideólogos. Foi criada praticamente junto com a cidade. Em 1961, o presidente João Goulart instituiu a Fundação Universidade de Brasília, tendo como membros do Conselho Diretor Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, Oswaldo Trigueiro entre outros, sendo que os dois primeiros ocuparam o cargo de reitor. Ambos defendiam uma instituição cujas matrizes fossem: a liberdade do pensamento, do ensino, a autonomia, além do respeito mútuo.

Pelo exposto, pode-se aferir que o período era de grande mobilização de movimentos sociais e de luta pela universidade pública e autônoma. No entanto, o período do Governo Militar interrompeu grande parte do processo e afetou a UNB de maneira contundente:

a partir da segunda metade da década de 1960 ocorreram significativas rupturas com o projeto dos idealizadores da UNB, o que incluiu a extinção do mandato de Anísio Teixeira e a nomeação do reitor pró-tempore Zeferino Vaz, a definição de normas reguladoras para o DCE, afastamentos e demissões de professores, passeatas, protestos e invasões do campus, mudança de estatuto, dentre outras. (DOURADO; MENDONÇA; OLIVEIRA, 2006, p.157).

Importa aqui destacar que:

a UNB representou por um lado a ruptura com a universidade enclausurada, centrada na vitaliciedade e no poder da cátedra e, por outro lado, o ideário de uma instituição que sente, participa, estuda e busca solução para os problemas da nação, conectada com os avanços das artes, das ciências, da filosofia em âmbito nacional e internacional. (DOURADO; MENDONÇA; OLIVEIRA, 2006, p.162).

A ditadura militar não influenciou apenas as concepções e o funcionamento da UNB, mas todas as instituições, pois, dentre outras medidas, promoveu a reforma do Ensino Superior no ano de 1968, que contou com um processo de elaboração bastante peculiar, uma vez que o governo designou uma comissão para torná-la realidade, com o prazo de trinta dias para que o documento final fosse apresentado. Ficou evidente o caráter autoritário, uma vez que: “a sua redação não contou com nenhuma discussão com a comunidade acadêmica, esta se encontrava sob forte vigilância por parte dos órgãos de segurança do governo”.(MARTINS, 2006, p. 1006).

Os princípios norteadores estavam baseados na expansão do Ensino Superior, mas contendo os gastos das universidades públicas. Portanto, enfatizando a privatização. Além disso, preconizava a eficiência operacional e a racionalização das atividades acadêmicas. Segundo se pretendia com a reforma, as cátedras foram substituídas pela departamentalização, por meio do trabalho de professores de mesma área. Essa medida foi muito criticada:

a substituição da antiga cátedra pelos departamentos, se livrou a instituição do poder discricionário de professores muitas vezes mais preocupados com a preservação de privilégios do que com o avanço e a difusão do conhecimento, longe de significar democratização da vida acadêmica, burocratizou-a e despersonalizou-a. (OLIVEIRA, 1999, p. 54).

Outra medida implantada foi a matrícula por disciplinas, que, ao mesmo tempo em que diminuía alguns custos adicionais, serviu de fator de desmobilização dos estudantes da época. Também permitiu que os alunos de diversos cursos freqüentassem determinadas disciplinas, otimizando o quadro docente: “de um modo ou de outro as turmas cresceriam, aumentando o rendimento do uso do recurso docente, ao menos em termos de número de estudantes por professor”.(CUNHA, 1999, p.138).

Trindade (1999, p.29) afirma que a implantação da carreira docente e a criação da Pós-Graduação também fazem parte desta reforma. Com esta última medida, o sistema universitário foi profissionalizado. A política de Pós-Graduação, inclusive com sistemas de bolsas de estudos nacionais e internacionais promoveu o crescimento das sociedades científicas em ciências e humanidades.

A reforma universitária de 1968 apresentou também a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que até os dias atuais constitui a base da universidade.

A referida reforma ainda especializou as universidades públicas atribuindo-lhes a função de pesquisas avançadas. Houve modificação do sistema de criação de cursos, no qual as normas passaram a ser menos rígidas e eram oferecidos subsídios governamentais, direta ou indiretamente.

O período de regime militar bem como a reforma de 1968 estiveram voltados aos interesses das indústrias em desenvolvimento e aos capitalistas da Educação Superior privada. Silva e Sguissardi (2005, p.11) apontam:

a megalomania militar expressa no projeto político do Brasil potência, nos anos 70, revelou, no devido tempo, seu pesado rol de conseqüências. Quando se fez presente no país a falta de poupança nacional, conjugada ao colapso do projeto político da social democracia em âmbito internacional e adveio o crepúsculo sombrio do milagre econômico, colocou-se a potência da crise social iminente; crise politizada, com a redemocratização do país a partir de 1980, pelo processo de transição do poder político das mãos dos militares para as dos civis. (SILVA; SGUISSARDI, 2005, p.11).

Para além dessas questões, que influenciaram significativamente a Educação Superior, um outro aspecto foi sensivelmente alterado: trata-se da liberdade de ensino, prejudicando em muito a autonomia das universidades. Sobre isso Durham (2006, p. 85) afirma que:

(...) tivemos também 15 anos de regime militar, com cassações de professores universitários por questões políticas e tentativas de controle ideológico da vida acadêmica por dispositivos de censura instalados nas instituições, à margem da estrutura legal. Houve um enorme prejuízo para as universidades, com a perda de boa parte da sua liderança intelectual e com efeitos nocivos particularmente grandes na área da pesquisa. (DURHAM, 2006, p.85).

Com o fim da ditadura militar, teve início o processo de democratização do país, sendo a promulgação da Constituição Federal de 1988 o principal fato histórico deste período. A carta magna afetou os mais diversos setores sociais e, no que se refere à Educação Superior, garantiu sua gratuidade e estabeleceu a avaliação da qualidade do ensino ministrado, que questionou o elitismo e buscou a expansão da universidade brasileira.

Ressalta-se que esta questão da avaliação da qualidade do Ensino Superior já vinha sendo discutida, analisada e implantada desde o início da década de 70. Polidori; Araújo e Barreyro (2006, p. 426) lembram a política de avaliação da CAPES, voltada aos cursos de Pós-Graduação. As autoras afirmam que na década seguinte, no ano de 1983 foi instituído pelo Ministério da Educação (MEC), o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU) enfatizando a gestão das instituições de Ensino Superior e a produção e disseminação do conhecimento.

No ano de 1985, o Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior (GERES) elaborou uma nova proposta de avaliação do Ensino Superior, na qual havia a possibilidade de distribuição de recursos especiais para os centros de excelência. No entanto, dadas as discordâncias e as críticas da comunidade acadêmica, este programa não teve continuidade.

Amaral, Fonseca e Oliveira (2006, p. 76) afirmam, ainda, que nos primeiros anos da década de 90, algumas universidades iniciaram um processo de auto-avaliação, que acabou por gerar uma interlocução com MEC e as instituições federais, representadas pela Associação das Instituições Federais do Ensino Superior (ANDIFES). Todo este processo resultou no Programa de Avaliação Institucional das Universidades Federais Brasileiras (PAIUB) que recebeu o apoio da Secretaria do Ensino Superior (SESU) nos anos de 1993 a 1994.

Este programa conseguiu grande adesão das Instituições Federais de Educação Superior (IFES), dado seu caráter participativo e auto-avaliativo além da possibilidade de maior autonomia às universidades, “que puderam conceber e planejar os seus projetos de avaliação com amplo envolvimento da comunidade universitária, tendo em vista os impactos desejados na melhoria da gestão e do trabalho acadêmico”. (AMARAL; FONSECA; OLIVEIRA, 2006, p. 80). Pela primeira vez tratava-se da participação efetiva dos envolvidos no processo.

Apesar de ser uma inovação, elaborado com princípios de globalidade, respeito e identidade institucional, a partir de 1995, este programa foi perdendo espaço e não conseguiu se manter nos Governos Fernando Henrique Cardoso, quando “foi, literalmente, deixado de lado para dar espaço às estratégias de avaliação da Educação Superior que estavam sendo apresentadas”. (ARAÚJO; BARREYRO; POLIDORI, 2006, p. 428).

Em 1996 foi instituído o Exame Nacional de Cursos (ENC), também chamado de “Provão”, substituindo a avaliação do PAIUB. Tinha por objetivo verificar os conhecimentos e competências técnicas adquiridas pelos estudantes em fase de conclusão de cursos de Graduação.

O “Provão” gerou muitas discussões nas instituições e protestos por parte de uma parcela dos estudantes. Cunha (2003, p. 50) afirma que em 1996, cerca de 55 mil estudantes de 616 instituições foram chamados a fazer o Provão, mas 4% entregaram a avaliação em branco.

Amaral, Fonseca e Oliveira (2006, p. 76) citam estudos realizados pelo INEP em (2003)

o Exame Nacional de Cursos (Provão) era desvinculado de outros processos avaliativos, sendo que a divulgação de resultados se dava pela mídia, enfatizando principalmente comparações entre as instituições. Na verdade atendia-se mais a construção da reputação institucional do que a realidade do ensino. Segundo o estudo, o Provão desconsiderava o trabalho e o desenvolvimento institucional, assim como o perfil acadêmico do

estudante, impedindo assim a aferição do valor agregado pela instituição aos conhecimentos e habilidades dos seus estudantes ao longo do tempo. (AMARAL; FONSECA; OLIVEIRA, 2006, p. 76).

Ainda na década de 90 destaca-se a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9394/96 que dentre outras questões possibilitou a diversidade de instituições de Educação Superior, tais como os Centros Universitários e as Faculdades e Institutos de Educação Superior. Com essa abertura observou-se a multiplicação dessas instituições, especialmente as privadas, muitas delas, com qualidade no mínimo questionável. Mais adiante, no gráfico 3, a presente pesquisa apresenta os números dessas instituições, apontando a diferença entre estas e o número de universidades, bem como a diferença entre os setores privado e público.

Com este breve histórico é possível identificar pelo menos três características da Educação Superior brasileira, a saber: a criação tardia de universidades, a privatização e a elitização. A primeira característica torna-se verdadeira na medida em que as universidades brasileiras foram criadas apenas no início do século XX, como se viu, no ano de 1.300 já havia 15 universidades no mundo ocidental³.

Quanto à segunda característica, a privatização ocorre na medida em que o ensino público não apresenta condições estruturais para atender toda a demanda. Quanto mais seletivo se apresenta o setor público, parece haver maior expansão do privado.

Mendonça (2000, p. 148) vai além e menciona a existência de um sistema dual: “formado por um lado, pelas universidades, principalmente públicas, e, por outro, por um sem número de instituições isoladas que não se diferenciam das primeiras por um critério de especialização, mas na prática, pela qualidade de ensino oferecido”. (MENDONÇA, 2000, p. 148).

Com o passar das décadas, a privatização continuou sendo característica deste nível de ensino. Observa-se que, conforme as políticas públicas desenvolvidas pelos governos, essa característica foi sendo ainda mais evidenciada, promovendo maior expansão do setor privado. Tal fato pode ser confirmado durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, por exemplo.

³ Ver Martins 2006.

Quanto à terceira característica, a elitização, que interessa especificamente a essa pesquisa, ocorre na medida em que na sua origem e desenvolvimento, a Educação Superior tinha, dentre outros objetivos, que fornecer graus à intelectualidade brasileira, ou mesmo garantir privilégios, sendo destinada a uma pequena parcela da população. Santos (2008, p. 2) confirma:

o acesso ao conhecimento superior, ou seja, o conhecimento cientificamente referenciado, praticamente ficou retido nas mãos de uma parcela da elite. Mesmo a classe média, pelo menos até o período da ditadura militar quando esta passou a pressionar os governos militares por espaço nos bancos universitários para seus filhos, já sofreu certos impedimentos para atingir os níveis escolares mais elevados. (SANTOS, 2008, p. 2).

Mesmo com a expansão de universidades e cursos, ocorrida na segunda metade do século XX, a elitização continua predominando, pois, a expansão se deu principalmente no setor privado, ficando bem claro para quem se destinava esse nível de ensino. Segundo Michelotto, Coelho e Zainko (2006, p. 193):

apesar do crescimento de matrículas nos cursos de Graduação nos últimos anos, o Brasil, com menos de 8% dos jovens entre 18 e 24 anos matriculados em instituições de Educação Superior, está muito atrasado em relação aos países de nível de desenvolvimento semelhante. (MICHELOTTO, COELHO; ZAINKO, 2006, p. 193).

Por outro lado, nos anos de 2003 a 2008 durante os governos Lula, há propostas diferenciadas, voltadas à expansão do Ensino Superior público, especialmente no que se refere às universidades federais e públicas em geral. Dessas instituições, duas têm suas sedes em Curitiba e, como já foi mencionado, fazem parte das análises desta pesquisa.

1.2 A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO GOVERNO LULA

Luís Inácio Lula da Silva venceu as eleições no ano de 2002, assumindo a presidência da República após o Governo de FHC. Na tentativa de reverter o panorama de cunho extremamente neoliberal deixado pelo governo anterior, Lula

implantou programas e medidas com vistas à expansão do Ensino Superior, com ênfase no setor público, bem como a melhoria da qualidade do ensino ofertado.

Aqui serão mencionadas algumas dessas políticas, previstas no programa de campanha “Uma Escola do Tamanho do Brasil”. Enforçar-se-á os programas Expandir, Universidade para Todos, SINAES e, por fim, o REUNI, tema desta pesquisa.

Ainda na campanha de 2002, foi lançado o documento “Uma Escola do Tamanho do Brasil”, elaborado por renomados estudiosos. Segundo Freitas (2009, p. 12) no referido documento, a educação é tomada como um bem público e social, cabendo ao Estado a responsabilidade sob sua gratuidade, laicidade e qualidade.

No que se refere ao Ensino Superior, a autora afirma ainda que o documento apresenta seis pontos de fragilidade, a saber: 1) O número de matriculados consiste em um dos menores da América Latina, sendo que a maior parte dos estudantes se encontram no setor privado. 2) Redução de financiamento para mais de cinquenta instituições de Ensino Superior Federais. 3) Falta de autonomia administrativa e de gestão nas universidades federais públicas. 4) Avaliações externas controladoras e com característica produtivistas. 5) Expansão desmedida do setor privado. 6) Necessidade de expansão do Ensino Superior. (FREITAS, 2009, p.15-19).

Michelotto, Coelho e Zainko (2006, p. 193) afirmam que o documento: “ênfatiza a necessidade de ampliação de acesso à Educação Superior para todos os que a ela demandarem e preconiza uma universidade comprometida com a inclusão social. (MICHELOTTO; COELHO; ZAINKO, 2006, p. 193).

Segundo as autoras o governo Lula parecia reconhecer o papel estratégico das universidades, principalmente das públicas, para o desenvolvimento econômico e social do país.

Com vistas a alcançar seus objetivos, no que se refere à expansão das instituições públicas, no ano de 2003 foi lançado o Projeto Expandir do Ministério da Educação. Pfeifer e Giareta (2009, p.26) afirmam que por meio deste programa:

o Governo Federal investiu R\$ 592 milhões, com o objetivo de expandir e interiorizar o Ensino Superior no Brasil, criando, até 2006, 10 novas instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e 40 novos Campi. Dados registram que em 2003, quando iniciou o Projeto Expandir, havia 109.184 vagas nas universidades federais brasileiras, e ao final do Projeto, em 2006, registrou 132.203 vagas. (PFEIFER; GIARETA, 2009, p. 26).

No entanto, somente a expansão da Educação Superior não era suficiente. Era preciso garantir a qualidade do ensino ofertado. Nessa perspectiva, no ano de 2003 formou-se a Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA). Segundo documento do INEP, a referida comissão era composta por diversos estudiosos da Educação Superior, dentre eles, a Pró-Reitora de Graduação da Universidade Federal do Paraná, a professora Maria Amélia Sabbag Zainko e tinha como objetivos propor critérios e estratégias para a reformulação das políticas de avaliação da Educação Superior, a partir de críticas acerca dos instrumentos que já vinham sendo utilizados. A Comissão empreendeu estudos e análises, contando com a participação dos mais diversos setores da sociedade e da comunidade acadêmica por meio de audiências públicas. Tudo isso resultou, então, na elaboração de uma nova política de avaliação.

O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), foi instituído por meio da Lei nº. 10861/ 14 abril de 2004. Ressalta-se que a avaliação da Educação Superior já era pensada desde meados da década de 1980. Como foi visto anteriormente, em 1983 foi implantado o PARU, posteriormente, o PAUIB (1993-1994), seguido pelo ENC (1996-2003). Dadas as críticas a este último, bem como as lacunas que deixava, era preciso promover alterações.

Com o SINAES pretendeu-se avaliar as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes.

em sua proposta, pretende realizar uma análise diagnóstica, apresentar propostas para reformulação das políticas de avaliação e regulação, valorizar as IES e afirmar a importância do Estado na melhoria da qualidade da Educação Superior.(AMARAL; FONSECA; OLIVEIRA, 2006, p. 83).

Para a avaliação dos estudantes foi criado o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que se diferencia do Exame Nacional de Cursos (ENC) por ser aplicado a grupos amostrais de estudantes dos cursos de Graduação do primeiro e do último ano de formação. A prova é composta por questões da atualidade, de natureza discursiva e objetiva. Compõe-se de uma parte de conteúdos gerais e outra parte específica de cada curso. Com o SINAES percebe-se que o Governo tinha por objetivo a expansão do Ensino Superior, sem descuidar da questão da qualidade dos cursos ofertados.

No ano de 2005, após todo um discurso afirmando a necessidade de expansão do Ensino Superior público, o lançamento do Programa Universidade para Todos (PROUNI), voltado ao setor privado, causou surpresa e estranhamento. Em essência consiste na concessão de vagas ociosas, mediante a isenção de alguns impostos. Sobre tal isenção, Carvalho (2006, p. 980) esclarece que “surge acompanhada pela retórica de justiça social e de inclusão das camadas sociais menos favorecidas, cujo principal indicador é o baixo contingente de alunos de 18 a 24 anos que freqüenta o Ensino Superior”.

O PROUNI provocou certo desconforto, pois no documento “Uma Escola do Tamanho do Brasil” tinha-se como discurso e meta a expansão das instituições públicas de ensino. Muitos estudiosos se mostraram contrários ao programa, dentre eles ressalta-se as considerações de Catani (2006):

o PROUNI promove uma política pública de acesso a educação Superior, pouco se preocupando com a permanência do estudante, elemento fundamental para sua democratização. Orienta-se pela concepção de assistência social, oferecendo benefícios e não direitos aos bolsistas. Os cursos superiores ofertados nas IES privadas e filantrópicas são, em maioria, de qualidade questionável e voltados às demandas imediatas do mercado. (CATANI, 2006, p. 126).

O autor ainda afirma que o referido programa tem como pano de fundo o acesso a Educação Superior sem grandes investimentos por parte do Governo Federal e valendo-se das vagas ociosas do setor privado, que não são poucas, chegando próximo a 50% em 2004. (CATANI, 2006, p. 127).

O PROUNI ainda foi alvo de várias críticas devido ao fato do projeto inicial ter sofrido muitas alterações, principalmente depois de reuniões com o diretores de IES privadas. Catani (2006, p. 127) ressalta algumas delas, mencionando o fato de que inicialmente eram previstas apenas bolsas integrais, que seriam ofertadas a alunos oriundos de escolas públicas. No entanto, passaram a ser ofertadas bolsas parciais (50% e 25%) sendo que estudantes de escolas privadas também poderiam ser beneficiados. Além disso, esperava-se que o setor privado destinasse 20% de vagas para o PROUNI, percentual este que foi reduzido para menos de 8,5%. (CATANI, 2006, p. 137).

Ainda sobre o PROUNI sabe-se que alguns estudantes beneficiados com bolsas parciais tinham dificuldades para pagar as mensalidades. Sendo assim, foi criada a bolsa permanência, consistindo em auxílio de R\$ 300,00 por mês. Outra

opção foi a utilização do Financiamento da Educação Superior (FIES), segundo o qual o estudante tem suas mensalidades quitadas e ao final do curso inicia o processo de pagamento de sua dívida. Percebe-se então que a mensalidade das IES consiste em apenas uma das dificuldades; há outras questões que impedem a continuidade dos alunos nos cursos de Graduação. São conhecidos casos de estudantes que foram beneficiados pelas bolsas e pelo FIES, mas se encontram em situação econômica bastante difícil, pois, não conseguem pagar o financiamento e mesmo com os juros baixos, a dívida vem aumentando. Com esse cenário tem-se ainda mais a convicção da importância de investimentos nas IES públicas, inclusive com programas voltados a assistência estudantil, pois como foi visto, a isenção da mensalidade não garante que o estudante permaneça na instituição.

1.2.1 Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Em 2007/2008 foi implantado o REUNI, criado pelo decreto n.º 6096 de 24/04/2007, o qual faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Dentre seus objetivos, está a ampliação do acesso ao Ensino Superior com a proposta de melhor aproveitamento da estrutura física, aumento de recursos humanos e a preocupação com a qualidade do ensino ofertado. Em síntese visa a:

criar condições para a ampliação do acesso e permanência na Educação Superior, no nível de Graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de Ensino Superior. (BRASIL, 2007, p. 10).

O REUNI tem como metas globais o aumento gradual da taxa de conclusão média de cursos de Graduação presencial para 90%, bem como o aumento gradual da relação aluno por professor, fixado em dezoito. No caso da primeira meta, pode resultar da administração de vagas ociosas, promovida pela flexibilidade curricular e favorecimento da mobilidade estudantil entre os cursos e instituições, além do aproveitamento de créditos. No que se refere à segunda meta, pode-se alcançá-la por meio da ampliação do número de alunos por professor.

Para participar do Programa, as universidades federais brasileiras que aderiram apresentaram seu plano de expansão, sendo aprovado pelo Ministério da Educação, tendo sua exeqüibilidade financeira garantida a partir do ano de 2008, mediante o termo de pactuação de metas com o MEC. Dentre os requisitos para apresentação das propostas destaca-se o aumento mínimo de 20% nas matrículas de Graduação projetadas. (BRASIL, 2007, p. 6).

As Diretrizes do REUNI (BRASIL, 2007, p. 10) trazem seis dimensões, essas serão descritas a seguir:

1) Ampliação da oferta de Educação Superior pública:

- Aumento do número de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- Redução das taxas de evasão;
- Ocupação de vagas ociosas.

2) Reestruturação acadêmico-curricular

- Revisão da estrutura acadêmica buscando a constante elevação da qualidade;
- Reorganização dos cursos de Graduação.

3) Renovação pedagógica da Educação Superior;

- Articulação da Educação Superior com a educação básica, profissional e tecnológica;
- Atualização de metodologias (e tecnologias) de ensino-aprendizagem;
- Prever programas de capacitação pedagógica para implementação do novo modelo.

4) Mobilidade intra e interinstitucional

- Promoção da ampla mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas de Educação Superior.

5) Compromisso social da instituição

- Políticas de inclusão;
- Programas de assistência estudantil;
- Políticas de extensão universitária.

6) Suporte da Pós-Graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de Graduação.

Para cada uma das dimensões, foi descrito o diagnóstico da situação atual (da época em que o documento foi escrito), as metas a serem alcançadas, as estratégias, bem como as etapas e indicadores.

Uma das críticas feitas ao programa foi a aplicação de meios de gestão empresarial, na educação. Ficou evidenciado, porém, que o governo pretendia monitorar o desenvolvimento do Programa.

As universidades com planos já em fase de execução são acompanhadas pelo Governo Federal por meio de instrumentos e mecanismos criados para este fim. Um deles é a Plataforma Integrada para Gestão das Universidades Federais (PINGIFES), que tem por objetivo a coleta de dados sobre as instituições federais. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES⁴) e o Instituto Nacional Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP⁵) também fazem parte deste acompanhamento, verificando dados e integrando a avaliação em diversas dimensões. Ocorre também o envio de analistas “in loco”, voltando-se para as questões específicas do REUNI. Desta forma, o governo

⁴ Criada em 1951 pelo Decreto n. 29.741, durante segundo governo de Getúlio Vargas, período de retomada do projeto de desenvolvimento da nação. A fase de crescente industrialização e complexa administração pública demandava a necessidade de formação de especialistas e pesquisadores de várias áreas. Assim, o objetivo da CAPES era justamente garantir a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade para atender a demanda dos empreendimentos públicos e privados do país, voltados ao desenvolvimento do país. A Capes já teve como secretário geral o professor Anísio Teixeira e neste período observou-se características peculiares, tais como maior autonomia, informalidade, contratação de professores, estímulo a intercâmbio entre instituições e concessão de bolsas. Com a ditadura militar Anísio Teixeira deixa a direção da Capes, que fica submetida ao Ministério da Educação e Cultura. Na década de 70 a CAPES realizava avaliação da Pós-Graduação, contribuindo para a criação de mecanismos de qualidade. Foi extinta durante o Governo Collor, mas, dadas as manifestações acadêmicas foi reativada no mesmo ano. Fortalecendo-se ano por ano, operando com envolvimento de docentes e pesquisadores. Apesar de algumas críticas quanto aos critérios de avaliação, a CAPES continua desempenhando papel importante no sentido de estabelecer parâmetros de qualidade da Pós-Graduação. Disponível em www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao. Acesso em 10/12/2009.

⁵ Iniciou seus trabalhos em 1938 com a publicação do Decreto Lei nº. 580, recebendo o nome de Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. No ano de 1952 teve Anísio Teixeira como diretor, dando maior ênfase aos trabalhos de pesquisas. Em 1972, passou a denominar-se Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, tendo como principal objetivo a realização de pesquisas sobre a situação educacional do país. Mas quase foi extinto durante o governo Collor. Atualmente constitui-se em autarquia vinculada ao Ministério da Educação e tem por função a promoção de estudos, pesquisas e avaliação sobre o sistema educacional brasileiro com o objetivo de subsidiar políticas públicas educacionais. Tem ainda por função a produção de informações objetivas aos agentes, pesquisadores, educadores e público em geral. Disponível em <http://www.inep.gov.br/institucional/historia.htm>. Acesso em 10/12/2009.

pretende verificar em que medida as instituições federais estão conseguindo atingir as metas e os objetivos propostos em seus programas.

No que se refere aos investimentos, entre os anos de 2008 e 2011 projeta-se o montante de dois bilhões de reais para esse programa, quantia bastante significativa para as universidades federais públicas, que historicamente sofreram com poucos investimentos. Ressalta-se que se trata do primeiro programa de investimentos de recursos nas últimas décadas. Mesmo com as críticas proferidas a ele bem como as dificuldades e percalços que ocorreram, há que se dar importância ao fato de estar voltado às universidades federais, viabilizando planos de ação elaborados pelas próprias instituições e permitindo a aplicação de recursos financeiros em áreas fundamentais.

O REUNI está em vigor há apenas dois anos e apesar do pouco tempo, já é possível observar alguns resultados iniciais. Segundo Zainko (2009, p. 37):

promoveu um aumento global de 31,5% em termos reais quando comparados à execução orçamentária de 2002. Nesse período, o investimento nas universidades federais aumentou 905%, o custeio teve um aumento de 63,5% e houve um acréscimo de 21,9% em pessoal. Por meio do REUNI o Ministério da Educação reafirma seu compromisso com a universidade pública, gratuita e de qualidade. (ZAINKO, 2009, p. 37).

Para verificar estes dados na situação concreta das duas universidades federais escolhidas, faz-se necessário que elas sejam apresentadas.

1.3 MOVIMENTOS EXPANSIONISTAS NO HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Até o ano de 2005 o Estado do Paraná tinha apenas uma Universidade Federal. Nesse ano houve a elevação do CEFET/PR para a categoria de universidade, denominando-se Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Atualmente, no ano de 2010, somam-se a estas a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Em apenas cinco anos registrou-se o aumento de três universidades federais. Isso sem mencionar o Instituto Federal do Paraná (IFPR). A UFPR, primeira instituição de Educação Superior em nível de Universidade, tem uma história singular.

Como já foi visto anteriormente, é possível que a Universidade do Paraná tenha sido a primeira do Brasil. Mesmo com toda a polêmica, certamente os paranaenses defendem essa teoria.

A história da Universidade se interrelaciona com a história do Paraná e da própria cidade de Curitiba, sendo a Universidade um de seus símbolos mais famosos. São quase cem anos de história e seria difícil fazer aqui um recorte. Optou-se por apresentar sua trajetória desde a fundação, para situar a questão da expansão. Certamente que alguns fatos são apenas ilustrativos, mas não menos importantes. Outros fatos servirão de base para a compreensão de situações que perduram até os dias atuais na instituição.

No Paraná, já em meados de 1891, houve a tentativa de criação de uma universidade por Rocha Pombo. MICHELOTTO (2006, p.75) afirma que, ele não obteve apoio de outros políticos e acabou por desistir do feito. Mas fatos históricos e situações políticas trariam novamente a necessidade da criação de uma universidade.

Segundo a autora, com base em Wachowicz (2006), esses fatos remontam às lutas por terras que ocorreram durante o povoamento do Paraná, especialmente os conflitos gerados por meio das disputas pelo território, na batalha do Contestado, entre Paraná e Santa Catarina.

A população paranaense, conforme Wachowicz (2006, p.45), não soube defender com energia seus interesses nesse conflito, o que foi entendido por Vitor Ferreira do Amaral e Silva, líder paranaense, como falta de consciência articulada e coerente, que poderia ser conseguida em estudos superiores. Surgiu, então, mais uma vez a idéia da criação de uma universidade paranaense.

Outro fator que colaborou com a criação da Universidade foi a Lei Rivadávia Correia⁶, aprovada pelo Decreto Federal nº 8.659 de 05 de abril de 1911, que retirou a concessão de funcionamento de cursos superiores particulares, ficando estes a cargo do Estado. Wachowicz (2006, p. 46) afirma que logo após a promulgação dessa Lei, Fernando Moreira, diretor de um estabelecimento de ensino foi até o Rio de Janeiro para verificar a possibilidade de equiparar sua escola ao Ginásio Paranaense. Conversando com Rivadávia da Cunha Correia verificou a possibilidade

⁶ Essa lei tornou livre a oferta do Ensino Superior e abriu espaço para as mais diferentes formas de exploração do Ensino Superior, que passou do controle do Estado para total falta de fiscalização. Havia um verdadeiro comércio de diplomas, ofertado pela Universidade Escolar Internacional, contemplando, inclusive, cursos por correspondência.

de abertura de uma universidade. Fernando Moreira retornou à província, mas não conseguiu levantar os fundos necessários para a nova universidade, porém, surgiram dois grupos interessados em torná-la realidade, um deles sob a liderança de Vitor Ferreira do Amaral e Silva e o outro grupo, formado por militares e positivistas, tendo à frente Nilo Cairo da Silva. Wachowicz (2006, p.51) comenta:

à fusão dos dois grupos que se lançaram de forma pioneira à fundação da Universidade do Paraná, deve-se indiscutivelmente o sucesso da empreitada. Se permanecessem isolados e divididos, provavelmente a universidade não passaria das primeiras iniciativas. (WACHOWICZ, 2006, p.51).

Após essa fusão foram realizadas reuniões da comissão organizadora (Nilo Cairo da Silva, Hugo Simas, Vitor Ferreira do Amaral e Silva, Daltro Filho e Euclides Bevilaqua) para discussões acerca do estatuto da universidade. Ainda segundo aquele autor, definiu-se também que, apesar de seu caráter privado, as taxas seriam bastante reduzidas, característica peculiar dessa nova instituição. Essa questão da cobrança de taxas reduzidas também foi abordada por Michelotto (2006).

Mesmo sabendo da importância da universidade, havia setores da sociedade que não concordavam com a sua criação, alegavam que a instrução primária no Paraná ainda não estava organizada de forma satisfatória, sendo pretensioso pensar em uma universidade:

criticava-se acemente tudo que era feito: a organização da instituição era má, o corpo docente teria sido formado por incompetentes e nulos, a obra toda estava destinada à completa desmoralização. (WACHOWICZ, 2006, p. 53).

Tal campanha não surtiu efeitos. Em 19 de dezembro de 1912, dia em que se comemora a Emancipação Política do Paraná, a universidade foi fundada em cerimônia solene, tendo como lema *Scientia et Labor*, ou ciência e trabalho (FARACO, 2002, p. 17). Logo após sua criação, recebeu subsídios do Governo do Estado e com parte desse valor Vitor Ferreira do Amaral e Silva alugou um prédio para sede oficial e legal da universidade, localizava-se na Rua Comendador Araújo nº 42.

Este prédio pode ser visualizado na figura abaixo:



FIGURA 1- PRIMEIRA SEDE DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ. 1913
FONTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2007, p. 34.

Segundo Faraco (2002, p.29) o prédio ficava próximo ao Bairro Batel, que era (e ainda é) bastante valorizado. O sobrado era a antiga residência de um grande ervateiro chamado Manoel Miró.

Como já foi relatado, a Universidade era privada, mas tinha apoio do Estado e da Prefeitura. Os exames de admissão foram abertos e os valores das taxas eram utilizados para pagar as contas. Segundo Wachowicz (2006, p.62) o primeiro aluno a se inscrever foi Oscar José de Plácido e Silva, optando pelo curso de Direito (convencido pelos amigos). Ele fez sua inscrição e já saiu com emprego na secretaria da universidade.

Quanto ao início das aulas, Westphalen (1987, p.10) afirma que ocorreu em 15 de março de 1913. Eram 97 alunos e 26 professores, dos cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia, Odontologia, Obstetrícia, Farmácia e Comércio. Mais tarde foram abertos os cursos de Medicina e Cirurgia.

As instalações do sobrado do ervateiro vistas na figura 1, logo se mostraram inadequadas, pois, o número de estudantes aumentava gradativamente, para satisfação dos fundadores. Havia urgência em providenciar uma sede que atendesse às necessidades dos cursos, bem como ao grau de importância da nova

universidade. Ainda em 1913, a diretoria adquiriu um terreno situado na Rua Carlos de Carvalho esquina com Visconde de Nacar. Bortolo Bergonse e Carlos Dietzch apresentaram projetos da nova sede e ficou acertado que ambos fariam a construção. Plácido e Silva *apud* WACHOWICZ (2006, p.64) afirma que o contrato foi assinado sem que a universidade tivesse qualquer valor para pagar a obra.

Quase em vias de início da construção, a Câmara Municipal fez a doação de um terreno mais central, com face para a Rua XV de Novembro, “ficava na periferia, em frente a um depósito de lixo, às margens de um terreno pantanoso”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2007, p. 62). Mesmo com esses problemas seria ali a construção da nova sede, para tanto, Vitor Ferreira do Amaral e Silva foi ao Rio de Janeiro conversar com Rivadávia para lhe mostrar todos os documentos da nova universidade e pedir-lhe auxílio, o que lhe foi concedido. Ainda com o objetivo de angariar recursos, o terreno da rua Carlos de Carvalho foi vendido por lotes.

Os cursos tinham continuidade no prédio provisório da rua Comendador Araújo. Plácido e Silva *apud* WACHOWICZ (2006, p.67) afirma que os estudantes estavam impacientes. Já havia salas prontas no novo prédio, mas Vitor Ferreira do Amaral e Silva queria inaugurá-lo com grande festa, por isso negou o pedido de transferência dos estudantes. No entanto, acadêmicos do curso de engenharia forjaram uma situação de incêndio e saíram carregando os móveis até a nova sede. Não havia nada que pudesse impedir a mudança e em abril de 1914 as novas salas foram ocupadas. No mesmo ano o prédio foi inaugurado em solenidade na qual foram proferidos discursos mostrando o orgulho daqueles que acreditaram no projeto. (WACHOWICZ, 2006, p.68).

O prédio foi chamado de “Palácio da Luz”. Na figura 2 percebe-se a construção do bloco central, mais tarde seriam construídas as alas laterais. Faraco (2002, p.34) afirma que houve críticas quanto ao posicionamento do prédio, acreditava-se que sua frente não deveria ficar voltada para a praça e sim para a cidade. Para além das críticas, em 1914 funcionavam ali os cursos de Farmácia, Engenharia e Medicina.



FIGURA 2: NOVA SEDE DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ, 1918
FONTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2007, p.72.

Mas já no ano seguinte, em 1915, a universidade sofreu os impactos da Lei n.º 11.530, conhecida como Lei Maximiliano e oposta à Lei Rivadávia:

visava por limites à mercantilização do Ensino Superior, o que estava acontecendo em diversos Estados do país. Assim, exigiu-se o sistema de equiparação das instituições, a necessidade de 100 mil habitantes para a cidade-sede, e o prazo de cinco anos de funcionamento para o pedido de equiparação. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2007, p. 68).

Frente ao grande número de instituições privadas e à mercantilização de diplomas, o Governo Federal teve que tomar medidas visando a um maior controle sobre as instituições, promovido por meio da Lei Maximiliano. De fato, era preciso que o Governo tomasse providências, no entanto, esta medida acabou por prejudicar algumas instituições. Muitas que surgiram com a Lei Rivadávia não conseguiram atender às exigências da Lei Maximiliano e tiveram que ser fechadas. Foi o caso das Universidades de Manaus e São Paulo. A Universidade do Paraná, também corria o risco de ser fechada, uma vez que estava em funcionamento há apenas três anos e a cidade não contava com cem mil habitantes. Foram várias as ações para impedir seu fechamento e no ano de 1918:

o Conselho da Universidade resolveu desmembrá-la em três Faculdades autônomas-Medicina, Direito e Engenharia- com vistas à sua equiparação. Permaneceram elas, contudo, congregadas na Federação das Faculdades Superiores do Paraná, sob direção administrativa única e

ocupando o edifício Central, que chamado então, de Palácio da Luz, ostentava, em seu frontão o nome Universidade do Paraná, até hoje ali gravado. E continuava-se reconhecer Victor Ferreira do Amaral e Silva, diretor da Faculdade de Medicina, como reitor da Instituição. O desmembramento não implicou, portanto, no desaparecimento do espírito de Universidade. (FARACO, 2002, p. 21).

Para além das dificuldades geradas pela Lei Maximiliano, a Universidade do Paraná ainda enfrentava graves problemas financeiros, as dívidas eram muitas e a instituição recorria a agiotas. Os alunos ficaram temerosos de que seus diplomas não tivessem valor e muitos resolveram abandonar os cursos ou pedir transferência. Essa evasão comprova-se na medida em que, no início de 1916 eram 204 alunos e terminou o ano com 160. Victor Ferreira do Amaral e Silva pedia financiamentos até esgotar as possibilidades, mesmo assim, a situação era precária, muitos professores estavam sem receber seus vencimentos e pediram demissão.

A equiparação das faculdades de Direito, Engenharia e Medicina ocorreu entre os anos de 1920 e 1922, mas era preciso maior expansão física da Universidade, fato que ocorreu em 1923 com o início da construção das alas laterais no prédio central, concluída em 1925.

Esta ampliação pode ser vista na figura 3.



FIGURA 3- UNIVERSIDADE DO PARANÁ. ALAS LATERAIS CONCLUÍDAS EM 1925
FONTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2007, p. 79.

Mesmo havendo a equiparação de cursos ainda faltava a restauração do caráter de universidade, que ocorreu somente em 1946. Westphalen (1987, p.12)

afirma que foram integradas a ela as faculdades de Direito, Engenharia, Medicina, Filosofia, Ciências e Letras. Victor Ferreira do Amaral foi mantido no cargo de reitor. Em virtude do reconhecimento da universidade como instituição oficial, esta recebeu certa quantia em dinheiro para que fosse formado um fundo universitário. Além disso, a prefeitura fez a doação de um terreno localizado no bairro Cajuru e o Governo do Estado disponibilizou uma subvenção anual. Todas essas ações melhoram as condições financeiras da instituição e promoveram sua expansão. (Westphalen, 1987, p. 12).

O ano de 1948 foi marcado pela saída de Victor Ferreira do Amaral e Silva. Após trinta e seis anos de lutas para manter a instituição e expandir as matrículas, ele deixou a reitoria da universidade, que ficou a cargo de João Ribeiro de Macedo Filho, mas, por pouco tempo, pois este veio a falecer no ano seguinte. Nesse curto espaço de tempo defendeu a construção de uma cidade universitária e desenvolveu ações no sentido de aproximar a instituição do Governo Federal.

Flávio Suplicy de Lacerda foi o sucessor, assumiu a reitoria em 1949, tendo a federalização e a expansão física da universidade como principais objetivos, ambos alcançados. A federalização ocorreu em 1950, com a Lei nº. 1.254 que “dispunha sobre o sistema federal de Ensino Superior e nomeava os estabelecimentos que seriam mantidos diretamente pela União”.(UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2007, p. 115). A Universidade do Paraná estava entre eles e passou a ser denominada Universidade Federal do Paraná, marcando o fim de seu caráter privado.

Seu projeto de expansão também teve início na década de 50: a Policlínica Garcez do Nascimento foi concluída em 1951; Logo em seguida, no ano de 1953 iniciou-se a construção do Hospital de Clínicas, sendo inaugurado em 1960. O complexo da Reitoria (abrangendo o auditório, a Faculdade de Ciências Econômicas e Faculdade de Filosofia Ciências e Letras) teve as obras iniciadas em 1956 e concluídas em 1958. Nessa década o prédio central também foi ampliado e remodelado. (FARACO, 2002, p. 22). Na figura 4 pode-se verificar o projeto da reforma. Um projeto arquitetônico diferenciado, no qual muitas características do prédio seriam modificadas, inclusive com a retirada da cúpula. Para além da questão estética, as reformas abrangeram também a instalação elétrica, pois havia risco de incêndios. As madeiras do teto e assoalho também foram trocadas, pois, estavam

apodrecidas devido à umidade. (SIQUEIRA apud IMAGUIRE e DE CASTRO, 2002, p.36). As obras foram encerradas em 1956.

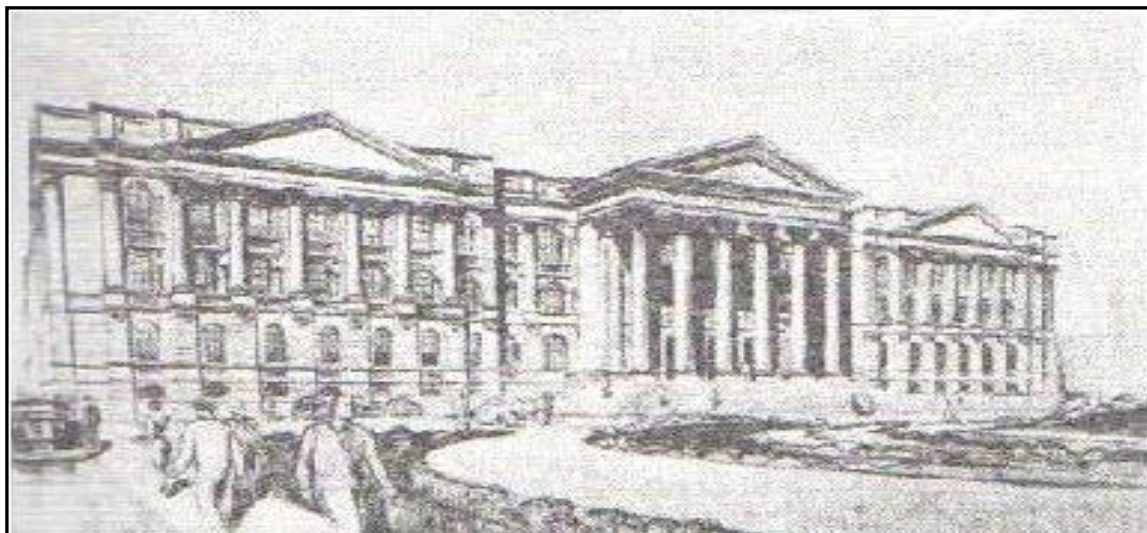


FIGURA 4- PROJETO DE AMPLIAÇÃO E REMODELAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ. INÍCIO DOS ANOS 50

FONTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2002, p.43.

Na década de 60, a expansão da universidade teve continuidade com a inauguração do Centro Politécnico em 1961. No ano seguinte, foi concluída a construção da Casa da Estudante Universitária⁷. Imaguire e De Castro (2002, p.79) lembram que a casa da Estudante Universitária funcionava desde 1954 em um prédio localizado na Rua José Loureiro, abrigando cerca de 20 moradoras, que tinham seus aluguéis custeados pela Reitoria. Devido aos inúmeros problemas relacionados à precariedade das instalações, as estudantes foram transferidas para outro prédio, situado na Rua Mariano Torres. Na ocasião o número de alunas tinha aumentado, sendo 48 no total. Finalmente em 1962 foi entregue a Casa da Estudante Universitária, o que representou e ainda representa um importante suporte assistencial às estudantes.

A expansão da universidade não ocorreu apenas na estrutura física. Michelotto (2006, p. 80) ressalta que a instituição desenvolveu uma experiência pioneira denominada “Universidade Volante”, consistindo em um processo de interiorização, que ocorreu em virtude de um convênio com o governo do Estado e a

⁷ Registra-se que a Casa do Estudante Universitário já existia desde 1950, pertencente ao Governo do Estado.

Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná. Essa experiência ocorreu entre 1961 e 1970, atendendo a 150 municípios.

Em meio a todo esse contexto de expansão, ocorreu o Golpe Militar e em 1968 a instituição passava por uma reforma que “era de fato, uma modernização tecnocrática da universidade brasileira, para torná-la um espaço de mão de obra técnica e esvaziado de todo o conteúdo político”. (FARACO, 2002, p. 23).

Dentre as mudanças promovidas pela reforma, o autor destaca: a estrutura administrativa rígida, centralizada, burocrática e não acadêmica. No que se refere à organização do ensino, registrou-se a divisão entre as disciplinas básicas e as profissionalizantes, provocando a fragmentação do conhecimento, tal fato ainda permanece em maior ou menor grau até os dias atuais. Também ocorreu a implantação dos departamentos. (FARACO, 2002, p.23).

Em 1973, Theodócio Jorge Atherino era o Reitor da Universidade. Segundo Westphalen (1987, p.15) dentre outros feitos, instalou as Pró-Reitorias, a Coordenação de Graduação e expandiu os cursos, criando o de Psicologia, Comunicação Visual, Desenho Industrial, Educação Artística, Geologia, Engenharia Cartográfica, Estatística, Processamento de Dados, Enfermagem e Turismo. Ainda foi o responsável pela prática de entrega dos diplomas durante a cerimônia de Colação de Grau.

O fim de seu mandato ocorreu em 1977, quando foi substituído por Ocyron Cunha, gestão em que o setor de Ciências Biológicas foi concluído e o curso de Nutrição foi implantado. No ano de 1982, assumiu o cargo de Reitor Alcy Joaquim Ramalho voltando suas ações para o setor de ciências agrárias. Em sua gestão iniciou o processo de consulta à comunidade para escolha do Reitor. A primeira eleição ocorreu em 1985, na qual foi eleito Riad Salamuni.

Os anos 90 foram marcados por ampla abertura da economia. O presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) abriu o país para o mercado externo, o que acabou por comprometer algumas indústrias nacionais. O plano real foi implantado e a inflação controlada. O governo adotou uma política baseada em privatizações e fusões entre empresas. Em contrapartida, os serviços públicos passaram por um período de estagnação e sucateamento. As universidades públicas sofreram com poucos investimentos, ao mesmo tempo em que exigia-se que novas tecnologias fossem desenvolvidas visando suprir as necessidades das indústrias. Como não

poderia ser diferente, a Universidade Federal do Paraná também sofreu com os impactos dessas políticas.

A universidade está bem próxima de completar 100 anos e “É apenas uma adolescente pelos padrões das universidades do mundo, mas é com energia que se aproxima de seu centenário”.(Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI- 2007-2011, p.7). Segundo este documento, mantém a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, universalidade do conhecimento e fomento à interdisciplinaridade.

No que se refere à estrutura, em 2010, compõe-se, atualmente, de quatro Campi em Curitiba⁸ (Centro, Jardim das Américas, Jardim Botânico e Juvevê), Campus Palotina, Campus Matinhos, Campus Pontal do Paraná, Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá, Fazendas Experimentais de São João do Triunfo, Bandeirantes, Castro e Estação Experimental de Paranaíba. Mantém os Hospitais de Clínicas e do Trabalhador e o Hospital e Maternidade Victor Ferreira do Amaral, este em parceria com o Estado e a Prefeitura de Curitiba. Ainda conta com dois hospitais veterinários, um em Curitiba e o outro em Palotina.

Em 2007, um pouco antes da implantação do REUNI, foram ofertados 73 cursos de Graduação presenciais, sendo mais de 4.000 vagas e mais de 20 mil matrículas. A universidade ainda oferta cursos de Graduação na modalidade não presencial, com mais de 800 estudantes matriculados.

A instituição tem como missão “fomentar, construir e disseminar o conhecimento, contribuindo para a formação do cidadão e desenvolvimento humano sustentável”. (PDI 2007-2011 p. 11). Além disso, tem como princípios:

a universidade pública, gratuita e de qualidade e comprometida socialmente, liberdade na construção e autonomia na disseminação do conhecimento, participação democrática e representativa dos segmentos da comunidade universitária. (PDI, 2007-2011, p. 11).

⁸ Dado retirado do projeto REUNI/UFPR.

1.4 MOVIMENTOS EXPANSIONISTAS NO HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ: “DE ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES À UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA⁹” - 100 ANOS DE HISTÓRIA.

Os dados apresentados a seguir baseiam-se, principalmente, em textos recentes (2009/2010), escritos para a comemoração do centenário da instituição.

Em meados de 1900, o Brasil era marcado por um cenário de crescimento industrial, tanto que no ano de 1906 foi realizado no Rio de Janeiro o Congresso de Instrução, com a participação de lideranças de diversos setores da economia. Ao final deste evento foi elaborada uma carta contendo a sugestão da criação da Escola de Aprendizes Artífices em todo o país. Segundo a carta:

as escolas absorveriam a grande quantidade de meninos e adolescentes vindos das camadas mais humildes da sociedade, que não trabalhavam e, como era natural, tampouco se dedicavam aos estudos. Era um contingente expressivo de jovens que, por advirem da marginalidade social, facilmente poderiam tomar o caminho da delinquência.(UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2010, p. 13).

A carta foi encaminhada ao Congresso Nacional. Na época, Afonso Pena era o presidente do Brasil, tendo como vice Nilo Peçanha. Ao recebê-la, o presidente elogiou a iniciativa, mas não tomou as providências necessárias para efetivar a proposta, permanecendo assim por três anos. Após a morte de Afonso Pena, Nilo Peçanha assumiu o cargo e em apenas três meses assinou o Decreto Federal nº 7566/09 de 23 de setembro de 1909, estabelecendo a criação da escola de Aprendizes Artífices em todos os Estados da Federação. Apenas Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro ficariam isentos, uma vez que já tinham escolas profissionalizantes. (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2010, p. 13).

Na mesma época o Paraná apresentava grande desenvolvimento, principalmente pelo cultivo e comércio do mate e pelo incentivo à imigração desde 1870. A construção da estrada de ferro no ano de 1885 ligando Curitiba a Paranaguá também contribuiu para esse processo. (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2010, p. 15).

Segundo Pandini (2006, p.15) na capital havia fábricas de fundição, indústrias da madeira, do mate e marcenarias. Também havia muitos moinhos, com

⁹ Título de texto da instituição apresentando seu histórico.

fabricação de cerveja e presunto, 30 olarias, duas fábricas de ladrilhos e mosaicos, além de curtumes. No entanto, não havia trabalho para todos, uma vez que a população crescia, devido principalmente, à quantidade de imigrantes: “no período de 20 anos – de 1890 a 1910- a população da cidade saltou de 24.453 habitantes para 60.800.” (PANDINI, 2006, p. 15).

Tal crescimento populacional acabava gerando diversos problemas sociais, como por exemplo, o aumento da violência. Na época, a preocupação maior era com os menores que estavam na ociosidade, o que gerava criminalidade. Essa preocupação não ocorria apenas em Curitiba, mas em várias outras capitais do Brasil. Para solucionar o problema:

defendiam-se ideais de escolarização e atividade profissional para a infância pobre como centrais ao futuro da nação, da nova ordem e do progresso que se delineavam. A formação profissional destinada aos menores, continha em si dois movimentos distintos: o trabalho como punição (que também envolvia a idéia de formação), reservado aos delinqüentes ou que incorriam no crime da vadiagem e a formação/preparação para o trabalho. (PANDINI, 2006, p. 34).

Com as Escolas de Aprendizes Artífices dois grandes problemas estariam em vias de solução: a questão dos jovens sem ocupação, bem como a falta de mão de obra qualificada nas fábricas. A capital paranaense aguardava a instalação de uma delas, que ocorreu em 16 de janeiro 1909, iniciando suas atividades em 1910. Segundo Pandini (2006, p. 8):

como em outros estados da República, fez-se no bojo de mudanças na esfera do trabalho e nas conceituações acerca da infância e minoridade. A presença dos menores aprendizes dentro dos espaços da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná era ordenada a partir dos anseios de se constituir um cidadão disciplinado e laborioso e evidencia algumas nuances no tratamento dado aos menores que constituíam o corpo de alunos e as demais categorizações de menores feitas naquele período. (PANDINI, 2006 p. 8).

O primeiro diretor da instituição foi Paulo Ildefonso d' Assumpção, que permaneceu no cargo por dezenove anos. A escola tinha como endereço a Praça Carlos Gomes. Na figura 5 pode-se visualizar o prédio em que a escola foi instalada. Anteriormente, nele funcionava o Conservatório de Belas Artes, que também foi fundado por Paulo Ildefonso (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2010, p. 16).



FIGURA 5- ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DE CURITIBA. 1910
FONTE: UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2009, p. 12.

A escola ofertava ensino primário e formação profissional. Inicialmente atendia 45 garotos, número este que passou para 302 em 1912 “A maioria dos alunos chegava alfabetizada, muito provavelmente porque a idade de admissão era 12 anos¹⁰ e talvez já haviam freqüentado a escola antes”.(PANDINI, 2006, p.41).

A disciplina era rigorosa. No ato da matrícula exigia-se a assinatura de um termo de compromisso, atestando que o aluno era oriundo das camadas mais pobres da sociedade. Muitos eram órfãos, outros eram imigrantes, havia ainda aqueles encaminhados por ordem judicial, mas: “Se dentre o corpo de aprendizes havia uma porcentagem de menores “infratores”, não parece ter sido a maioria e misturavam-se aos provenientes de famílias pobres e/ou imigrantes”. (PANDINI, 2006, p.47). No caso desses últimos, sua presença era vista com bom grado, havendo um intuito de nacionalizá-los. No entanto, não eram aceitos mestres de oficina estrangeiros. Quanto aos alunos negros, também era registrada sua presença e de forma significativa.

Dadas as condições financeiras dos alunos, registrava-se um grande número de faltas e de desistências, devido, em parte, à subnutrição e à falta de transporte. Para solucionar o primeiro problema, foi assinado o Decreto nº. 9070, de 25 de

¹⁰ O Decreto de 1909 estabelecia como idade de entrada 10 até 13 anos. Idades estas modificadas já em 1911, ficando entre 12 e 16 anos. No ano de 1918 a idade mínima de 10 anos seria novamente estipulada. (PANDINI, 2006, p.82).

outubro de 1911, estabelecendo o valor de diárias, mas essa idéia não vigorou por muito tempo: “Em 1915 o pagamento das diárias aos alunos foi suspenso em função da 1ª Guerra Mundial e em 1918 tal pagamento foi definitivamente cancelado”. (PANDINI, 2006, p.90). A implantação da merenda escolar foi uma medida com melhores resultados. No que se refere ao transporte escolar, o Diretor conseguiu passagens gratuitas para vários alunos.

Ainda sobre as faltas, a autora afirma que ocorriam devido a epidemias e ao período da colheita, no qual os filhos ajudavam os pais. Mais um fator pode ser mencionado como justificativa das faltas: a displicência dos pais no que diz respeito ao acompanhamento da freqüência dos filhos.

No que se refere à rotina de estudos, tinha-se o regime de externato, (embora o diretor Paulo Ildefonso almejasse mudá-lo para internato). No período da manhã, os alunos aprendiam conteúdos básicos, como pode ser visto na figura 6:



FIGURA 6- SALA DE AULA NA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES. SEM DATA
FONTE: UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2009, p. 13.

A figura mostra uma sala de aula freqüentada apenas por meninos. Nota-se o uso de uniformes, que foi uma solução para a questão da falta de vestuário dos alunos, principalmente em invernos rigorosos, bem como um meio de tratar todos de forma “igual”.

Sobre a rotina dos alunos, no período da tarde o aprendizado ocorria nas oficinas de alfaiataria, marcenaria e sapataria. Mais tarde foram criadas oficinas de serralheiro, seleiro-tapeceiro e as seções de pintura decorativa e escultura ornamental. O diretor Paulo Ildefonso defendia a integração entre as aulas e as oficinas. A oficina de marcenaria pode ser vista na figura a seguir:



FIGURA 7- OFICINA DE MARCENARIA. MEADOS DE 1910
FONTE: UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2010, p. 21.

Na figura 7 pode-se ver, ao fundo, o mestre da oficina. Pandini (2006, p.102) afirma que havia dificuldades para a contratação destes profissionais, pois em maioria, eram trabalhadores que se destacavam em seus ofícios. Já na escola primária, havia professores normalistas, pagos pelo Estado.

A figura ainda mostra a organização da oficina e a existência de pouco maquinário. Este era outro problema enfrentado, dado o alto valor do mesmo. Paulo Ildefonso fazia solicitações periódicas de máquinas e equipamentos, mas as negativas eram constantes.

após 1911 somente as oficinas de seleiro, tapeceiro e marcenaria recebiam alguns equipamentos, sendo que três anos mais tarde, em 1914, faltariam recursos para reposição de peças e ferramentas, dificultando sobremaneira a administração escolar. (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2010, p. 20).

Mesmo com essas dificuldades, no ano de 1911 a escola participou da exposição de Turim, organizada pelo governo italiano. Foram enviadas 242 peças

confeccionadas nas oficinas. A Escola de Aprendizes Artífices de Curitiba ficou em primeiro lugar dentre as brasileiras, “conquistou seis medalhas: duas de ouro, uma de prata e três de bronze” (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2010, p.17). O diretor também promovia uma exposição anual na própria escola. Muitos objetos eram vendidos, convertendo-se em renda extra. Com essa divulgação, a instituição foi se expandindo e, aos poucos, conquistando espaço e o reconhecimento por parte da sociedade e dos dirigentes do país. Mesmo assim, ainda sofria com a falta de investimentos e maquinários.

Após muitas solicitações, em 1912 ocorreu a ampliação da instituição “graças ao governo municipal que cedeu terreno para a escola de Aprendizes Artífices do Paraná. O governo do Estado ajudou na construção de um novo pavilhão com cinco salões destinados às aulas e oficinas” (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2010, p. 20).

Essas situações não ocorriam apenas na escola do Paraná, repetindo-se em várias outras. Eram tão constantes que em 1920 foi criada a Comissão de Remodelação do Ensino Profissional-Técnico, constituindo, posteriormente, o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional-Técnico, que mantinha uma relação próxima com a diretoria da indústria e do comércio. Dentre seus objetivos deveria desenvolver políticas de industrialização do Governo. Sobre as medidas tomadas, criou-se um currículo único e foram estabelecidas normas que deveriam ser cumpridas por todas as Escolas de Aprendizes Artífices do país. (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2010, p. 22). Percebe-se um maior controle sobre as escolas e a diminuição da autonomia das mesmas.

Como já foi visto, Paulo Ildefonso conduzia a Escola de Aprendizes Artífices de Curitiba de uma maneira muito peculiar, destacando-se: o método utilizado; a busca pela articulação entre o aprendizado nas oficinas com o ensino nas salas de aula, além das exposições que divulgavam o trabalho desenvolvido. Tudo isso aponta para características singulares. Desta maneira, causaria estranheza que ele aceitasse as imposições estabelecidas pelo Serviço de Remodelação do Ensino Profissional-Técnico. Não aceitou e justamente por isso sofreu grandes entraves: “a decisão de Paulo Ildefonso de não aceitar as mudanças metodológicas fez com que as dificuldades se multiplicassem. As negativas às suas solicitações tornaram-se comuns, sufocando o andamento dos trabalhos em Curitiba”.(UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2010, p. 26).

As dificuldades eram sentidas desde pormenores, como as solicitações de reposições de vidros até mesmo em questões mais complexas como o pedido de construção da nova sede. Em 1922 o Governo Federal ofereceu um terreno para este fim. No ano seguinte a prefeitura autorizou sua compra, mas o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional-Técnico não liberou verbas.

Com estes fatos percebe-se como as instâncias maiores hierarquicamente podem comprometer o desenvolvimento de uma instituição. Paulo Ildefonso não abriu mão de sua autonomia e de seus ideais, mas sofreu com as constantes negativas do Serviço de Remodelação, que tecnicamente deveria estar voltado aos interesses dos alunos e da sociedade, buscando melhorias e o desenvolvimento pleno das escolas.

Paulo Ildefonso morreu em 1928 sem ver a nova sede construída. Foi substituído por Ebrahim Xavier, mas este ficou por apenas três meses no cargo. Em seu lugar assumiu João Cândido da Silva Suplicy, que era diretor da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina e contrariamente a Paulo Ildefonso acatou todas as determinações do Serviço de Remodelação do Ensino Profissional-Técnico, daí um dos motivos por ter sido chamado a assumir a escola do Paraná. Ele ficou no cargo entre 1929 e 1930, tempo em que teceu diversas críticas à direção anterior, principalmente no que se refere às precárias instalações da escola, documentação, merenda e frequência dos alunos. (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2010, p. 27). No que se refere às condições precárias e à necessidade da merenda, não eram novidades, pois já era de conhecimento dos órgãos competentes.

No curto período de tempo em que foi diretor, João Cândido da Silva Suplicy, solicitou a contratação de um funcionário para ser escriturário, tendo como primeira função regularizar a documentação da escola. Além disso, aperfeiçoou a merenda escolar buscando minimizar o problema da frequência dos alunos e modificou o calendário de férias, devido ao inverno rigoroso da cidade. Faleceu em 1930.

Rubens Klier d' Assumpção, filho de Paulo Ildefonso assumiu a direção da escola. Pouco antes de sua posse um inspetor do Serviço de Remodelação do Ensino Profissional-Técnico compareceu à instituição e constatou as precárias condições de funcionamento (que na verdade já vinham sendo denunciadas há tempos). Criticou ainda o sistema de rotatividade de professores. Quanto a esta segunda questão, Rubens Klier não teve escolha a não ser acatar as determinações

e fazer as modificações solicitadas. Uma delas foi alterar a organização do ensino primário:

estabeleceu professores únicos para cada uma das quatro séries, contratou professores especiais somente para desenho e trabalhos manuais, nas primeiras e segundas séries, e desenho e tecnologia para terceira e quarta séries. (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2010, p. 32).

Quanto às instalações da escola, o novo diretor fez algumas reformas emergenciais, mas os problemas não foram resolvidos em definitivo.

No ano de 1935 foi iniciada a construção da nova sede, situada próximo à rua Marechal Floriano Peixoto. Sendo inaugurada em 1936. Na figura abaixo, pode-se visualizar a nova sede.



FIGURA 8- NOVA SEDE DA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO PARANÁ. 1970
FONTE: UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2010, p. 33.

No ano de 1937, ainda durante o Governo de Getúlio Vargas, a Escola de Aprendizes Artífices passou a ser denominada “Liceu Industrial”, ministrando cursos de primeiro grau. Já em 1938 foram abertos cursos noturnos, dentre eles: mecânico, ferreiro, fundidor, marceneiro, entalhador, carpinteiro, vimeiro etc. Nestes cursos, a idade dos alunos variava entre 16 e 38 anos.

Para além dessas mudanças, criava-se uma cultura mais aberta, na qual os trabalhos manuais começavam a ser vistos com mais respeito pela sociedade. Isso se deve, em parte, ao fato do Estado Novo utilizar o Ensino Industrial como forma de propaganda. A presença desse ensino na Constituição de 1937 também contribuiu

para esta mudança. (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2010, p. 36).

Após oito anos de gestão, em 1938, Rubens Klier foi afastado por questões políticas. O Liceu passou a ter Daniel Borges como diretor, que ficou no cargo por apenas treze meses. Apesar do pouco tempo, marcou sua presença na história da instituição por ativar a recém criada oficina de artes gráficas. Foi então sucedido por Ulisses Melo e Silva, mas por apenas três meses.

Em 1939 Lauro Wilhelm, assumiu a direção do Liceu e permaneceu no cargo por vinte e quatro anos, participando de grandes fatos e momentos históricos. Dentre eles, as mudanças ocorridas na década de 40, marcada por grande expansão do Liceu Industrial, podendo-se citar: a criação da revista LABOR, que consistia no meio de comunicação oficial da instituição, a inauguração da seção de esportes e do novo refeitório, que oferecia três refeições por dia, proporcionando maior assistência aos alunos e, ao mesmo tempo, visava a formar cidadãos fortes e sadios para o trabalho. (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2009, p. 15).

A reforma Capanema (1942) trouxe mais mudanças. Foi implementada a rede federal de instituições de ensino industrial e o Liceu passou a ser denominado “Escola Técnica de Curitiba”, ofertando os seguintes cursos: construção de máquinas e motores, edificações, desenho técnico e decoração de interiores. No ano de 1943 passou a ser ofertado o curso Técnico em Mecânica. Nesse mesmo ano, Gustavo Capanema visitou a instituição e firmou o compromisso de tomar providências quanto à ampliação de espaços e maquinários, fato que ocorreu já no ano seguinte. (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2009, p. 15).

A escola estava se expandindo e necessitava de mais espaço e na tentativa de resolver esse problema, Getúlio Vargas desapropriou terrenos que ficavam ao seu redor. Apesar dos protestos de dezenas de famílias que perderiam suas casas, em 1946 iniciaram as obras de ampliação, que seriam findadas apenas em 1950. Merece destaque a construção do internato, piscinas, quadras de esportes e arquibancadas.

Ainda em 1946 foi criada a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI): “Um programa de cooperação entre os governos do Brasil e Estados Unidos, que tinha por objetivo formar professores para atuar no ensino industrial”.(UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2010, p. 47).

Essa Comissão sugeriu que a Escola Técnica de Curitiba sediasse o Centro de Pesquisas e Treinamento de Professores (CPTP). Em 1957 o presidente Juscelino Kubitschek autorizou o funcionamento desse Centro e a CBAI também foi transferida para Curitiba. O Centro recebia professores de escolas industriais de todo o país. (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2010, p. 54).

Em 1959 houve a unificação do ensino técnico no Brasil, anteriormente dividido em diferentes segmentos. A Escola Técnica de Curitiba passou a se chamar “Escola Técnica Federal do Paraná”. Os cursos industriais básicos passaram a se denominar Educação Geral, com a inclusão da disciplina de artes industriais, havendo a necessidade de formar professores para ministrá-la. Foram mantidos os cursos de mecânica, edificações e decoração de interiores, com duração de quatro anos.

Na década de 60, a escola já era referência no país, capacitando profissionais para trabalhar nas indústrias. Pouco antes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 4024/61, ser promulgada, Jânio Quadros baixou um decreto que mudava o curso Industrial Básico para Ginásio Industrial. Ainda nesse ano em 1961, diminuiu a presença dos técnicos da CBAI, até que em 1963 a Comissão foi extinta por decreto de João Goulart.

No ano de 1965 a instituição teve Ney de Almeida Lima como diretor, mas este ficou por apenas um mês no cargo. Osvaldo Ceccon o substituiu, mas também permaneceu por pouco tempo no cargo. Então Ricardo Luiz Knesebeck assumiu a direção da Escola e durante a sua gestão foi promulgada a Lei nº 5692/71, regulamentando o ensino de primeiro e segundo graus. Além disso:

no segundo grau, os currículos tornaram-se técnico profissionalizantes e, para suprir essa necessidade, as escolas técnicas federais de todo o país passaram a servir de modelo para as instituições do segundo grau. (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2009, p. 25).

Em 1972, após seis anos como diretor, Ricardo Knesebeck deixou o cargo para assumir a coordenação de assistência técnica do Ministério da Educação e Cultura. Em seu lugar ficou Aramis Demeterco, permanecendo apenas um mês na função, sendo substituído por Ivo Mezzadri, responsável pela implantação dos cursos de Técnico de Desenho Industrial e as Engenharias de Operação em nível de

3º grau. Ressalta-se que Ivo Mezzadri tinha sido aluno do curso industrial básico de serralheria no ano de 1951 e seguiu seus estudos no curso de mecânica de máquinas, após sua formatura continuou na instituição, ministrando aulas. (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2010, p. 61).

A instituição se expandia e o espaço físico já não era mais suficiente, o que levou Ivo Mezzadri a fazer solicitações de terrenos próximos à instituição. Em caráter de urgência, solicitou ao Governador do Estado a doação do terreno onde funcionava o Instituto Médico Legal. Após análises o pedido foi aceito. Iniciaram as obras de um prédio de quatro andares onde funcionaria o centro de Engenharia de Operação, sendo inaugurado em 1975. Na figura abaixo pode-se visualizar o novo prédio:



FIGURA 9- AMPLIAÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PARANÁ-1975
FONTE: UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2010, p. 64.

Em 1978 foi publicada a Lei nº. 6545 de 30 de junho, oficializando a educação tecnológica. A escola passou a denominar-se Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR). Dentre as mudanças, destaca-se que o Curso de Engenharia de Operação passou a ser denominado Engenharia Industrial. A instituição poderia ofertar cursos de Extensão, Aperfeiçoamento e Especializações.

Na década de 80 foram realizadas novas obras de expansão visando a substituição das antigas oficinas. No ano de 1984 o diretor Ivo Mezzadri deixou o

cargo, sendo substituído por Ataíde Moacyr Ferrazza, (sua primeira gestão teve início em 1984 e terminou em 1988). Em seu discurso de posse, esse afirmava que daria continuidade aos trabalhos da gestão anterior, mas pretendia ainda imprimir esforços no sentido de expandir os cursos superiores. Sua gestão foi marcada por mudanças na área administrativa, ressaltando-se a criação de dois planos: o Plano Global de Desenvolvimento Físico e o Plano de Aplicação de Recursos. O primeiro tinha por objetivo melhorar a utilização dos espaços físicos, bem como garantir a construção de espaços com recursos próprios. O segundo plano estabelecia a aplicação e as fontes de recursos. Ferrazza tinha ainda como prioridade tornar o CEFET/PR um centro de excelência. Para atingir esse objetivo era necessário:

reformulação do currículo do Curso de Engenharia Industrial, aprovação e regulamento da organização Didático Pedagógica do Ensino de 2º grau e elaboração e implantação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, até a consolidação da estrutura e funcionamento dos departamentos Acadêmicos e da modernização e reequipamento dos laboratórios e oficinas. (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2010, p. 87).

Nessa gestão foi dada atenção especial à formação do corpo docente, sendo criado o Programa de Capacitação Docente com início em 1984. Essa medida possibilitou melhorias na qualidade de formação de professores, resultando na oferta de mais cursos de Pós-Graduação. Também foi registrada maior aproximação do CEFET-PR com as mais diversas empresas, promovendo maior número de convênios, inclusive alguns internacionais. Com isso, mais alunos foram inseridos no mercado de trabalho.

No ano de 1986 o MEC solicitou ao CEFET-PR que a instituição fosse projetada nas cidades de Medianeira e Cornélio Procopio por meio de Unidades Descentralizadas. Essa iniciativa foi proposta dada a falta de escolas técnicas de 2º grau em todo o país. Além disso, a maior parte delas se encontrava nas capitais, havendo a necessidade de interiorização. Em 1987 as Unidades Descentralizadas de Medianeira e Cornélio Procopio começaram a ser construídas, sendo resultantes do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC). No ano seguinte, em 1988 chegou ao fim a primeira gestão de Ataíde Moacyr Ferrazza, que retornou em 1992.

Artur Antônio Bertol assumiu a direção do CEFET-PR, no ano de 1988, gestão também marcada por mudanças nos currículos, implantação do Mestrado em

Engenharia Elétrica e Informática Industrial e o curso de Engenharia Industrial Mecânica. Foi criada a Incubadora Tecnológica, incentivando os jovens a iniciarem empreendimentos próprios. Ele ainda incentivou programas de intercâmbio e inaugurou, em 1990, a primeira Unidade Descentralizada, situada em Medianeira.

Em 1992 Ataíde Moacir Ferrazza voltou ao cargo de diretor do CEFET- PR e sob sua segunda gestão foram inauguradas as Unidades Descentralizadas de Ponta Grossa (1993), Cornélio Procópio (1993), Pato Branco (1993) e Campo Mourão (1995), efetivando a interiorização da instituição. Em 1995 teve início o Programa de Pós-Graduação em Tecnologia- PPGTE.

Paulo Agostinho Aléssio assumiu a direção do CEFET-PR em 1996 e logo de início se deparou com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei n.º 9394/96 que extinguiu o ensino técnico integrado. A instituição implantou o Ensino Médio regular e os Cursos Superiores de Tecnologia. Para manter a instituição, foi elaborada uma proposta para ofertar outros cursos de nível superior. O Conselho Diretor discutiu a proposta e decidiu pelo projeto de universidade.

Com o intuito de manter o reconhecimento do ensino, pesquisa e extensão, em 1997 foi criada a Fundação de Apoio a Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná (FUNCEFET), de direito privado e sem fins lucrativos, sendo posteriormente credenciada ao MEC e estendida a todas as unidades descentralizadas do CEFET-PR. Atualmente, em 2010, denomina-se Fundação de apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (FUNTEF-PR).

Ainda em 1998 foi firmada uma parceria com a empresa Equitel, possibilitando a realização de vídeo conferência e cursos à distância. Em 1999 foi criado o primeiro curso de Doutorado na área de Engenharia Elétrica e Informática Industrial. Foram iniciados também os estudos para a construção do novo setor, a unidade Ecoville, tendo as obras iniciadas no ano 2000.(UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2010, p. 116).

No ano 2000, Eden Januário Netto assumiu a direção do CEFET/PR e liderou o processo de transição da instituição para universidade. Durante sua gestão cada unidade passou a ter diretoria própria, sendo apoiada por gerências. Também foi implantado o curso de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica e de Materiais.

A expansão da instituição continuou em 2003, incorporando a unidade de Dois Vizinhos. Ainda nesse ano, o projeto de transformar o CEFET/PR em

Universidade foi encaminhado à Brasília, onde deveria passar pela avaliação de Cristovam Buarque, Ministro da Educação. Quatro meses após protocolar a proposta o ministro assinou a lei transformando o CEFET/PR em Universidade Tecnológica Federal do Paraná, mas ainda havia um longo caminho a ser percorrido. No ano de 2004 novos trâmites foram realizados, nos quais o projeto passou por diferentes análises. Apenas em 2005 o processo chegou ao final:

após sete anos de preparo e obtido o aval do Governo Federal, o Projeto de Lei n 11.184/2005 foi sancionado pelo Presidente da República, no dia 7 de outubro de 2005, transformando o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET/PR) em Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a primeira especializada do Brasil. (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2009, p.39).

O diretor Eden Januário Netto permaneceu como reitor pró-tempore até o ano de 2008, quando assumiu Carlos Eduardo Cantarelli, primeiro Reitor eleito. Em 2007 foram inaugurados os Campi em Francisco Beltrão, Apucarana, Toledo e Londrina.

Após transformar-se em Universidade a instituição já tinha uma proposta de expansão em diversos setores e níveis, destacando-se: a abertura de novos cursos; utilização do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) tendo apenas o ENEM como meio de seleção de alunos e a instalação do 12º campus situado em Guarapuava. No ano de 2007, com o REUNI, houve a possibilidade de potencialização do projeto de expansão da instituição. A Universidade elaborou seu plano REUNI sendo aprovado pelo Conselho Universitário.

Em 2009, a instituição completou seu centenário, contando com 1.393 professores, 647 técnicos administrativos e 16.091 estudantes em cursos de educação profissional de nível técnico, de Graduação e em programas de Pós-Graduação *lato e stricto sensu*, distribuídos em 11 Campi no Estado do Paraná: Curitiba, Medianeira (1990), Cornélio Procopio (1993), Pato Branco (1993), Ponta Grossa (1993) Campo Mourão (1995), Dois Vizinhos (incorporado em 2003), Francisco Beltrão, Toledo, Londrina e Apucarana (estes últimos fazem parte do plano de expansão da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) no Governo Lula, ambos do REUNI, ligados à SESU).

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná e a Universidade Federal do Paraná compõem o quadro de universidades federais do Brasil e desde o ano de 2008 fazem parte do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Mas para compreender os reflexos desse programa, faz-se necessário entender sua trajetória, iniciada nos primeiros anos do governo Lula.

A partir da fundamentação até aqui desenvolvida, retoma-se a questão já proposta: as ações empreendidas pelo Governo Lula têm, de fato, cumprido o compromisso no que se refere à expansão das universidades federais públicas? No próximo capítulo, os dados quantitativos das universidades federais, compreendidos entre os anos de 2003 e 2008, apresentam o quadro que antecedeu a implantação do REUNI, necessário para que se possa avaliar os impactos iniciais deste programa.

CAPÍTULO 2

2. A EXPANSÃO NOS INDICADORES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS, PARANAENSES, NA UFPR E UTFPR A PARTIR DOS NÚMEROS DE: INSTITUIÇÕES, VAGAS/ CANDIDATOS/ INGRESSANTES, MATRÍCULAS/ CURSOS E FUNÇÃO DOCENTE.

Como foi visto anteriormente, uma das políticas de campanha do atual governo federal intitulada “Uma escola do tamanho do Brasil” trazia como objetivo a expansão do Ensino Superior público, sendo este entendido como bem público. Entretanto, alguns autores como Mancebo (2009) e Chaves (2009) afirmam que esse governo pouco avançou nesse sentido. Faz-se necessário então verificar se a propalada expansão vem se efetivando. Para tanto, os dados quantitativos são importantes e servirão para análises qualitativas posteriores.

2.1 INSTITUIÇÕES NO BRASIL

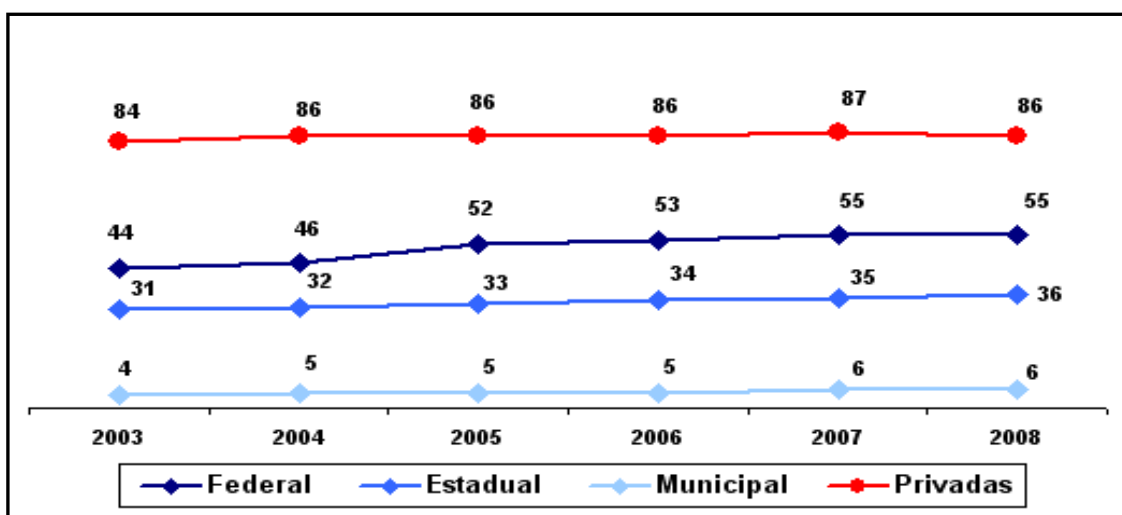


GRÁFICO 1- NÚMERO DE UNIVERSIDADES NO BRASIL
FONTE: INEP.

Segundo o gráfico 1, entre os anos de 2003 a 2008 verifica-se, no Brasil, um aumento de 18 universidades, sendo 11 Federais, 5 Estaduais e 2 Municipais. As Federais tiveram aumento significativo em 2005, passando de 46 para 52. As Estaduais mantiveram aumento de uma universidade a cada ano. As Municipais

tiveram pequenas alterações, iniciaram o período em questão com 4 universidades e ao final deste registraram 6 instituições. Merece destaque que a previsão do aumento de dez universidades federais, projetada logo no início do governo Lula foi superada. Quanto às universidades privadas, registra-se aumento de apenas 2, passando de 84 para 86.

Se for tomado apenas o setor privado e o público, os dados são os seguintes:

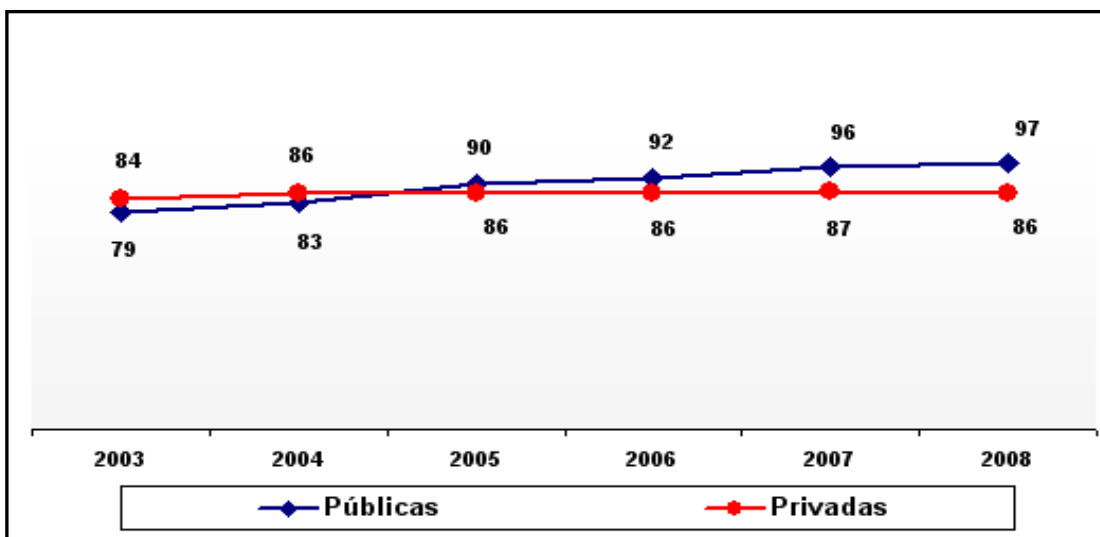


GRÁFICO 2 - UNIVERSIDADES POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA NO BRASIL
FONTE: INEP.

Registra-se, no período, um aumento maior no setor público. Como visto, o crescimento foi de 18 universidades públicas em todo o Brasil. O maior crescimento foi registrado entre os anos de 2004 e 2005. Por outro lado, as universidades privadas apresentaram pequeno crescimento.

A maior expansão do setor público, expressa acima, ocorreu apenas no que se refere às universidades, pois, se forem observadas as demais instituições de Ensino Superior, o setor privado aparece à frente. O próximo gráfico evidencia essa diferença.

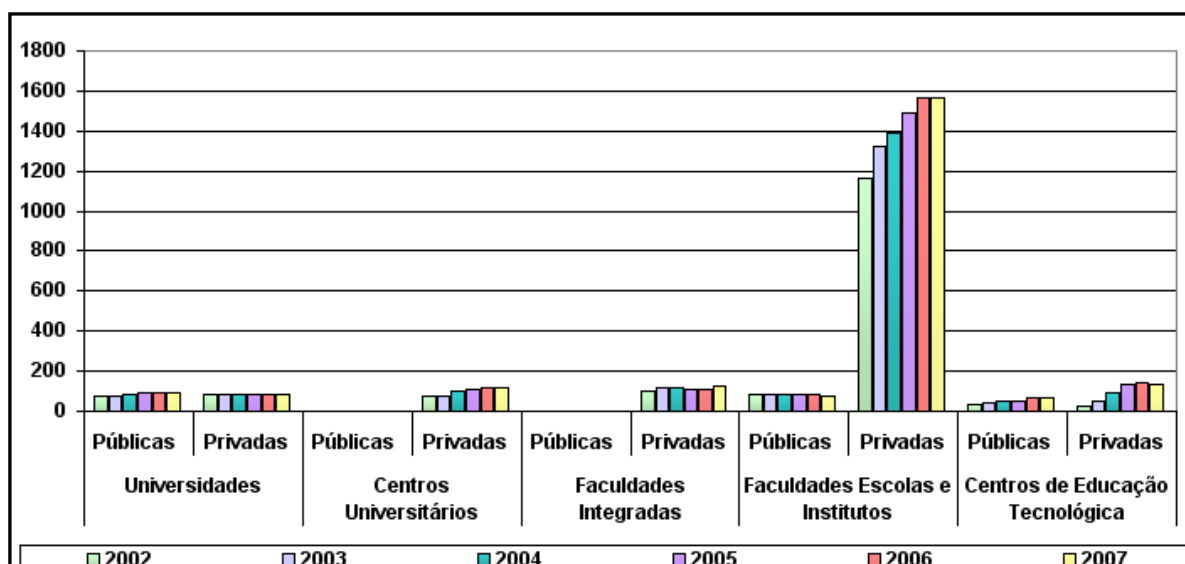


GRÁFICO 3- NÚMERO DE IES POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA NO BRASIL
FONTE: INEP.

Sobre o setor público, os Centros Universitários e Faculdades Integradas apresentaram números pouco significativos. Em 2002 eram 3 instituições públicas e finalizaram o período em questão com apenas 4.

Já os Centros de Educação Tecnológica públicos eram mais numerosos e apresentaram evolução ascendente, passando de 39 em 2003 para 66 em 2007. Porém, no ano de 2002 eram 22 privados e no ano de 2007 já eram registrados 138.

Os dados referentes às Faculdades Integradas e Faculdades Escolas e Institutos Superiores de Educação privados caracterizam a diferença de expansão entre os dois setores, houve aumento de 348 instituições privadas e no setor público houve retração, passando de 80 para 79.

Tal diferença reforça as análises feitas anteriormente, abordando a questão da privatização. Desde que a LDB 9394/96 permitiu maior diversidade de instituições de Ensino Superior, registra-se um aumento desmedido das mesmas. Como resultado tem-se que muitas IES ofertam ensino de qualidade duvidosa. Outra questão percebida nessas instituições refere-se ao fato de ocorrer encerramento de cursos devido ao grande número de evasão de alunos. Não são raros os casos de estudantes que iniciam os cursos em instituições privadas e no segundo ou terceiro ano os cursos são encerrados, levando os alunos a procurarem outras instituições para terminar a Graduação, tal fato demanda perdas financeiras e relativas à própria formação do aluno, pois dificilmente as matrizes curriculares são semelhantes. Em

virtude destas e outras questões, o Governo tem intensificado os meios de avaliação destas instituições, inclusive com sanções como o descredenciamento.

Por meio desses dados torna-se necessário reforçar a questão de que apenas no caso das universidades o setor público permanece à frente do privado. Daí a importância de políticas voltadas à expansão dessas instituições.

Após verificar os dados referentes às universidades em âmbito nacional, importa identificar como essas instituições estão representadas no Paraná. Tem-se por objetivo delinear o panorama do Estado bem como a representatividade das duas universidades mencionadas.

2.2 INSTITUIÇÕES NO PARANÁ

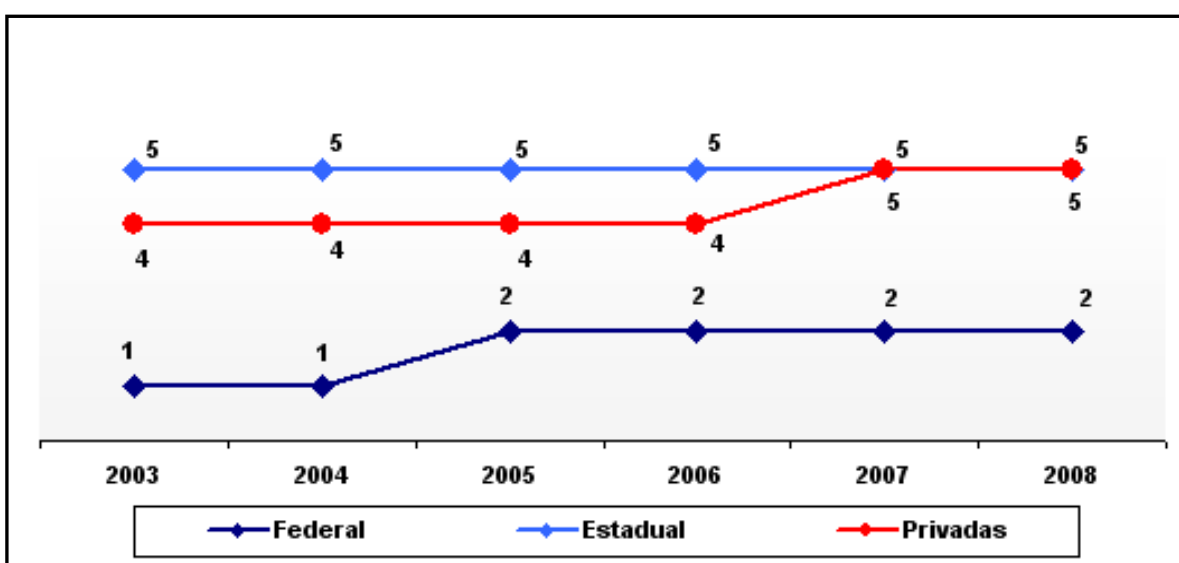


GRÁFICO 4- UNIVERSIDADES POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA NO PARANÁ
FONTE: INEP.

Como se pode verificar no gráfico 4, até o ano de 2008 eram cinco Universidades Estaduais. As universidades Estaduais não tiveram alteração, sendo 5 no total, um número maior que as federais. Tal fato difere da situação do Brasil, na qual registra-se o contrário. Não há universidades Municipais no Paraná.

As privadas eram em total de 4 no ano de 2003 e passaram para 5 em 2007, ou seja, do aumento de 2 universidades privadas no Brasil registrado anteriormente, uma se encontra no Paraná, mais especificamente em Curitiba. Trata-se do Centro Universitário Positivo, que foi elevado à Universidade Positivo.

O gráfico abaixo apresenta as universidades do Estado, nas categorias públicas e privadas.

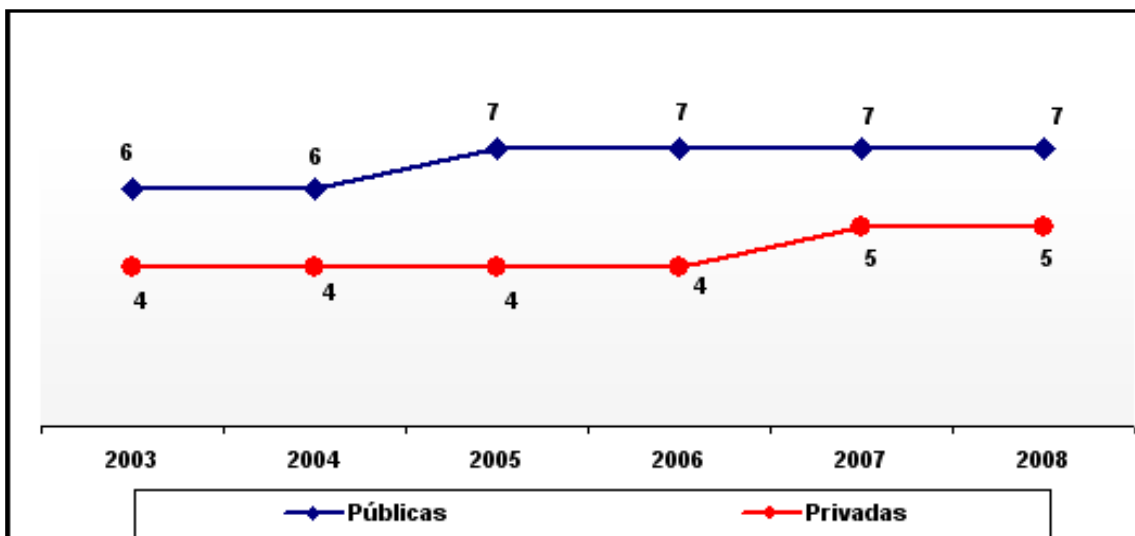


GRÁFICO 5- UNIVERSIDADES POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA NO PARANÁ
FONTE: INEP.

Segundo os dados, houve aumento de uma universidade pública. Aparentemente, um crescimento pequeno. No entanto, outras análises mostrarão que se tratou de uma grande mudança no quadro paranaense, representando grande expansão do Ensino Superior no Estado.

O setor privado também apresentou aumento de apenas uma universidade no ano de 2007. Nota-se também que, assim como ocorre no Brasil, as Universidades públicas apresentam-se em maior número no Estado. Levanta-se a hipótese de que o alto custo dessas instituições, bem como o grau de exigências para seu funcionamento consistem em entraves no processo de abertura das mesmas.

2.3 VAGAS/ CANDIDATOS E INGRESSANTES NO BRASIL

Ano	Vagas Ofertadas	%	Candidatos/ Vestibular	%	Ingressantes	%
2003	109.184		1.151.332		108.466	
2004	109.802	0,57%	1.171.720	1,77%	108.953	0,45%
2005	116.348	5,96%	1.179.493	0,66%	114.833	5,40%
2006	132.203	13,63%	1.188.194	0,74%	130.285	13,46%
2007	139.875	5,80%	1.188.613	0,04%	136.834	5,03%
2008	150.689	7,73%	1.234.479	3,86%	145.062	6,01%
Total		38,01%	Total	7,22%	Total	33,74%

QUADRO 1- VAGAS OFERTADAS PELAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO BRASIL
FONTE: INEP.

Segundo os dados, no ano de 2003 eram 109.184 vagas em cursos de Graduação presenciais e em 2008 passaram para 150.689, um aumento de 38%, correspondendo a 41.505 novas vagas. Registra-se então, um crescimento contínuo do número de vagas em cursos de Graduação presenciais em âmbito de Brasil.

Com o aumento do número de vagas ocorreu também o aumento dos ingressantes em proporções muito próximas: cerca de 34%, somados todos os anos, sendo 13,46% somente em 2006.

O número de inscritos no vestibular também apresentou aumento ano após ano, totalizando 7,22%. Apesar do aumento das vagas, mais de um milhão de candidatos ficaram fora das universidades federais em cada ano. Isso mostra a necessidade de haver mais investimentos e políticas públicas que promovam maior equidade de oportunidades, uma vez que parte desta demanda acaba sendo absorvida pelas instituições privadas e parte permanece fora do Ensino Superior, tentando uma vaga em outros anos.

A seguir, o quadro 2 apresenta os dados referentes às universidades privadas. Em âmbito nacional, as universidades privadas têm ofertado um número grande de vagas, com aumentos a cada ano, sem registrar decréscimo. Mesmo com um número menor de universidades, o setor privado consegue ofertar mais que o dobro de vagas.

Sobre o número de candidatos no vestibular nota-se que apresentou queda em 2006, exatamente o ano de maior aumento de vagas e de ingressantes nas universidades federais (dado apresentado no quadro 1), o que faz sentido.

Ano	Vagas Ofertadas	%	Candidatos/ Vestibular	%	Ingressantes	%
2003	661.749		1.126.946		401.077	
2004	777.556	14,89	1.143.889	1,50	402.479	0,35
2005	819.236	5,36	1.181.527	3,29	434.890	8,05
2006	870.809	6,30	1.136.904	-3,78	432.031	-0,66
2007	989.457	13,63	1.156.063	1,69	463.195	7,21
2008	1.028.195	3,92	1.257.682	8,79	452.671	-2,27

QUADRO 2- VAGAS OFERTADAS PELAS UNIVERSIDADES PRIVADAS NO BRASIL
FONTE: INEP.

Com relação aos ingressantes observa-se que não preenchem sequer a metade das vagas ofertadas e nos anos de 2006 e 2008 foram registrados decréscimos. Levanta-se a hipótese de que essas vagas sobrantes podem ter sido preenchidas por meio de outras formas de seleção ou com programas de bolsas, como, por exemplo, o PROUNI, já visto nessa pesquisa quando se tratou sobre os programas de expansão implantados pelo Governo Lula. De qualquer forma, os dados apontam para uma possível saturação deste setor. O que permite que se compreenda o que originou o PROUNI.

2.4 VAGAS/ CANDIDATOS E INGRESSANTES NO PARANÁ

Ano	Vagas Ofertadas	%	Candidatos/ Vestibular	%	Ingressantes	%
2003	4.134		52.189		4.132	
2004	4.144	0,24	46.346	-11,20	4.143	0,27
2005	7.823	88,74	65.159	40,59	7.310	76,44
2006	7.713	-1,41	64.845	-0,48%	7.577	3,65
2007	7.952	3,10	72.094	11,18	7.984	5,37
2008	8.380	5,38	64.655	-10,32	8.429	5,57

QUADRO 3- VAGAS OFERTADAS PELAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO PARANÁ
FONTE: INEP.

O quadro 3 mostra que o único momento de decréscimo do número de vagas foi registrado em 2006, sendo de 1,41%, ou 110 vagas. Há que se realizar pesquisas para se levantar as causas.

Em 2005 teve-se um crescimento de 88,74%, ano em que o CEFET/PR foi elevado à Universidade. Aqui comprova-se o comentário feito anteriormente, no qual apontava-se a diferença que esta instituição faria. Em 2005 o aumento de vagas foi de 3.679. No geral houve crescimento de 102,71% das vagas nas universidades do Paraná, um aumento bastante significativo, representando mais de quatro mil vagas, enquanto que no Brasil o crescimento foi de 38,01%.

Em consequência, houve também aumento do número de ingressantes. Nos anos de 2007 e 2008 este número foi até maior que o número de vagas ofertadas. Não foram encontradas, na literatura, explicações para esse fato. Levanta-se a hipótese de que tenham sido realizados outros processos seletivos para além do vestibular.

Sobre os candidatos inscritos no vestibular, nos anos de 2004, 2006 e 2008 registram-se decréscimos. Ainda há que se pesquisar e levantar possíveis hipóteses que levaram a eles. Apesar da diminuição do número de candidatos no vestibular, pode-se afirmar que, assim como acontece em âmbito nacional, no Paraná há grande demanda por este nível de ensino. Em 2008 observou-se que mais de 56 mil candidatos ficaram fora das Universidades Federais do Paraná. Parte dessa demanda pode ter sido absorvida pelo setor privado e Universidades Estaduais. O quadro 4 apresenta os dados deste setor.

Ano	Vagas Ofertadas	%	Candidatos/ Vestibular	%	Ingressantes	%
2003	26.814		34.807		16.403	
2004	27.511	2,60	33.844	-2,77	16.979	3,51
2005	27.195	-1,15	35.618	5,24	17.317	1,99
2006	28.614	5,22	32.691	-8,22	15.457	-10,74
2007	31.861	11,35	40.469	23,79	18.033	16,67
2008	30.488	-4,31	38.755	-4,24	18.077	0,24

QUADRO 4- VAGAS OFERTADAS PELAS UNIVERSIDADES PRIVADAS NO PARANÁ
FONTE: INEP.

Como ocorre no Brasil, no Estado do Paraná o setor privado também oferta um número bem maior de vagas. Nota-se apenas dois momentos de decréscimo, em 2005 e em 2008.

O número de candidatos no vestibular apresentou três anos de queda, em 2004, 2006 e 2008, exatamente como ocorreu no setor público. No entanto, no ano de 2007 houve um aumento de 23,79% dos candidatos. Ano em que também houve o maior aumento de ingressantes.

Como ocorre no Brasil, os ingressantes não preenchem o total de vagas, inclusive havendo queda em 2006. Interessante observar que neste ano já havia sido implantado o programa PROUNI, que tem por objetivo a concessão de bolsas de estudos nas instituições privadas de Ensino Superior.

Sobre as vagas/ candidatos e ingressantes na UFPR e UTFPR, foram encontradas discrepâncias entre os dados do INEP e das instituições, por esse motivo, não serão aqui apresentados.

2.5 MATRÍCULAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS NO BRASIL

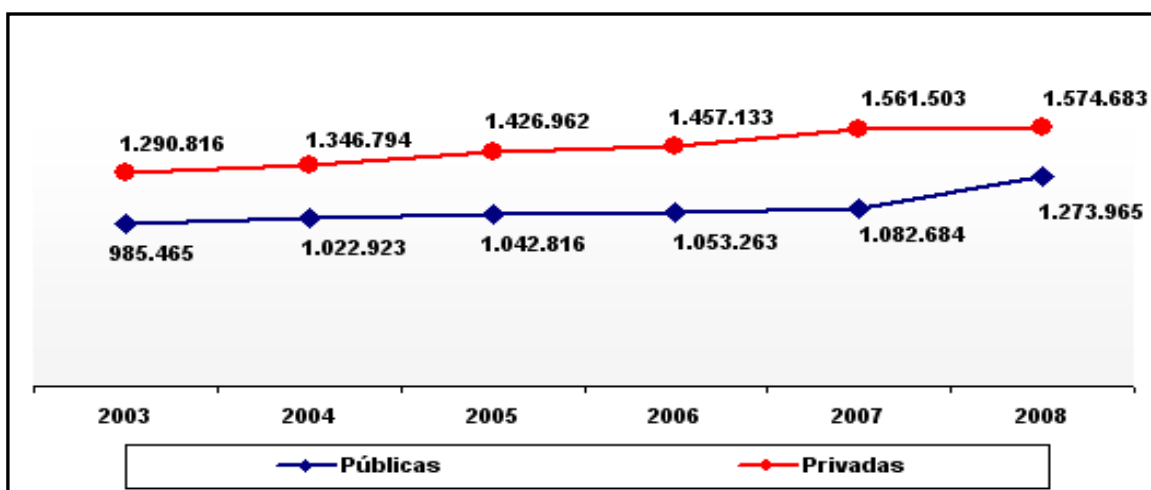


GRÁFICO 6- MATRÍCULAS EM CURSOS PRESENCIAIS NAS UNIVERSIDADES DO BRASIL
FONTE: INEP.

Importa aqui diferenciar os conceitos de vagas e matrículas. As primeiras representam as vagas abertas a cada ano ou semestre, dependendo dos processos seletivos. Representam cada indivíduo dentro da instituição.

O número de matrículas é obtido multiplicando-se as vagas pelo número de anos em que o indivíduo permanece na universidade. Por exemplo, por 3, 4 ou 5 dependendo do tempo de duração dos cursos.

Segundo o gráfico 6, nas universidades públicas do Brasil, entre 2003 e 2008 foi registrado aumento de 125.480 matrículas. Enquanto isso, no setor privado o aumento chega a 283.867, não sendo observados decréscimos em ambos.

No setor privado, nota-se que apesar de haver menos universidades, há um número bem maior de matrículas. Comparando os dois setores, em 2007 chega-se a uma diferença de 463.738 matrículas. Isso mostra que o fato de haver mais universidades públicas não significa que haja mais matrículas públicas. Os dados do quadro 4 mostram o contrário, que havendo menos universidades privadas, há mais matrículas. Pode-se levantar o seguinte questionamento: o que faltava ao setor público para atender a um número maior de matrículas? Dentre os mais diversos fatores pode-se citar a falta de estrutura física bem como a falta de recursos financeiros. Muitas universidades brasileiras não possuíam estrutura para ampliar as matrículas, pois as salas de aulas e demais dependências já estavam atendendo a um número máximo de alunos. Poder-se-ia pensar em alternativas como a construção de mais espaços físicos, no entanto, não havia verbas suficientes, pois, isso implicaria também na contratação de mais professores e funcionários. Isso explica porque a proposta do REUNI trouxe justamente a ampliação das universidades federais.

2.6 MATRÍCULAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS NO PARANÁ

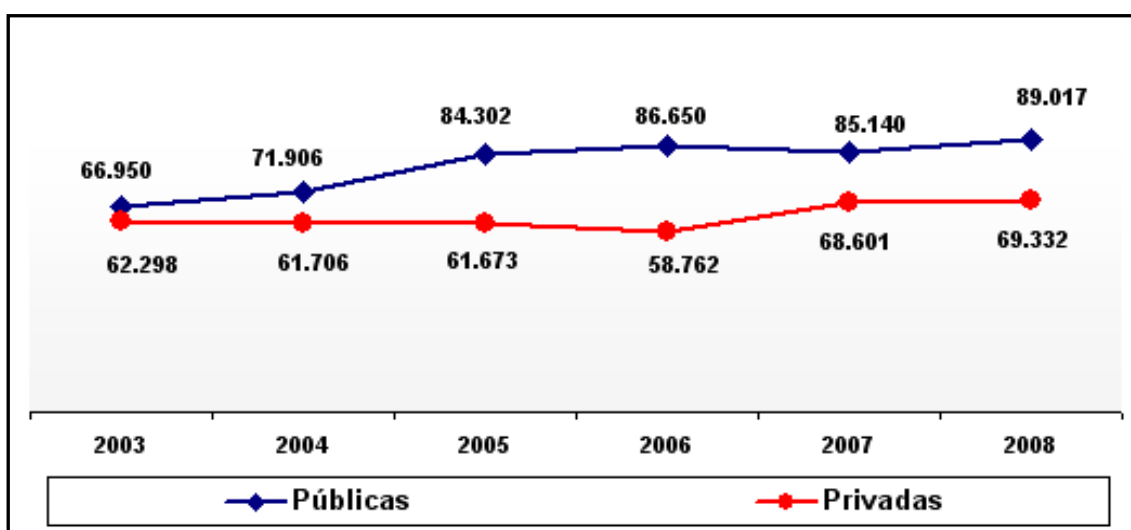


GRÁFICO 7- MATRÍCULAS EM CURSOS PRESENCIAIS NAS UNIVERSIDADES DO PARANÁ
FONTE: INEP.

Os dados do gráfico 7 mostram que em 2003, as universidades públicas e privadas do Paraná tinham pequena diferença de números de matrículas. Mas já no ano seguinte, em 2004, as universidades públicas apresentaram um aumento significativo. No entanto, em 2005, com a UTFPR, as matrículas públicas aumentaram em mais de 10.000, permanecendo em crescimento. Apenas em 2007 ocorreu retração deste setor. Porém em 2008, primeiro ano de implantação do REUNI, novo aumento foi registrado, passando de 85.140 para 89.017, um aumento de 3.977 matrículas.

No setor privado há decréscimos nos anos de 2004, 2005 e 2006. Apenas em 2007 e 2008 registrou-se aumento de matrículas. Isso denota retração deste setor, podendo ser explicado pelo alto custo das universidades, ou pelo fato do setor público estar ofertando mais vagas e absorvendo maior demanda.

Nota-se que no Estado do Paraná o setor público concentra maior número de matrículas, chegando a uma diferença de 27.888 em 2006. Tal fato difere do cenário nacional, em que as matrículas se mostram maiores no setor privado.

No gráfico 8 apresenta-se um comparativo entre as matrículas das Universidades Federais do Brasil e do Paraná.

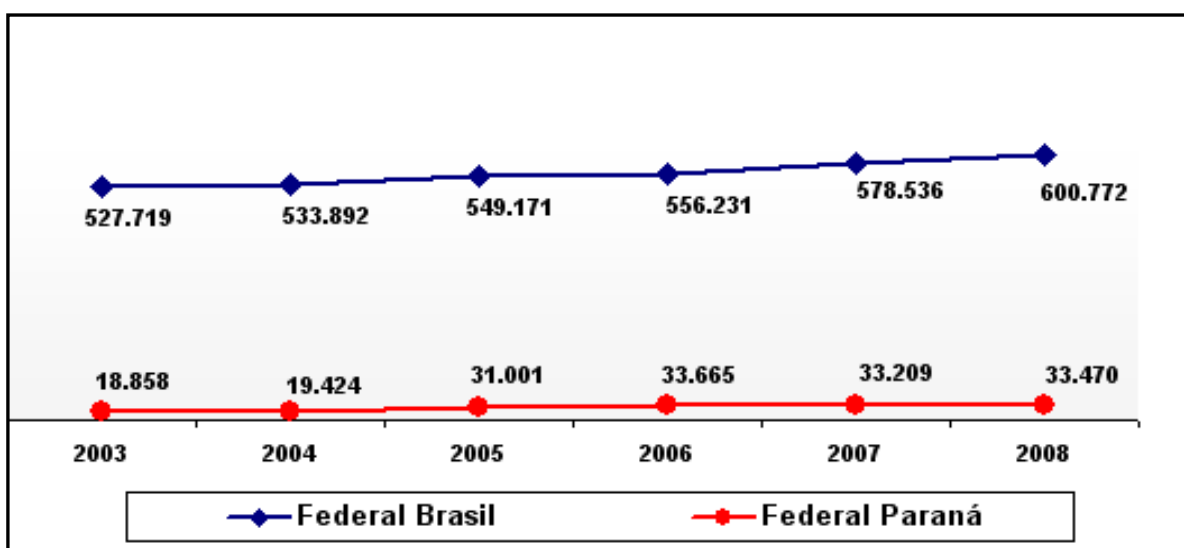


GRÁFICO 8-COMPARATIVO DE MATRÍCULAS EM CURSOS PRESENCIAIS NAS UNIVERSIDADES DO BRASIL E PARANÁ
FONTE: INEP.

Os dados registram que o Estado do Paraná representa em média 3% das matrículas. Tanto as nacionais como as estaduais cresceram a cada ano. Apenas

em 2007 o Paraná apresentou decréscimo, havendo necessidade de investigação das causas. As mesmas análises podem ser feitas tomando valores percentuais:

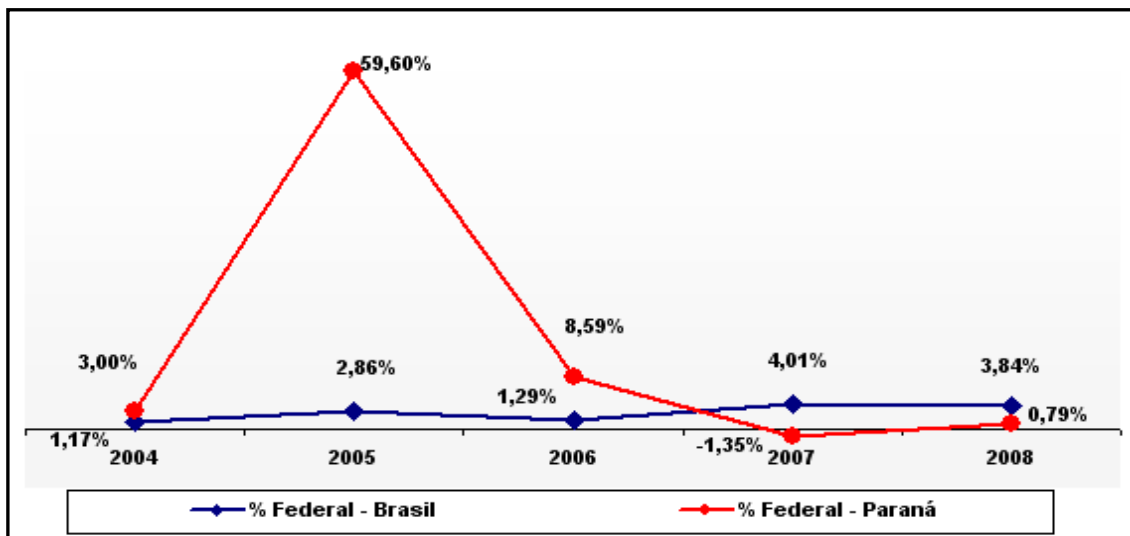


GRÁFICO 9- COMPARATIVO DA EVOLUÇÃO DE MATRÍCULAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS EM UNIVERSIDADES DO BRASIL E PARANÁ
FONTE: INEP.

O gráfico 9 mostra que em termos percentuais, a evolução das matrículas em cursos presenciais no Brasil apresenta crescimento em todos os anos. Em 2004 passou de 1,17% para 2,86%. No ano de 2006 as matrículas nacionais apresentam pequeno aumento, cerca de 1,29%. Em 2007 houve o maior aumento deste período em questão, sendo de 4,01%. Em 2008 o aumento continua; menos expressivo, mas continua.

O Paraná, em 2003 apresentava crescimento de 1,17%. Em 2005, com o CEFET/PR passando para UTFPR o aumento das matrículas atingiu a marca de 59,60%. Importa explicar que essas matrículas já existiam, no entanto, a instituição passou para a categoria de Universidade. No ano de 2006 o Paraná cresceu 8,59% e logo no ano seguinte, 2007, registra-se decréscimo de 1,35%. No ano de 2008 voltou a crescer, timidamente, na marca de 0,79%.

Apesar do momento de decréscimo que ocorreu no Paraná, os dados mostram que as universidades do Estado e as nacionais apresentam processo de aumento do número de matrículas em cursos de Graduação presenciais, o que denota expansão deste nível de ensino.

A seguir serão apresentados os dados referentes às duas federais paranaenses elencadas:

2.7 MATRÍCULAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS NA UFPR

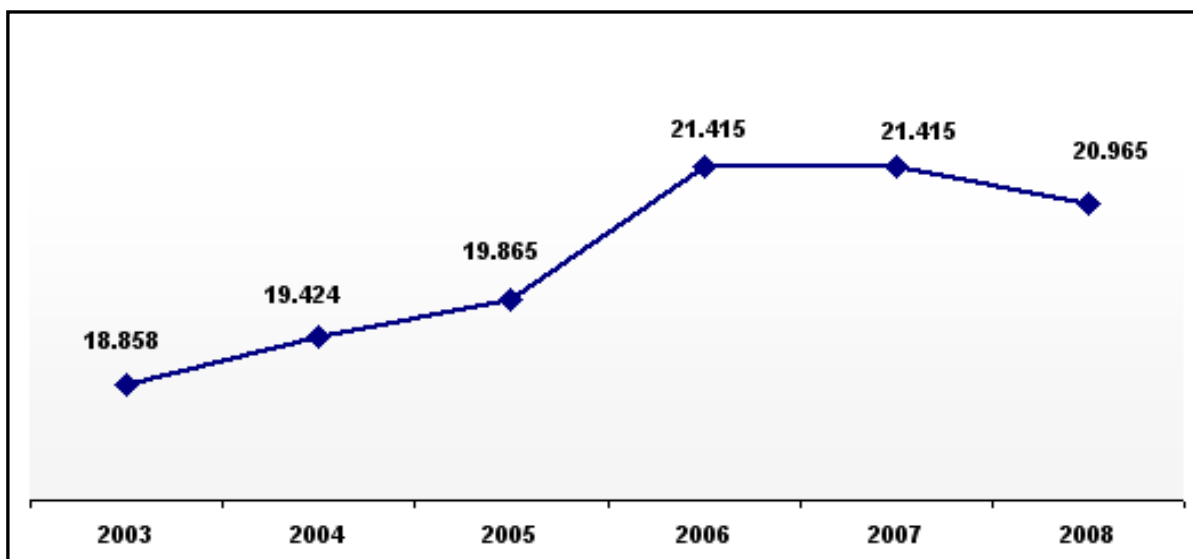


GRÁFICO 10- EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, SEGUNDO DADOS DO INEP
FONTE: INEP.

Segundo o gráfico 10, desde o ano de 2003 a Universidade Federal do Paraná vem apresentando aumento do número de matrículas em cursos de Graduação presenciais. Até 2005 foram pequenos os aumentos, mas em 2006 passou de 19.865 para 21.415, mantendo-se com igual número em 2007. No ano de 2008 aparece decréscimo de matrículas. Tal fato ainda necessita de investigação, mas poderia ser explicado pelo aumento do índice de diplomação.

Vale ressaltar que os dados acima foram retirados do Censo da Educação Superior, disponibilizados pelo INEP. Os dados de matrículas informados pela Universidade Federal do Paraná apresentam diferenças. Tal fato pode ser explicado devido à metodologia de coleta de dados, bem como à linha de corte. Faz-se necessário então apresentar os dados da instituição, estes estão compreendidos no gráfico a seguir:

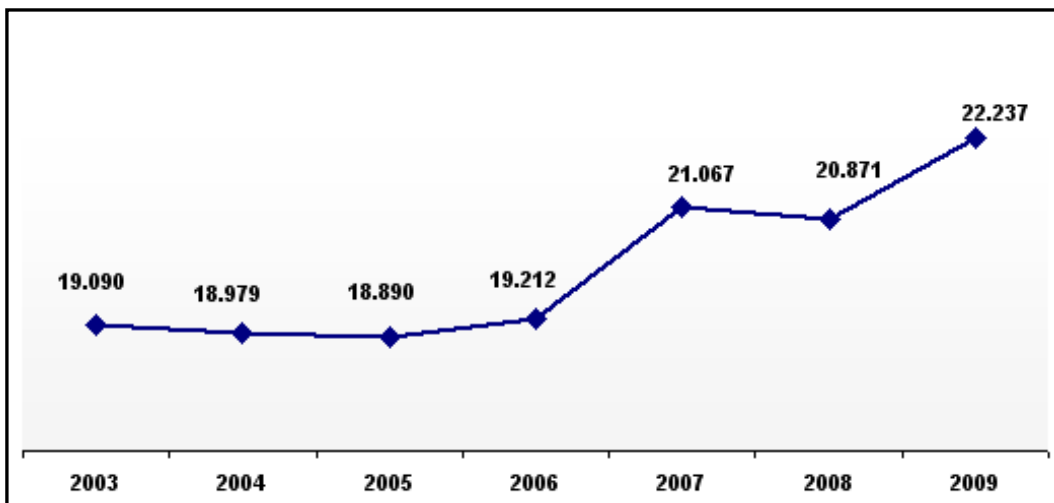


GRÁFICO 11- EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NA UFPR. DADOS DA INSTITUIÇÃO
FONTE: PROPLAN.

Analisando os dados das duas fontes percebe-se que os valores apresentados pela Universidade são um pouco menores. Entre os anos de 2003 e 2005 foram registrados decréscimos de matrículas. Entre os anos de 2005 e 2006 houve pequeno aumento. Os números continuaram em ascensão no ano de 2007. No ano de 2008 registrou-se queda do número de matrículas, o que também tinha sido mostrado nos dados do INEP, no gráfico anterior.

No gráfico 11 estão contidos os dados de matrículas de 2009 e registra-se um aumento de 1366 matrículas, se comparado com o ano anterior. Tal fato representa expansão significativa, mas faz-se necessário ainda observar uma linha de evolução das matrículas. Esta se encontra no próximo 12.

O gráfico 12, encontrado na próxima página, compõe-se de dados da instituição em um período de nove anos. Complementando as análises pode-se verificar as matrículas do ano de 2009, que representa o maior crescimento desde 2000, chegando a 22.237. Verificando os anos de 2008 e 2009, período de vigência do REUNI, tem-se um aumento de 1.170 matrículas.

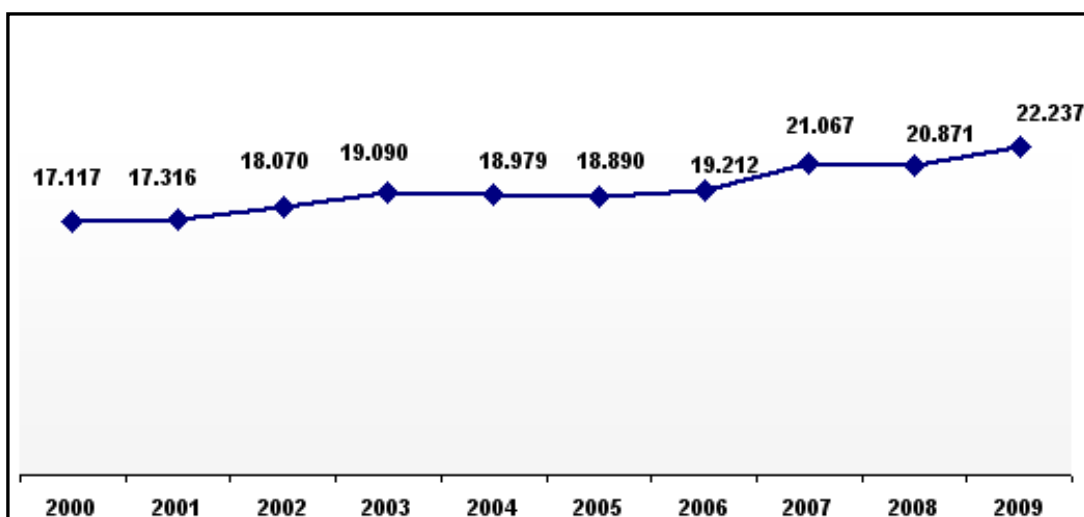


GRÁFICO 12- EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NA UFPR- 2000-2009.
DADOS DA INSTITUIÇÃO
FONTE: PROPLAN.

2.8 MATRÍCULAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS NA UTFPR

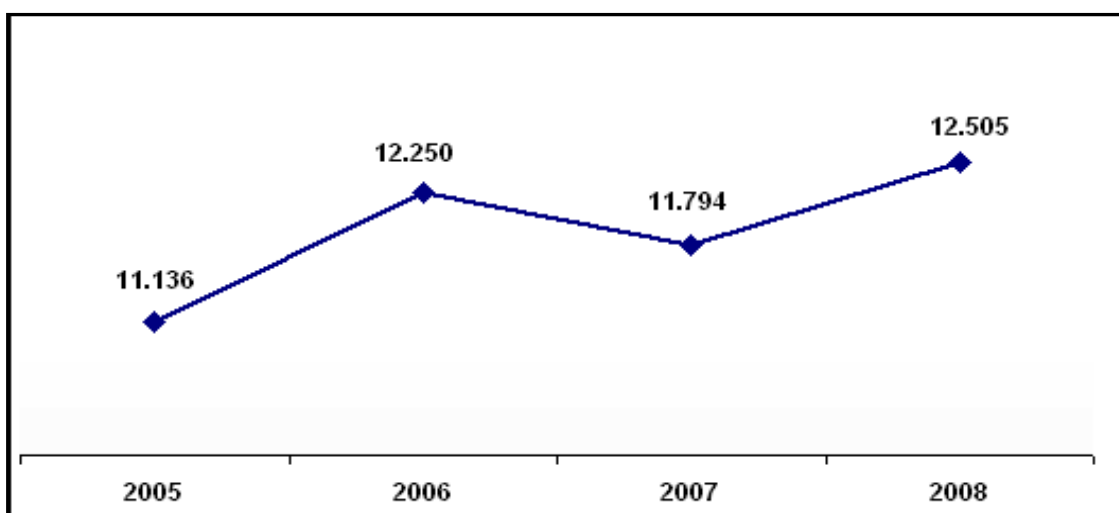


GRÁFICO 13- EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NA UTFPR
FONTE: INEP.

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná tem apenas 4 anos nesta categoria. Registra-se que logo no primeiro ano como universidade, houve aumento de 1114 matrículas, porém englobavam as já existentes no CEFET/PR. No ano seguinte, em 2007 houve decréscimo. No entanto, em 2008, primeiro do REUNI, houve acréscimo de 711 matrículas.

2.9 CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS NO BRASIL

O número de cursos de Graduação Presenciais consiste em um indicador de expansão do Ensino Superior. O acesso a eles está relacionado à formação profissional de qualidade, mas vai além, propiciando uma formação humana mais elevada. Os dados serão apresentados no quadro 5.

Ano	Federais	Estaduais	Municipais	Total Públicas	Privadas
2003	2.078	2.629	213	4.920	4.476
2004	2.102	3.115	243	5.460	5.015
2005	2.156	3.000	256	6.412	5.480
2006	2.464	3.001	252	5.717	5.835
2007	2.660	2.779	282	5.721	6.215
2008	2.822	2.727	287	5.836	6.515

QUADRO 5- NÚMERO DE CURSOS PRESENCIAIS NAS UNIVERSIDADES DO BRASIL
FONTE: INEP.

No Brasil, as Universidades Estaduais foram responsáveis pela maior oferta de cursos presenciais de 2003 a 2007. Apenas no ano de 2008 o número de cursos nas Universidades Federais ultrapassou o das Estaduais. A diferença entre as duas categorias chegou a 1.013 no ano de 2004.

Observando o total de cursos públicos, verifica-se que até o ano de 2005 esse setor ofertava maior quantidade que o privado. No entanto, a partir de 2006, o setor privado passou a ofertar mais cursos presenciais, apresentando uma diferença de 679 cursos.

2.10 CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS NO PARANÁ

Ano	Federais	Estaduais	Públicas	Privadas
2003	60	265	325	238
2004	60	265	325	259
2005	133	271	404	265
2006	134	285	419	280
2007	164	284	448	322
2008	184	273	457	314

QUADRO 6- NÚMERO DE CURSOS PRESENCIAIS NAS UNIVERSIDADES DO PARANÁ
FONTE: INEP.

Segundo o quadro 6, no Estado do Paraná, as Universidades Estaduais ofertam um número maior de cursos. Mas ao contrário do que ocorre no Brasil, o setor público oferta mais cursos do que o privado. Não foi registrado nenhum ano em que tenha ocorrido situação inversa.

Nota-se que nos anos de 2007 e 2008 as diferenças entre a oferta de cursos das Universidades Estaduais e Federais vem diminuindo, dado o aumento de cursos nas últimas. Nestes dois anos mencionados foram acrescidos 20 cursos, resultantes principalmente das ações do REUNI. Comparando os dados desde 2005, registra-se acréscimo de 51 cursos de Graduação, o que representa sólida expansão das universidades federais do Paraná.

A seguir serão analisados os dados referentes a cada uma das universidades federais do Paraná.

2.11 CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS NA UFPR

Nessa categoria de análise, novamente foi registrada diferença entre os dados da UFPR e do INEP. A seguir tem-se o quadro com os dados:

Ano	Cursos UFPR INEP	Cursos UFPR PROPLAN
2003	60	68
2004	60	68
2005	62	70
2006	63	72
2007	64	73
2008	71	77

QUADRO 7- NÚMERO DE CURSOS PRESENCIAIS NA UFPR
FONTE: INEP E PROPLAN.

Como já foi visto, a diferença de dados pode ser explicada por meio da utilização de metodologias de coleta diferenciadas. De qualquer forma, são registrados aumentos ano após ano.

2.12 CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS NA UTFPR

Ano	Cursos UTFPR
2005	71
2006	71
2007	100
2008	113

**QUADRO 8- NÚMERO DE CURSOS
PRESENCIAIS NA UTFPR**
FONTE: INEP.

Observa-se que o aumento do número de cursos foi considerável, passando de 71 para 100, portanto, um aumento de 29 cursos em 2007, isso antes do REUNI. Tal crescimento deve-se em parte pela criação das Unidades Descentralizadas de Apucarana, Londrina e Toledo. Já no ano seguinte, registra-se novo aumento de cursos, passando de 100 para 113 em 2008. A inauguração da Unidade Descentralizada de Francisco Beltrão contribuiu para esse aumento. Além disso, também resultam das ações do REUNI na instituição.

Para concluir o quantitativo de cursos, apresenta-se um quadro comparativo entre as duas universidades estudadas.

Ano	Cursos UFPR	Cursos UTFPR
2003	60	
2004	60	
2005	62	71
2006	63	71
2007	64	100
2008	71	113

QUADRO 9- CURSOS PRESENCIAIS UFPR E UTFPR
FONTE: INEP.

Tomando como base os dados do INEP, percebe-se que o número de cursos de Graduação presenciais da UTFPR é maior que o ofertado pela UFPR. Desde 2003 houve aumento de 42 cursos, enquanto que a UFPR registrou de 11 cursos. Em ambas as instituições nota-se que, em 2008, o primeiro ano do REUNI, o crescimento foi maior.

2.13 FUNÇÃO DOCENTE EM EXERCÍCIO E RELAÇÃO MATRÍCULA/FUNÇÃO DOCENTE NO BRASIL

Os dados referentes ao número de docentes em exercício bem como a relação matrícula/função docente serão muito importantes para complementar as análises e verificar se a expansão de matrículas está acompanhada por aumento do número de professores.

Ano	Federal	Estadual	Municipal	Total Docentes Públicos	Matrículas Públicas	Mat./Função Docente Pública	Total Docentes Privados	Matrículas Privadas	Mat./Função Docente Privada
2002	43.175	29.724	2.324	75.223	915.902	12,2	65.730	1.234.757	18,8
2003	44.542	30.690	3.908	79.140	985.465	12,5	68.150	1.290.816	18,9
2004	45.283	32.557	3.902	81.742	1.022.923	12,5	73.632	1.346.794	18,3
2005	48.375	34.559	3.558	86.492	1.042.816	12,1	72.785	1.426.962	19,6
2006	49.582	34.997	3.766	88.345	1.053.263	11,9	70.602	1.457.133	20,6
2007	53.023	38.835	4.079	95.937	1.082.684	11,3	71.220	1.561.503	21,9

QUADRO 10- FUNÇÃO DOCENTE EM EXERCÍCIO E RELAÇÃO FUNÇÃO DOCENTE/ MATRÍCULA UNIVERSIDADES-BRASIL
FONTE: INEP.

Com os dados do quadro 10, percebe-se que, dentre as públicas, o maior número de professores se encontra nas Universidades Federais, havendo aumento de funções ano após ano. O crescimento também ocorreu nas universidades Estaduais, o que resultou em números públicos crescentes. Fazendo o cálculo da relação matrícula/ função docente tem-se dados em torno de 11.3 e 12.5. O setor privado apresenta maior número de matrículas, menor número de professores e uma relação matrícula/função docente variando entre 18.3 e 22.3.

As funções docentes privadas tiveram aumento significativo em 2004. Nos anos de 2005, 2006 e 2008 foram registrados decréscimos no número de docentes, o que resultou inclusive em 22,3 matrículas por docente, ou seja, mais matrículas por docente, podendo-se denotar sobrecarga de trabalho para estes docentes.

2.14 FUNÇÃO DOCENTE EM EXERCÍCIO E RELAÇÃO MATRÍCULA/FUNÇÃO DOCENTE NO PARANÁ

Ano	Função Docente Federal	Função Docente Estadual	Função Docente Pública	Matrículas	Matrícula/ Função Docente Pública	Função Docente Privada	Matrículas	Matrícula/ Função Docente Privada
2003	1.718	4.756	6.474	66.950	10.3	3.970	62.298	15.7
2004	1.823	5.044	6.867	71.906	10.5	3.867	61.706	16.0
2005	3.190	5.414	8.604	84.302	9.8	3.702	61.673	16.7
2006	2.991	5.181	8.172	86.650	10.6	3.489	58.762	16.8
2007	3.247	5.289	8.536	85.140	10.0	3.782	68.601	18.1
2008	3.304	5.526	8.930	89.017	10.0	3.830	69.303	18.0

QUADRO 11- FUNÇÃO DOCENTE EM EXERCÍCIO E RELAÇÃO FUNÇÃO DOCENTE/ MATRÍCULA NAS UNIVERSIDADES DO PARANÁ

FONTE: INEP.

Nesse Estado, como já se esperava, o maior número de funções docentes se concentra nas Universidades Estaduais, cujos números apresentam decréscimo apenas em 2006, porém, muito pequeno. Tal decréscimo também foi registrado nas Universidades Federais. A relação matrícula/função docente nas universidades públicas ficou entre 9.8 e 10.6.

No setor privado o número de funções docentes permaneceu com poucas alterações, variando entre 3.489 e 3.970, a relação matrícula/função docente ficou entre 15.7 e 18.1. Resta ainda verificar como se apresentam estes dados nas duas universidades em questão.

2.15 FUNÇÃO DOCENTE EM EXERCÍCIO E RELAÇÃO MATRÍCULA/FUNÇÃO DOCENTE NA UFPR

Ano	Matrículas	Função Docente	Matrículas Função/ Docente
2003	18.858	1.718	10,9
2004	19.424	1.823	10,6
2005	19.865	1.990	9,6
2006	21.415	1.778	12
2007	21.415	1.921	10,5
2008	20.965	1.947	10,3

QUADRO 12- FUNÇÃO DOCENTE EM EXERCÍCIO E MATRÍCULAS UFPR

FONTE: INEP.

O quadro 12 mostra que o número de funções docentes na UFPR representa em média 3.3% dos docentes das Universidades Federais do Brasil. Houve aumento nos anos de 2004, 2005, 2007 e 2008. Em 2006 foi observado decréscimo, de qualquer modo as variações não foram em grande escala.

A relação matrícula/ função docente varia entre 9.6 e 10.9. Mas já alcançou 12 matrículas por função docente em 2006, justamente o ano em que diminuiu o número de docentes. Nota-se, portanto que a meta de 18 estudantes por docente, tal como propõe o REUNI, ainda está um pouco distante de ocorrer.

2.16 FUNÇÃO DOCENTE EM EXERCÍCIO E RELAÇÃO MATRÍCULA/FUNÇÃO DOCENTE NA UTFPR

Ano	Matrículas	Função Docente	Matrícula/ Função Docente
2005	11.136	1.200	9.2
2006	12.250	1.213	10.0
2007	11.794	1.326	8.8
2008	12.505	1.357	9.2

QUADRO 13- FUNÇÃO DOCENTE EM EXERCÍCIO E MATRÍCULAS UTFPR
Fonte: INEP.

O quadro 13 indica aumento gradual do número de funções docentes, na UTFPR passando de 1.200 no ano de 2005 para 1.357 em 2008, não ocorrendo decréscimos. No entanto, as matrículas apresentaram queda significativa no ano de 2007, fato que provocou também a queda da relação função docente/matrícula.

Resta ainda analisar os dados referentes à formação desses docentes. Estes serão apresentados a seguir.

2.17 FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL

A formação inicial e continuada dos docentes de todos os níveis de ensino tem sido objeto de muitas pesquisas e discussões. Anteriormente dava-se maior ênfase na formação inicial, mas com o tempo observou-se a necessidade de capacitação do profissional no decorrer da carreira. O fato é que ambas as

formações são importantes e acabam refletindo diretamente nos resultados de aprendizagem dos alunos. Daí a necessidade de se levantar o grau de formação dos docentes.

	Federal	Estadual	Municipal	Total	Privada
2003	44.542	30.690	3.008	78.240	68.150
Sem Graduação	0	0	0	0	14
Graduação	746	3.672	522	4.940	10.865
Especialização	4.909	6.533	1.509	12.951	19.208
Mestrado	12.214	7.458	1.373	21.045	27.067
Doutorado	19.955	12.027	504	32.486	10.896
	Federal	Estadual	Municipal	Total	Privada
2004	45.283	32.557	3.902	81.742	73.632
Sem Graduação	3	33	0	36	24
Graduação	8.187	3.603	525	12.315	11.671
Especialização	4.594	706	1.431	6.731	20.683
Mestrado	11.642	8.619	1.363	21.624	29.380
Doutorado	20.857	13.286	583	34.726	11.874
	Federal	Estadual	Municipal	Total	Privada
2005	48.375	34.559	3.558	86.492	72.785
Sem Graduação	4	15	0	19	14
Graduação	8.424	3.312	237	11.973	10.126
Especialização	4.879	7.696	1.172	13.747	20.157
Mestrado	12.325	9.231	1.514	23.070	12.839
Doutorado	22.743	14.305	635	37.683	32.118
	Federal	Estadual	Municipal	Total	Privada
2006	49.582	34.997	3.765	88.344	70.602
Sem Graduação	3	12	0	15	12
Graduação	7.397	2.849	276	10.522	8.842
Especialização	4.525	7.441	1.196	13.162	19.685
Mestrado	12.706	9.514	1.612	23.832	29.004
Doutorado	24.951	15.181	681	40.813	13.059
	Federal	Estadual	Municipal	Total	Privada
2007	53.023	38.635	4.079	95.737	71.220
Sem Graduação	3	9	0	12	8
Graduação	8.099	3.785	320	12.204	8.372
Especialização	4.136	7.965	1.236	13.337	20.208
Mestrado	12.967	10.454	1.748	25.169	29.161
Doutorado	27.818	16.422	755	44.995	13.471
	Federal	Estadual	Municipal	Total	Privada
2008	53.766	38.928	4.066	96.760	70.628
Sem Graduação	4	14	0	18	4
Graduação	7.540	4.033	302	11.875	7.272
Especialização	3.918	7.445	1.213	12.576	19.984
Mestrado	13.025	10.275	1.748	25.048	29.003
Doutorado	29.279	17.161	803	47.243	14.365

QUADRO 14 – FORMAÇÃO DOCENTE NAS UNIVERSIDADES DO BRASIL
 FONTE: INEP.

Segundo o quadro 14, nos anos de 2003 e 2004, percebe-se que nas universidades federais e estaduais o maior grau de formação dos docentes se concentrava no doutorado. Já as municipais concentravam maior formação na especialização. No setor público em geral predominava formação em doutorado. No setor privado, a maior formação de docentes se concentrava no mestrado e especialização.

Chama a atenção o fato de em 2003 haver 4.940 docentes somente com Graduação no setor público e no setor privado este número era muito superior: 10.865. Porém, no ano seguinte a situação se inverteu e o setor público passou a ter mais docentes com Graduação e o privado menos docentes somente com essa formação.

Prosseguindo as análises, em 2005 as Universidades Federais continuaram com maior formação no Doutorado, no entanto, as Estaduais também passaram a concentrar maior formação neste nível. As Universidades Municipais passaram a ter mais professores com Mestrado. Novamente prevaleceu o Doutorado no setor público.

O setor privado também apresentou maior formação no Doutorado. Aqui nota-se que em todas as organizações acadêmicas houve avanço no número de professores com maior grau de formação.

Sobre docentes com Graduação repete-se o que ocorreu em 2004. Havendo mais docentes somente com Graduação no setor público que no privado.

No ano de 2006 o setor público manteve os dados anteriores, ou seja, nas Federais e Estaduais maior número de docentes com Doutorado. Nas Municipais, maiores números de docentes com Mestrado. No público em geral, prevaleceu a formação em Doutorado.

No entanto, as privadas retrocederam, apresentando maior número de docentes com Mestrado. No ano de 2007 e 2008 a situação permaneceu.

Analisando os dados do setor público, nota-se então que nas Universidades Federais e Estaduais prevaleceu a formação em Doutorado. Em 2003 e 2004 as Municipais apresentaram maior número de especialistas, porém em 2005, 2006, 2007 e 2008 registrou-se formação em Mestrado. No total geral das instituições públicas há mais docentes com doutorado. Ressalta-se que esse fato é bastante significativo e importante, mas não consiste em garantia de ensino de qualidade. Muitos estudos têm mostrado falhas na formação do docente universitário, uma vez

que a maioria dos cursos de Mestrado e o Doutorado voltam-se para a formação do pesquisador. Em muitos casos, as disciplinas voltadas à docência ainda são insuficientes. Nos cursos de Ciências Exatas essa diferença pode ser ainda mais evidente. Estudos têm mostrado a necessidade da formação pedagógica dos professores universitários. Algumas instituições já perceberam essa defasagem e vêm empreendendo esforços no sentido de suprir essa necessidade.

Em 2004 não havia registros de professores sem Graduação, mas em 2005 eram 36 no público e 24 no privado. Em 2005 nota-se diminuição dos números, passando para 19 no público e 14 no privado, mas ainda assim, o público ficou à frente.

Em 2006 e 2007 o setor público continuou à frente mantendo 15 e 12 docentes sem Graduação, respectivamente. Enquanto que o privado manteve 12 e 8 respectivamente. Em 2008 eram 18 docentes sem Graduação no setor público e apenas 4 no privado. Note-se que desde 2005 o número desses profissionais vem diminuindo no setor privado, porém, o setor público manteve uma média. Registra-se, também que a maior parte dos docentes sem Graduação se encontra nas Universidades Estaduais. Questiona-se a presença de docentes sem Graduação nas Universidades. Quais atividades estariam desempenhando? Estariam ministrando aulas?

No setor privado prevalece a formação em Mestrado. Apenas no ano de 2005 o número de doutores foi maior. Aqui, pergunta-se: qual a consequência desta formação? Estaria afetando a qualidade do ensino nestas instituições?

2.18 FORMAÇÃO DOCENTE NO PARANÁ

	Federal	Estadual	Total	Privada
2003	1.718	4.756	6.474	3.970
Sem Graduação	0	0	0	0
Graduação	165	504	669	446
Especialização	166	856	1.022	1.228
Mestrado	504	1.714	2.218	1.805
Doutorado	883	1.682	2.565	491
	Federal	Estadual	Total	Privada
2004	1.823	5.044	6.867	3.867
Sem Graduação	0	0	0	0
Graduação	180	487	667	363
Especialização	166	874	1.040	1.183
Mestrado	535	1.880	2.415	1.680
Doutorado	942	1.803	2.745	641
	Federal	Estadual	Total	Privada
2005	3.190	5.414	8.604	3.702
Sem Graduação	4	4	8	0
Graduação	393	500	893	340
Especialização	478	881	1.359	1.074
Mestrado	1.074	2.028	3.102	1.599
Doutorado	1.240	2.001	3.241	689
	Federal	Estadual	Total	Privada
2006	2.991	5.181	8.172	3.489
Sem Graduação	3	0	3	0
Graduação	237	395	632	240
Especialização	391	802	1.193	965
Mestrado	1.070	1.880	2.950	1.560
Doutorado	1.290	2.104	3.394	724
	Federal	Estadual	Total	Privada
2007	3.274	5.289	8.563	3.792
Sem Graduação	3	0	3	0
Graduação	578	381	959	246
Especialização	320	641	961	1.022
Mestrado	926	1.938	2.864	1.723
Doutorado	1.438	2.329	3.767	801
	Federal	Estadual	Total	Privada
2008	3.304	5.526	8.830	3.830
Sem Graduação	3	0	3	0
Graduação	486	305	791	228
Especialização	269	651	920	998
Mestrado	922	2.007	2.929	1.800
Doutorado	1.624	2.563	4.187	804

QUADRO 15- FORMAÇÃO DOCENTE NAS UNIVERSIDADES DO PARANÁ
 FONTE: INEP.

No ano de 2003, havia apenas uma universidade federal no Estado e apresentava maior número de docentes doutores. As estaduais apresentavam maior número de mestres e no geral, o setor público tinha mais formação de doutores. Aqui já pode-se observar que difere do Brasil, uma vez que as Estaduais também apresentavam maior número de doutores.

No que se trata de professores somente com Graduação, no ano de 2003 havia mais docentes no setor público que no setor privado. No ano de 2004 a situação se inverte e o setor público passou a ter menos professores graduados. O setor privado apresentou maior número de mestres, tal como ocorre nacionalmente.

Em 2004 a situação do setor público se reverteu e passou a concentrar maior formação em Mestrado. Diferente do que ocorreu no Brasil, que em nenhum ano apresentou tal dado.

Em 2005 a única diferença está no fato do setor público voltar a apresentar mais docentes com formação de doutores. Os demais dados permanecem iguais. No ano de 2006 as universidades estaduais apresentaram número maior de docentes doutores pela primeira vez desde 2003. O setor privado continuou com maior número de mestres.

Em 2007 e 2008 o cenário permaneceu igual, prevalecendo formação de doutores no setor público e de mestres no privado.

Nos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008 o número de professores com Graduação aparece maior no setor público.

No geral tem-se nas universidades públicas do Paraná maior número de docentes doutores. Apenas em 2004 o número de mestres esteve à frente. No setor privado, em nenhum ano houve maior índice de doutores nas universidades. Em todos os anos a formação dos docentes se concentrou no Mestrado.

Importa ainda registrar que há maior número de docentes com formação apenas em Graduação, no setor público. Além disso, docentes sem Graduação não foram registrados no setor privado, porém aparecem variando entre 3 e 8 no setor público, com o registro de 4 nas Universidades Federais no ano de 2005, sendo exatamente o valor que aparece no quadro do Brasil.

2.19 FORMAÇÃO DOCENTE NA UFPR

ANO	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total	1.901	1.952	2.064	1.878	2.026	2.017
Em Exercício	1.718	1.823	1.990	1.778	1.921	1.947
Sem Graduação	0	0	0	0	0	0
Graduação	170	185	207	126	371	236
Especialização	176	173	174	109	82	77
Mestrado	641	625	652	533	416	425
Doutorado	914	969	1.031	1.110	1.157	1.279

QUADRO 16-FORMAÇÃO DOS DOCENTES NA UFPR
FONTE: INEP.

O quadro 16 mostra que nos anos de 2003, 2004 e 2005 não houve registros de docentes sem Graduação. No que se refere à formação em cursos de Graduação, o pico se deu em 2007.

Quanto aos especialistas, até o ano de 2005 mantinha-se uma média com pouca alteração.

Os Mestres totalizavam 641 no ano de 2003, houve pequeno decréscimo em 2004, mas em 2005 passou para 652, o que representou mais de 30% do total daquele ano.

Em contrapartida o número de Doutores apresentou apenas acréscimos, passando de 914 em 2003 para 1279 em 2008, o que representa 63% do total de docentes da instituição. Registra-se, portanto, que a UFPR segue os parâmetros das Universidades Federais do Brasil, em que o maior grau de formação dos professores se encontra em nível de Doutorado. A universidade está entre as instituições que vêm se preocupando com a formação continuada dos seus docentes. A Pró-Reitoria de Graduação desenvolveu o Núcleo de Formação de Professores. Alguns departamentos, como o de Geologia, por exemplo, têm procurado o núcleo para promover palestras aos professores, pois, como se sabe, a titulação do docente não garante que o mesmo detenha condições metodológicas e didáticas para ministrar as aulas. Tal fato reflete diretamente no aprendizado dos alunos, na qualidade das aulas e do ensino em geral. Em alguns casos, influencia até mesmo nos índices de evasão e repetência. Esses aspectos relacionados à formação do professor bem como a sua atuação em sala de aula nos mais diferenciados cursos, poderiam resultar em outra pesquisa, dada sua complexidade.

2.20 FORMAÇÃO DOCENTE NA UTFPR

ANO	2005	2006	2007	2008
Total	1.309	1.345	1.396	1.474
Em Exercício	1.200	1.213	1.326	1.357
Sem Graduação	4	3	3	3
Graduação	195	123	218	253
Especialização	335	309	231	218
Mestrado	557	634	603	614
Doutorado	218	276	341	386

QUADRO 17- FORMAÇÃO DOS DOCENTES NA UTFPR
FONTE: INEP.

Registra-se que, no início, do período havia 4 docentes sem Graduação, passando para 3 no ano de 2006, número que se manteve nos seguintes anos, ou seja, estes profissionais não realizaram curso de Graduação mesmo estando em uma instituição federal de Ensino Superior. No entanto, percebe-se que a instituição apresenta em suas propostas o cuidado com a formação docente. Estes casos configuram-se exceção.

No que se refere à Graduação, professores com esta formação representam aproximadamente 15% do total.

Assim como ocorreu com a UFPR, na UTFPR o número de especialistas sofreu oscilações, ora aumentando, ora diminuindo.

O número de professores com titulação de Mestres aumentou, em 2006 e 2008, representando 47% e 41% do total, respectivamente. Pode-se aferir, portanto, que nessa instituição, a maior parte dos professores são Mestres, embora o número de doutores também tenha aumentado em 26% do total.

CAPÍTULO 3

3. OS IMPACTOS INICIAIS DO REUNI

Como já foi visto o REUNI foi elaborado e implantado com vistas a apoiar os planos de reestruturação das universidades federais. Dentro das diretrizes do programa, tem-se por objetivo aumentar o número de vagas noturnas, diminuir a evasão, bem como aumentar os índices de diplomados, atentando para a manutenção e melhoria da qualidade do ensino ofertado. Trata-se do primeiro programa voltado unicamente às universidades federais. No decorrer da pesquisa ficou evidente que promove investimentos significativos nessas instituições. Apesar de se saber das intenções e diretrizes do programa, resta ainda verificar como se deu o processo de elaboração dos planos nas universidades paranaenses elencadas nessa pesquisa, bem como, apresentar as metas estabelecidas e os resultados que já foram publicados.

3.1 O REUNI NA EXPANSÃO DA UFPR

Após estudar o Plano REUNI da instituição, a pesquisadora entrou em contato com o responsável pelo programa na UFPR, pois eram necessários maiores esclarecimentos. Atendida prontamente, a pesquisadora realizou uma entrevista, na qual o senhor Adriano Rosário compartilhou de informações muito relevantes, dentre elas, o contexto da apresentação do programa na instituição. Segundo ele, o ano de 2007 foi um período um tanto conturbado, pois, o então Reitor Carlos Augusto Moreira acabara de se afastar para concorrer às eleições, para o cargo de prefeito da cidade de Curitiba, permanecendo em seu lugar, a vice-reitora Márcia Helena Mendonça que assumiu, além de todas as atividades, a responsabilidade também pelo REUNI.

Por meio de leituras de alguns artigos da época, a pesquisadora verificou que alguns setores se mostraram contrários à participação da universidade no

programa. As críticas estavam baseadas principalmente no fato do aumento de vagas e matrículas sem a contrapartida da contratação de docentes, podendo ocasionar acúmulo de trabalho aos mesmos. Outras críticas estavam voltadas ao pouco tempo de elaboração do plano, pois, lançado em 2007, a universidade teria até o final daquele ano para enviá-lo. Ainda houve críticas relacionadas ao fato deste programa não terminar juntamente com o mandato do atual governo, necessitando continuidade no próximo. Temia-se que a referida continuidade não fosse possível.

Na época das discussões, o Diretório Acadêmico também se mostrou contrário à adesão ao REUNI, concordando com as críticas já mencionadas. Assim, como não poderia ser diferente, o processo de adesão ao REUNI na UFPR apresentou suas discordâncias, o que também pode ser visto como algo positivo, uma vez que a universidade tem como um de seus objetivos a reflexão crítica. Controvérsias à parte, a Universidade Federal do Paraná:

adere ao REUNI consciente de suas fragilidades, mas acreditando mais do que nunca que sua caminhada de quase um século propiciou a maturidade necessária para uma ainda maior reestruturação e para a expansão de suas ações nos cenários locais, regionais, nacionais e globais. Inicia-se assim uma nova e rica caminhada para os próximos cem anos, da primeira instituição universitária brasileira. (PLANO REUNI/ UFPR, 2008, p. 6).

O plano foi elaborado de acordo com as seis dimensões, propostas nas diretrizes do REUNI e já mencionadas nesta pesquisa. Segundo o próprio documento, contou com a participação de boa parte da comunidade acadêmica.

Para esta pesquisa, embora o documento tenha sido estudado na íntegra, pois havia a necessidade de entendimento de sua totalidade, optou-se por analisar as seguintes dimensões: ampliação da oferta de Educação Superior Pública e compromisso social da instituição, pelo fato de essas dimensões se relacionarem diretamente com a expansão do Ensino Superior, objeto desta pesquisa. Entende-se que as demais dimensões também são importantes e de alguma forma se aproximam da questão da Expansão do Ensino Superior, mas houve a necessidade do recorte, por uma questão de tempo e até mesmo para não perder de vista o objeto da pesquisa. A seguir serão apresentadas, de forma resumida, as proposições da UFPR para as duas dimensões citadas, bem como os resultados que já puderam ser registrados nos dois anos do REUNI.

3.1.1 Aumento de vagas de ingresso e de Cursos de Graduação presenciais.

As diretrizes do REUNI apresentam a necessidade de expansão do Ensino Superior por meio da criação de vagas noturnas nos cursos de Graduação Presenciais.

No plano da instituição há tabelas com os dados referentes ao ano de 2006 e uma projeção para 2010, 2011, 2012 e 2017, estas serão visualizadas no quadro abaixo:

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2017
Vagas de Vestibular	4179	4219	4224	5244	5454	5615	5727	5727
Vagas Noturnas	1098	1098	1148	1862	1943	2004	2064	2064
% de Vagas Noturnas	26,3%	26,0%	27,2%	35,5%	35,6%	35,7%	36,0%	36,0%

QUADRO 18- VAGAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS E PROJEÇÃO PARA 2017
FONTE: PLANO REUNI/ UFPR, 2007, p.15.

No que se refere às vagas noturnas, para os anos de 2006, 2007 e 2008, foram previstos aumentos pouco expressivos. No entanto, para 2009 era previsto aumento de 35,6%, o que representa 714 novas vagas.

Para alcançar tais metas, a universidade propôs a criação de novos cursos e a ampliação de vagas nos cursos que já existem, levando em conta alguns aspectos:

- otimização dos recursos estruturais disponíveis e dos recursos a serem obtidos com este programa.
- atendimento de demanda por formação em áreas não atendidas atualmente.
- atendimento da demanda em cursos existentes por vagas noturnas, contemplando a inserção social de estudantes que necessitam trabalhar para o sustento próprio. (PLANO REUNI/UFPR, 2007, p. 16)

O próximo quadro fornece informações acerca da ampliação da oferta de cursos e vagas já efetivadas. Dados estes importantes para a verificação dos reflexos do REUNI na instituição:

Ano	2005	2006	2007	2008	2009
Cursos diurnos	53	53	54	56	59
Cursos noturnos	17	19	19	21	42
Total de cursos	70	72	73	77	101
Vagas oferecidas no vestibular	4.204	4.214	4.219	5.339	5.639
Ingressantes- vestibular	4.205	4.212	4.225	4.760	5.592
Ingressantes- PROVAR	788	657	794	777	1.013
Ingressantes- outras formas	462	396	67	406	373
Total de ingressantes	5.455	5.267	5.086	5.943	6.978
Alunos matriculados (2º semestre)	18.980	19.212	21.067	20.871	22.237
Alunos trancados (2º semestre)	972	807	13	733	824
Alunos registrados (2º semestre)	19.862	20.019	21.080	21.604	23.061
Alunos formados (2º semestre)	2.695	2.889	3.180	3.018	3.082

QUADRO 19- EVOLUÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS E VAGAS UFPR
FONTE: RELATÓRIO DE ATIVIDADES/UFPR, 2009, p.25.

Sobre os cursos de Graduação diurnos, o quadro evidencia que em 2007, quando o REUNI foi implantando na Universidade, totalizavam 54. Já no ano de 2008, houve aumento de 2 cursos, passando para 56; e em 2009, foram registrados 59. Portanto, dois anos após a implantação do REUNI, tem-se aumento de 5 cursos diurnos.

No que se refere aos cursos noturnos, em 2007 eram 19 no total. No ano de 2008 passaram para 21, porém, em 2009, foram registrados 42 cursos noturnos. Tomando o ano de 2007 como referência, tem-se acréscimo de 23 cursos noturnos. Tal fato se mostra bastante expressivo e significativo no que se refere à expansão do Ensino Superior. Aponta também os esforços da instituição em cumprir as metas estabelecidas no programa.

No total geral havia 73 cursos de Graduação presenciais no ano de 2007. Número esse que passou para 101 no ano de 2009, um aumento de 28 cursos.

Sobre as vagas de vestibular, o plano REUNI tinha como meta ofertar 4.224 no ano de 2008. Essa meta foi superada, visto que para esse ano foram ofertadas 4.339 vagas. O mesmo ocorreu no ano seguinte, em 2009, quando havia a estimativa de 5.244 vagas e foram ofertadas 5.639. Desde o ano de 2007 foram abertas 1.420 vagas nos cursos de Graduação presenciais. Como foi visto a Universidade tem ido além das metas no que se refere à abertura de vagas em cursos de Graduação presenciais. Isso significa que mais de mil e quatrocentos

alunos tiveram acesso a esse nível de ensino de forma gratuita. Sem os recursos provenientes do REUNI possivelmente esse crescimento não ocorreria.

3.1.2 Redução das taxas de evasão e repetência

As análises e estudos referentes à evasão e repetência poderiam resultar *per si* em grandes pesquisas, pois ainda se trata de um problema não resolvido pela maioria das universidades.

No ano de 2006, a taxa de evasão da UFPR foi registrada em 5,22. Muitas são as justificativas para a evasão, merecendo destaque a fragilidade econômica, uma vez que muitos estudantes não conseguem se manter nos cursos, dados os gastos com transporte, alimentação, moradia, materiais didáticos, entre outros. Há também questões relacionadas às dificuldades de aprendizagem, registradas na medida em que o estudante se depara com um nível maior de exigências, ou com conteúdos muito complexos. Essas dificuldades também podem ser resultantes de falhas nos níveis anteriores de ensino, que ficam mais evidentes no Ensino Superior.

Ainda como causas da evasão pode-se mencionar as de cunho pessoal, como frustrações com o curso escolhido. Isso ocorre muitas vezes dada a imaturidade de alguns jovens no momento da escolha do curso, pois em média, tem entre dezessete e dezoito anos. Além dessas questões, a escolha também pode ter sido influenciada por pais ou colegas, não sendo o real desejo do estudante e logo nos primeiros meses de aula a frustração fica evidente.

Além disso, há que se mencionar a repetência e a formação dos formadores como fatores de grande importância.

Esses são apenas alguns dos motivos que podem gerar a evasão dos estudantes. Todas essas motivações já são de conhecimento da Universidade, tanto que foram elaboradas propostas de ações no plano REUNI da instituição. A seguir serão apresentadas e analisadas algumas delas, bem como os resultados que já podem ser observados.

A meta presente no programa REUNI é reduzir a taxa de evasão para 2,4% até 2012, seguindo o cronograma:

Dezembro de 2009:	evasão inferior a 4,5%*
Dezembro de 2010:	evasão inferior a 3,7%*
Dezembro de 2011:	evasão inferior a 3%
Dezembro de 2012:	evasão inferior a 2,5%*
*Calculada segundo os indicadores de gestão do FORPLAD	

QUADRO 20- META UFPR PARA EVASÃO DE CURSOS
FONTE: PLANO REUNI/UFPR, 2007 p. 19.

Para alcançar essa meta, destacam-se algumas medidas gerais, dentre elas, ofertar maior assistência estudantil, atividades formativas complementares, programas de formação pedagógica de professores, maiores oportunidades de inserção cultural e participação de Pós-Graduandos na formação da Graduação. Estas são medidas que a Pró-Reitoria de Graduação vem desenvolvendo apoiada na decisão do Reitor de que esta gestão tem como foco principal a Graduação.

Há previsão de medidas específicas para resolver o problema da evasão. Pode-se citar a criação da:

comissão de Estudos da Evasão e da Repetência, composta por representantes do CEPE, da PROGRAD, de coordenadores de curso da Graduação e Pós-Graduação, de diretores de setor, de técnicos administrativos e de estudantes, com a função de mapear a evasão na UFPR e apresentar suas conclusões e recomendações ao Conselho Universitário. (PLANO REUNI/UFPR, 2007, p. 20).

Tal comissão terá como objetivo estudar as mais variadas causas da evasão e repetência, com metodologias qualitativas e quantitativas, buscando também ouvir o estudante. Os dados serão encaminhados aos cursos para que possam tomar ciência e as devidas providências. Os indicadores de sucesso consistirão na redução da taxa de evasão e retenção, bem como no aumento de diplomados. Ressalta-se que essas medidas de combate à evasão e repetência estão diretamente ligadas ao acesso e expansão do Ensino Superior, uma vez que se pretende verificar os dados e com eles elaborar ações que promovam a permanência do estudante.

Outra medida tomada para reverter os altos índices de evasão e reprovação foi a criação, em 2009, do Sistema de Acompanhamento e Tutoria do Fluxo Escolar (SAT) sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). Seu principal objetivo consiste em tratar dos problemas de evasão e retenção,

envolvendo as coordenações de curso na elaboração de estratégias de combate dessa problemática.

Em reunião com os pesquisadores do Observatório da Educação Superior a Pró-Reitora de Graduação Maria Amélia Zainko afirmou que em 2009 o SAT realizou uma pesquisa com os alunos que estavam em risco de reprovação e jubilamento. No ano de 2010 a pesquisa foi realizada com todos os estudantes, consistindo em trabalho minucioso, dado o montante de dados gerados. Segundo Zainko, o trabalho do SAT já está sendo apresentado às coordenações de cursos para que estas possam viabilizar estratégias para diminuir a evasão e reprovação.

Para obter mais informações, a pesquisadora realizou breve entrevista com Maurício Roberto Nascimento Martins, um dos coordenadores do SAT, que afirmou que os dados de 2009 já foram analisados, mas os de 2010 ainda estão em fase de elaboração. Segundo ele, a equipe do SAT é composta por aproximadamente noventa pessoas, sendo que a maior parte é composta por bolsistas, escolhidos por coordenadores de cursos ou professores. Nascimento explicou ainda que os bolsistas aplicam um questionário semestral para os estudantes.

A questão 3 do questionário foi destacada e pode ser visualizada no quadro 21. Pretende-se, assim, levantar os principais fatores que motivam a repetência e evasão dos estudantes. Nota-se que são levantados os mais variados problemas que podem afetar a permanência do estudante, desde questões aparentemente simples, como horários, até as mais complexas, como o currículo do curso. Com os resultados do questionário a universidade terá condições de elaborar ações e estratégias que diminuam o problema da evasão e repetência.

3. Como você é/foi afetado pelas seguintes situações durante o Curso?			
	Não afetado	Pouco afetado	Muito afetado
Conflito de horário entre Curso e trabalho			
Dificuldades financeiras			
Desajustes familiares			
Tratamento de saúde			
Problemas psicológicos e/ou emocionais			
Dificuldades de relacionamento com professores			
Problemas de gestão do Curso			
Dúvidas quanto ao Curso escolhido			
Falta de tempo para estudar			
Dificuldades de aprendizagem			
Discriminação			
Falta de didática do professor			
Desmotivação pela disciplina/Curso			
Falta de orientação acadêmica			
Currículo desatualizado			
Carga horária semanal excessiva			
Excesso de pré-requisitos			
Grade horária em mais de um turno			
Dificuldade de mudar de turno			
Deslocamento intracampi			
Infraestrutura física do Curso			
Acervo insuficiente na Biblioteca			

QUADRO 21- PERGUNTA INTEGRANTE DO QUESTIONÁRIO SAT
FONTE: SAT.

3.1.3 Ocupação das vagas ociosas

Como foi visto, a universidade apresenta considerável taxa de evasão nos cursos, mas desde o ano de 2003 vem preenchendo essas vagas por meio do Processo de Ocupação de Vagas Remanescentes (PROVAR¹¹). Vale aqui detalhar um pouco esse processo. Segundo a própria instituição, vigorou entre os anos de 2003 a 2006, sendo retomado em 2009. Esse benefício pode ser concedido a qualquer pessoa, uma única vez, independente da forma de ingresso, compreendendo as seguintes modalidades: 1) Mudança de turno, de habilitação ou de campus, (sendo essas três opções exclusivas para alunos da UFPR, constituindo-se a primeira fase do processo); 2) Reopção de curso, transferência,

¹¹ Mais informações sobre o PROVAR são encontradas em site próprio, bem como por meio da resolução nº. 99/09 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).

reintegração de ex-alunos, complementação de estudos, aproveitamento de curso superior e vestibular (esta compreende a segunda fase do processo, aberto também para alunos de outras instituições). O processo de seleção inclui a avaliação de conhecimentos específicos, sendo classificado o candidato que obtiver no mínimo, nota 5,0.

Para se ter uma melhor idéia, veja-se o quadro 22:

Ano	Vagas
2003	1009
2004	1197
2005	1342
2006	1590

QUADRO 22- VAGAS OFERECIDAS PARA O PROVAR
FONTE: PLANO REUNI/ UFPR, 2007. p. 17.

Importa ainda registrar que desde que foi implantado o PROVAR, houve aumento de vagas em cada ano, chegando-se em 2006 com mais de mil e quinhentas vagas.

O indicador de sucesso do REUNI está no aumento de 7% da ocupação das vagas. Ao final de cinco anos deverá corresponder aos 95% pretendidos. No caso de um curso não conseguir alcançar o referido percentual, as vagas ociosas poderão ser redistribuídas para diferentes setores.

Ocupar as vagas ociosas é uma importante medida expansionista da instituição.

3.1.4 Compromisso social da Instituição

Para o quinquênio 2008-2012 a UFPR pretende aprofundar as práticas de responsabilidade social agregadas às políticas afirmativas, de inclusão social e de acessibilidade para portadores de necessidades especiais, o desenvolvimento de projetos de apoio à geração de emprego e renda, de desenvolvimento sustentável,

políticas de combate a toda forma de discriminação, políticas de defesa dos direitos humanos, de superação do analfabetismo, atendimento de grupos vulneráveis (infância, adolescência, idosos) e políticas de assistência à saúde. (PDI, 2007, p.43).

Para tanto foram estabelecidas as seguintes metas: aumento em 30% de estudantes cotistas sociais e raciais, adequação das instalações, visando à maior acessibilidade, a criação de espaços para discussão e a implementação de estratégias que garantam o acesso e a permanência dos estudantes com necessidades especiais.

Para atingir essas metas foram estabelecidas estratégias como o aproveitamento, a partir de 2008, de vagas remanescentes das cotas raciais para as cotas sociais; a melhoria das condições que contribuam para que estudantes de origem popular, portadores de necessidades especiais e com déficit de aprendizagem possam vivenciar uma permanência qualificada nos cursos de Graduação, com perspectivas de continuidade em cursos de Pós-Graduação. Pretende-se, ainda, aprofundar as ações de assistência estudantil, consolidar o programa de acessibilidade na UFPR e realizar um levantamento detalhado das áreas construídas com problemas de acessibilidade.

3.1.5 Programas de assistência estudantil

Para detalhar as mudanças que o REUNI pode estar provocando na assistência estudantil, a pesquisadora realizou uma entrevista com a Pró-Reitora de Assuntos Estudantis, a professora Rita de Cássia Lopes. Segundo ela, desde meados do ano de 2002, intensificou-se a preocupação da Universidade Federal do Paraná com a assistência estudantil. Percebia-se que muitos alunos apresentavam dificuldades financeiras, o que gerava evasões, baixo rendimento entre outros problemas. Com a criação das cotas raciais e sociais, essas questões foram ainda mais evidenciadas, o que levou a instituição a elaborar um plano de atendimento para estes alunos com fragilidade econômica.

A Professora Rita afirmou que os programas de bolsas tiveram início em 2006, sendo ofertadas pela Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Assistência Estudantil (PRHAE), que em 2008 sofreu modificações, passando a tratar

exclusivamente de assuntos estudantis e designando-se (PRAE). Essa mudança foi bastante positiva, pois, quando englobava os recursos humanos, tratava também de questões relacionadas aos servidores da instituição, o que acabava somando atividades e tarefas de grande porte. Desta forma, passou a atender apenas aos assuntos estudantis, ficando mais focalizada. Os recursos financeiros utilizados para a oferta de bolsas eram provenientes do orçamento geral da Universidade, não havendo verbas específicas.

No ano de 2008, o REUNI proporcionou o aumento dos alunos beneficiados com a assistência estudantil. Sobre o programa em questão, explicou que favoreceu a PRAE a buscar uma real estruturação, no sentido de proporcionar meios para que os alunos com fragilidade econômica pudessem se manter nos cursos, aproveitando ao máximo o período de formação.

No ano de 2009, a Universidade criou o Programa de Benefício para a Manutenção dos Estudantes da Universidade Federal do Paraná (PROBEM)¹²:

voltado aos estudantes de Graduação e profissionalizante, com fragilidade sócio-econômica, o programa visa proporcionar o apoio financeiro ao estudante com objetivo de garantir sua permanência e qualidade de formação na UFPR. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, PRAE, 2010).

O PROBEM é composto por três modalidades de bolsas: 1) Bolsa Permanência, na qual o aluno recebe o valor de R\$ 315,00 por 10 meses ao ano. 2) Auxílio Moradia, consistindo no valor de R\$ 220,00 por doze meses. Nesta bolsa também estão incluídas as 100 vagas na Casa do Estudante Universitário. 3) Bolsa Alimentação, sendo um benefício concedido nos Restaurantes Universitários (RU).

Ao contrário do que a pesquisadora imaginava, o mesmo estudante pode ser beneficiado com as três bolsas. As vagas são abertas no início do ano letivo e a condição para o recebimento dos benefícios é a fragilidade econômica. Os candidatos participam do processo seletivo, baseado na análise dos documentos apresentados e entrevista. Se necessária é realizada uma visita domiciliar.

Os bolsistas ainda podem contar com o curso de informática e língua estrangeira. Segundo Rita de Cássia Lopes, a universidade vem recebendo alunos

¹² Resolução 31/09 de 29/07/2009. Conselho de Planejamento e Administração.

que tiveram pouco ou nenhum contato com a informática, assim, esse curso vem suprir essa necessidade. O curso é ofertado em parceria com o Departamento de Informática do Setor de Ciências Exatas (DINF), sendo que as aulas ocorrem em laboratórios deste e de outros setores, sob a supervisão de professores, tendo aulas ministradas por estudantes dos cursos de informática, que recebem a bolsa de instrutor.

Já o curso de língua estrangeira, criado pela PRAE juntamente com os Setores de Educação e Ciências Humanas, Letras e Artes. Têm por finalidade também suprir a falta de conhecimento e domínio de uma ou mais línguas estrangeiras, mas já antevendo a possibilidade de estudos em outros países, o que envolve a mobilidade estudantil, outro benefício ofertado pela PRAE.

Os bolsistas recebem incentivo à prática de esportes, ofertado juntamente com o Centro de Educação Física e Desportos (CED), sendo disponibilizadas as seguintes modalidades de atividades: musculação, hidroginástica, natação e condicionamento físico.

Os alunos ainda contam com a unidade de apoio psicossocial (UAPS), que funciona no próprio prédio da PRAE, oferecendo atendimento com assistente social, psicólogo e pedagogo. Dados da PHAE informam que no ano de 2010 foram realizados aproximadamente 132 atendimentos psicológicos, desse total, 17 acadêmicos foram encaminhados para outros serviços oferecidos pela Universidade na área de saúde, tais como, o de saúde mental (psiquiatria) e projeto repensando a escolha (CEAPE). Desse total 25 estudantes foram encaminhados para psicólogos que mantêm parceria com a UFPR. Aproximadamente 107 estudantes receberam atendimento psicológico individual na UAPS. A PRAE informa ainda, que no final de 2010, havia uma lista de espera com 16 estudantes aguardando para iniciar o acompanhamento. Segundo Rita de Cássia Lopes sempre há alunos na unidade de atendimento e tem mostrado resultados muito positivos.

Ainda com relação ao cuidado com a saúde, os bolsistas podem ainda se beneficiar de atendimentos no Centro de Atenção a Saúde localizado no Centro Politécnico.

A contrapartida consiste na permanência do aluno por doze horas semanais na Universidade, envolvendo-se em atividades voltadas à sua própria formação, como, por exemplo, em cursos de Informática e Língua Estrangeira, mencionados anteriormente. Outra contrapartida é a aprovação em no mínimo de 75% das

disciplinas. Mas caso o estudante não atinja este requisito é realizado um maior acompanhamento, inclusive com o atendimento psicossocial para investigar os motivos que geram o problema. Rita de Cássia Lopes afirmou, que mesmo sendo exigência da bolsa manter o rendimento, o aluno não é desligado de imediato do programa, tenta-se auxiliá-lo no sentido de possibilitar meios para que eleve seu rendimento. Busca-se, portanto, um tratamento humanizado e não excludente. Mas caso ainda ocorra o não cumprimento desse requisito, o aluno é desligado apenas da bolsa permanência, podendo receber as demais.

Perguntada sobre a desistência dos bolsistas, a Pró-Reitora afirmou não registrar nenhum caso, pelo contrário, ela percebe maior persistência e maturidade. Ela ainda ressaltou que todos esses benefícios têm por finalidade o cuidado com os alunos e o apoio necessário para garantir a sua permanência na instituição.

A seguir será feito o detalhamento da previsão de bolsas no plano REUNI/ UFPR e já serão analisados os resultados iniciais obtidos em dois anos de implantação do programa:

No que se refere à Bolsa Permanência, o plano REUNI/ UFPR trazia a seguinte projeção:

Ano	2008	2009	2010	2011	2012
Bolsas Permanência	716	895	1074	1253	1435

QUADRO 23-CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE BOLSAS PERMANÊNCIA
FONTE: PLANO REUNI/ UFPR, 2007, p. 48.

Segundo o relatório do REUNI, no ano de 2007 haviam sido ofertadas 489 bolsas. Para o ano de 2008 foram previstas 716, portanto, houve um acréscimo de 406 bolsas. Para o ano de 2009 a previsão era ainda maior, sendo de 895 bolsas. O quadro a seguir confirma os dados deste ano:

Bolsas Distribuídas	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Permanência	566	566	566	566	895	895	895	895	895	895	895	895	895

QUADRO 24- PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS AOS ESTUDANTES COM FRAGILIDADE ECONÔMICA 2009
FONTE: RELATÓRIO DE ATIVIDADES/UFPR, 2009, p.85.

Nos anos de 2008 e 2009 as metas foram cumpridas em sua totalidade. Segundo o relatório de atividades 2009, no mês de maio já haviam sido distribuídas todas as bolsas previstas. Para se ter a dimensão da necessidade dos alunos, em 2009, 223 alunos ficaram em lista de espera.

A pedido da pesquisadora, a PRAE disponibilizou prontamente os dados referentes a 2010. No que se refere à Bolsa Permanência, para o ano em questão eram previstas 1074, no entanto, foram ofertadas 1150 bolsas, superando, portanto, as previsões do plano REUNI.

No que se refere à bolsa moradia, também havia metas no plano REUNI, consistindo em aumentar o número de estudantes beneficiados:

Ano	2008	2009	2010	2011	2012
Bolsas Auxílio Moradia	262	362	462	562	788

QUADRO 25- CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE BOLSAS AUXÍLIO MORADIA
FONTE: PLANO REUNI/UFPR, 2007, p.49.

Os resultados iniciais dessa meta já podem ser analisados. Segundo o relatório REUNI/UFPR, no ano de 2009 foram concedidas 407 bolsas, ultrapassando o previsto:

com o intuito de viabilizar o auxílio financeiro voltado à moradia de seus estudantes com fragilidade sócio-econômica e residente fora do município de Curitiba, optou por apoiar as Casas de Estudantes existentes, mediante parceria. Foram estabelecidas parcerias com a Casa da Estudante Universitária de Curitiba - CEUC, Casa do Estudante Universitário do Paraná - CEU e a Casa do Estudante Luterano – CELU, localizadas em Curitiba. Para atender as demandas dos estudantes dos cursos de Graduação localizados em outros municípios foram concedidos auxílio financeiro aos estudantes beneficiados, de tal sorte que pudemos atender 353 estudantes com vaga na Casas Estudantis em Curitiba e 54 estudantes com bolsas de auxílio moradia, fora de Curitiba. (RELATÓRIO REUNI/UFPR, 2009, p. 7).

Como foi visto no quadro 25, para o ano de 2010 foram previstas 462 bolsas auxílio moradia, porém, segundo dados da PRAE, foram concedidas 546 bolsas, ultrapassando em muito o previsto no plano REUNI.

Ainda sobre a assistência estudantil, o plano REUNI traz metas referentes às bolsas auxílio alimentação:

Ano	2008	2009	2010	2011	2012
Bolsas Auxílio Alimentação	309	422	536	649	788

QUADRO 26- CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE BOLSAS AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO
FONTE: PLANO REUNI/ UFPR, 2007, p. 49.

Segundo o quadro 26, para o ano de 2009 eram previstas 422 bolsas auxílio alimentação. Dados do Relatório de Atividades (2009, p.85) apontaram que foram concedidas 570 bolsas, estando novamente acima do projetado.

Para o ano de 2010 foram previstas 536 bolsas auxílio alimentação. Os dados fornecidos pela PRAE apontam que neste ano foram ofertadas 764 bolsas, superando o previsto em mais de duzentas bolsas.

Na categoria saúde, o plano REUNI previa a contratação de técnicos de nível superior: 15 psicólogos, 4 pedagogos, 4 assistentes sociais e 3 psiquiatras para implantação da Unidade de Apoio Psicossocial em 2008. Essa meta tem sido realizada conforme as necessidades que se colocam. O relatório REUNI (2009) mostra que foram contratados: 2 pedagogos, 1 psicólogo, 1 assistente social, e em fase de contratação mais 1 psicólogo, 1 assistente social, psiquiatra e 1 pedagogo.

Na categoria conhecimento básico de Informática e Línguas, já explicitado anteriormente, foi estabelecido o seguinte cronograma:

Ano	2008	2009	2010	2011	2012
Estudantes	1800	3600	4200	4800	6000
Bolsas Instrutor	30	60	70	80	100

QUADRO 27- CRONOGRAMA DE TREINAMENTO DE ALUNOS EM INFORMÁTICA
FONTE: PLANO REUNI/ UFPR, 2007, p.49.

Para o ano de 2009 previa-se a oferta de 60 bolsas/instrutor. Segundo o Relatório de Atividades (2009, p. 85), essa meta foi alcançada. A Pró-Reitora de Assuntos Estudantis afirma que esse curso tem-se mostrado fundamental para alguns estudantes, dadas as dificuldades de acesso a cursos desta natureza.

Sobre a mobilidade acadêmica, também foram previstos aumentos de vagas no plano REUNI. O quadro a seguir traz esses dados:

Ano	2008	2009	2010	2011	2012
Estudantes Beneficiados	37	47	57	67	77

QUADRO 28- CRONOGRAMA DE VAGAS DO PROGRAMA DE MOBILIDADE ACADÊMICA.
FONTE: PLANO REUNI/ UFPR, 2007, p.49.

Nota-se o aumento de 10 vagas a cada ano. O relatório REUNI confirmou as previsões para 2009, sendo ofertadas as 47 vagas. Lopes afirmou que o aluno é custeado integralmente, desde as passagens aéreas, alimentação e moradia. Trata-se de uma oportunidade singular. O curso de línguas ofertado já visa a este fim.

Sobre os programas de assistência estudantil, registra-se que, todas as metas REUNI foram alcançadas e em alguns casos superaram o previsto, este fato justifica-se pela implantação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em 2010, que determinou verbas específicas para a assistência estudantil, potencializando as previsões feitas no plano REUNI, além disso, se houver a finalização do REUNI, as bolsas estarão garantidas, visto que se trata de uma política de Estado.

A entrevista com a Pró-Reitora de Assuntos Estudantis foi muito esclarecedora. Ela mostrou grande entusiasmo com os resultados dos programas de Assistência Estudantil. Segundo ela, a universidade está expandindo as vagas de Graduação, mas tendo o devido atendimento aos alunos com fragilidade econômica. Além disso, os bolsistas não desistem dos cursos porque passam a ter condições de permanecer na instituição, sendo este um benefício essencial aos estudantes.

Essas questões se confirmam nas palavras dos próprios bolsistas. Em entrevista à revista “Notícias da UFPR”, o aluno Ranieri Moreira, estudante do oitavo período do curso de Medicina, beneficiado com as bolsas Permanência e Alimentação, afirma que teria dificuldades em se manter no curso. Rosemeire Carvalho das Silva, estudante do último ano do curso de Agronomia, natural de Paranavaí, veio trabalhar em Curitiba como babá. Hoje reside na Casa da Estudante Universitária e já foi beneficiada com vários tipos de bolsas. Atualmente ela conta com as bolsas permanência e alimentação. Rosemeire também afirma que sem esses benefícios, seria impossível permanecer no curso. Ela tem a intenção de continuar sua formação em um curso de Mestrado, segundo ela, com bolsa CAPES. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2009, p.3). Foram citados apenas dois

exemplos, mas retratam bem o significado das bolsas para alunos com fragilidade econômica.

Analisando os dados dos relatórios, foi possível perceber o aumento dos benefícios numericamente, mas a entrevista com Rita de Cássia Lopes mostrou um viés mais humanizado do programa e, portanto, complementou a pesquisa.

3.2 O REUNI NA EXPANSÃO DA UTFPR

O contato com a instituição ocorreu em junho de 2010 com o Professor Cion Cassiano Basso, assessor de desenvolvimento acadêmico. No mesmo mês foi enviado por correio eletrônico o plano REUNI UTFPR bem como o relatório de acompanhamento do programa, datado de 2009.

No que se refere ao processo de adesão dessa instituição ao REUNI, também foi marcado por opiniões contrárias. A exemplo do ocorrido na UFPR, houve discussões acerca dos objetivos do REUNI, da contratação dos professores e do escasso tempo para elaboração do plano. Ainda havia um agravante, que consistia no fato da instituição ter sido elevada à universidade há apenas dois anos antes do REUNI, e estar em fase de adaptações. O Diretório Acadêmico também se mostrou contrário à adesão do REUNI. Sobre essas questões o Professor Cion Cassiano Basso explicou que não seria bom opor-se ao programa, pois corria-se o risco de continuar vivenciando a falta de investimentos e agravando a situação financeira da Universidade.

Ainda no que se trata da adesão da UTFPR ao REUNI e sobre as características dessa instituição, o diretor do campus Curitiba, Professor Marcos Flávio de Oliveira Schiefler enfatizou, que a instituição era vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), mas desde que foi elevada a Universidade, foi aos poucos se afastando dessa Secretaria e firmando participação na Secretaria de Ensino Superior (SESU). Isso ocorreu por conta da abertura de cursos de licenciaturas e bacharelados. O Ministério da Educação criou então uma rubrica especial junto a SESU para a manutenção dos cursos técnicos e superiores de tecnologia. Essa consiste então em característica singular dessa instituição.

Segundo o diretor da UTFPR, outra singularidade, consiste no fato de haver, na época da apresentação do REUNI, duas categorias de professores: de ensino

Básico, Técnico e Tecnológico e a categoria de professores do Ensino Superior. A universidade tinha a previsão de um crescimento de até 50%, abrangendo a contratação de 679 novos professores, 200 técnicos administrativos e o aumento do número de alunos para 36.000, em 2017. Com todas essas características peculiares, a adesão ao REUNI foi um grande desafio. A instituição foi a última do país a aderir ao Programa. A seguir será apresentado o plano REUNI da UTFPR.

3.2.1 Aumento de vagas de ingresso

No Plano de Desenvolvimento Institucional 2004-2008 já havia a previsão de abertura de cursos de Engenharia no interior do Estado. Em 2008 previa-se a oferta de 920 vagas nos cursos de Graduação, excluídos os cursos superiores de tecnologia. Para o ano de 2008 foi estabelecida a reserva de 50% das vagas para estudantes oriundos da rede pública de ensino, consistindo nas Cotas sociais.

Tendo em vista o objetivo de ampliar as vagas, a instituição tem como estratégia a organização de turmas com 44 estudantes cada uma. Na verdade, os primeiros cursos de engenharia implantados no final da década de 70 eram organizados dessa maneira, mas à medida que novos cursos foram sendo ofertados, essa estratégia não pode ser mantida, pois demandava uma infraestrutura maior. Em 24 cursos que ofertam vagas em vestibular de verão ou inverno, não é possível ofertar as 44 vagas. Pretende-se a unificação desses cursos para poder otimizar a estrutura já existente. Ressalta-se que esse sistema 44 já ocorre em cursos de bacharelado e licenciaturas.

Ainda no que se refere à ampliação de vagas, o plano prevê a oferta de, no mínimo, uma licenciatura em todos os Campi da UTFPR, articulando-se a dimensão da integração da Educação Superior com a educação básica, uma vez que há carência de docentes nas áreas de química, física, biologia e matemática.

Sobre a questão da oferta de vagas, o quadro 29 ilustra o crescimento proposto:

Ano	Cursos: Bacharelados e Licenciaturas	Vagas Totais	Vagas Noturnas
2008	27	1.628	44
2009	27	2.376	44
2010	38	3.334	220
2011	51	4.444	1.056
2012	56	4.884	1.056

QUADRO 29- PROJEÇÃO DO AUMENTO DE VAGAS- UTFPR

FONTE: PLANO REUNI/ UTFPR, 2007, p. 23.

Os dados acima permitem perceber que para o ano de 2009 foi previsto um aumento significativo de vagas, porém, o número de cursos permaneceu igual, o que indica, provavelmente, aumento do número de alunos por turma. Já no ano de 2010 foram previstos 11 cursos entre bacharelados (incluindo as Engenharias) e licenciaturas, o que significa acréscimo de 958 vagas em relação a 2009.

Para o ano de 2011 está previsto o maior aumento da série apresentada, sendo 13 cursos de licenciaturas, o que representará um acréscimo de mais de mil vagas em relação a 2010. Já em 2012, pretende-se implantar mais cinco novos cursos de bacharelado, aumentando as vagas para 440. No geral, a instituição passará de 27 para 56 cursos, portanto, 29 cursos novos. Das vagas totais, calcula-se aumento de 3.256, sendo que se pretende um total de 1.012 no período noturno.

A seguir apresenta-se o cronograma de expansão de vagas nos cursos de Graduação, incluindo os cursos que serão implantados:

Graduação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2017
Número de cursos	24	27	27	38	51	56	56
Número de vagas	1.330	1.628	2.376	3.344	4.444	4.884	4.884
Número de matrículas projetadas	6.868	8.412	12.280	17.456	22.354	24.734	24.734

QUADRO 30- PROJEÇÃO DE CURSOS, VAGAS, MATRÍCULAS E DIPLOMADOS- UTFPR

FONTE: PLANO REUNI/ UTFPR, 2007, p. 90.

Como já foi visto, para os dois primeiros anos do REUNI previa-se o aumento de três cursos. Já no ano de 2010 a previsão era o acréscimo de 11

curso. Comparando os anos de 2007 e 2017, pretende-se a abertura de um total de 32 cursos.

Segundo o Relatório de Acompanhamento (2009), entre os anos de 2007 e 2009 foram abertos três cursos de Graduação, sendo registrado aumento de mais de mil vagas (dados da Universidade). Perguntado ao assessor de desenvolvimento acadêmico, Professor Cion Cassiano Basso, sobre o grande aumento de vagas em apenas três cursos, foi explicado que alguns cursos que eram ofertados anualmente passaram para regime semestral. Além disso, ocorreu a uniformização de vagas para alguns cursos, passando todos para 44 vagas, o que implicou no aumento de vagas em cursos existentes.

No tocante às vagas em cursos de Graduação, nota-se uma previsão de acréscimos em cada ano. Para 2008 e 2009 previa-se o aumento de 298 e 748 respectivamente.

No que se refere ao número de matrículas, para o ano de 2008 foi previsto aumento de 1544. Para o ano de 2009 o aumento previsto foi de 3868.

Ainda sobre as vagas em cursos de Graduação, os primeiros resultados já podem ser analisados:

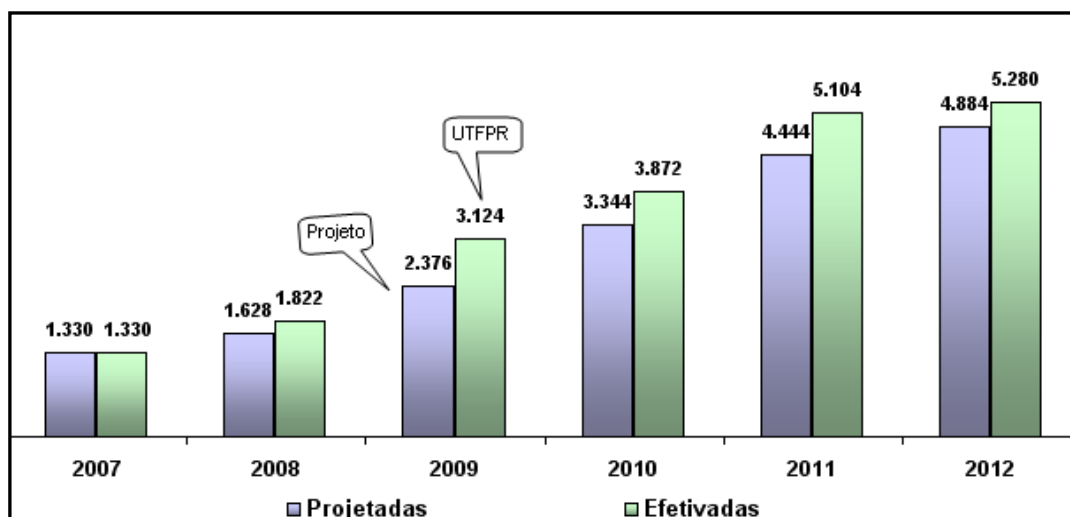


GRÁFICO 14- VAGAS PROJETADAS E EFETIVADAS- REUNI-UFPR
FONTE: UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ.

O gráfico acima foi retirado de fonte eletrônica da própria instituição. Tem-se, na cor azul, as vagas projetadas no plano REUNI da instituição e na cor verde, as vagas que foram efetivadas. Segundo os dados e a própria instituição:

o processo de expansão de vagas nos cursos de Graduação, até a presente data¹³, supera o planejamento inicial proposto no plano da UTFPR, em razão da antecipação na abertura de novos cursos e na ampliação de vagas de entrada em cursos existentes. (RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO, 2009, p. 20).

Prevvia-se para 2008 a oferta de 1.628 vagas em cursos de Graduação. Foram ofertadas 1.822. O mesmo ocorreu em 2009, quando pretendia-se ofertar 2.376 (Prevista no SIMEC) vagas e foram ofertadas 3.124 Vale lembrar que a instituição já tinha um projeto de expansão desde que se tornou Universidade, mas o REUNI potencializou este projeto.

3.2.1 Redução das Taxas de Evasão

Segundo o plano REUNI, a instituição já apresentava uma taxa muito baixa de evasão, percentuais inferiores a 5%, dependendo do curso. Dessa forma, uma das metas referentes a essa dimensão é manter o índice de evasão baixo. As estratégias apresentadas podem ser vistas no próximo quadro:

2008	2009	2010
Acompanhamento de estudantes que ingressaram na UTFPR por meio de vagas reservas;	Ampliação do programa de capacitação docente;	Implantar o pré- vestibular social e a inclusão digital;
Implantar o Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico e o Núcleo de Atendimento Acadêmico em todos os campi.	Ampliação da interação entre Graduação e Pós-Graduação;	Implementar, no portal da UTFPR as estruturas para estudantes interessados na instituição e de apoio ao professor.
	Ampliação da oferta de estágios intra e extra institucional;	
	Ampliação das atividades acadêmicas comunitárias, sociais, esportivas e culturais.	

QUADRO 31 - AÇÕES PARA DIMINUIR AS TAXAS DE EVASÃO- UTFPR
FONTE: PLANO REUNI/ UTFPR, 2007, p. 32.

¹³ Refere-se ao ano de 2009.

Aqui os resultados também já podem ser observados. Os Núcleos de Acompanhamento Psicopedagógico e Assistência Estudantil (NUAPE's) já foram implantados nos 11 Campi:

no 1º semestre de 2009 foram realizados 1.930 atendimentos (a estudantes, pais e professores) em todos os Campi, sendo 880 atendimentos voltados aos estudantes da Graduação. Para o segundo semestre de 2009 a previsão é dobrar o número de atendimentos. (RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO, 2009, p. 31).

No tocante às suas atribuições, a instituição informa que o NUAPE: “é responsável por desenvolver atividades artísticas, culturais e de defesa de direitos com os alunos, aprimorando e possibilitando a formação pessoal e social.” (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ). Assim como acontece na Unidade de Apoio Psicossocial da UFPR, o NUAPE/UTFPR também tem por finalidade aperfeiçoar os mecanismos que possibilitem e garantam efetivamente a continuidade dos estudos e a permanência do acadêmico na instituição. Devido ao pouco tempo de funcionamento do NUAPE não há muitos dados disponibilizados. Com o intuito de obter mais informações, a pesquisadora realizou uma entrevista com Marianne Heringer Nogueira Zanirato, pedagoga do NUAPE do campus Curitiba, que informou: o NUAPE é composto por uma pedagoga, uma assistente social e uma intérprete de Libras. As dificuldades mais frequentes apresentadas pelos estudantes se encontram no acompanhamento das disciplinas de Física, Matemática e Química. Além disso, também aparecem problemas com os horários das aulas, bem como relacionamento entre alunos e professores.

Zanirato informou ainda que, no caso dos alunos do Ensino Médio Técnico, além das dificuldades já citadas, ocorrem problemas relacionados à disciplina. Muitos acabam não efetuando as devidas matrículas e faltam às aulas para se ocupar de outras atividades. Devido às grandes dimensões físicas da Universidade torna-se um tanto difícil monitorar estes alunos.

Sobre os atendimentos de alunos de cursos específicos, Zanirato informou que não há dados estatísticos sistematizados, mas aparentemente o NUAPE atende mais alunos do Ensino Médio Técnico e das Engenharias. Também são feitos vários atendimentos de alunos do PROEJA-Técnico de Edificações. O curso com maior atendimento é o de Engenharia da Computação e Bacharelado em Sistema de Informação.

Ainda sobre as atribuições do NUAPE, a pesquisadora levantou algumas informações no site da instituição. No campus Francisco Beltrão o Núcleo é composto por pedagogo, psicólogo e assistente social. Além dos atendimentos realizados, os estudantes contam ainda com os seguintes programas: Líderes de turma, tendo como principal objetivo o fomento à discussão sobre a organização universitária; “Projeto Tela Free Universitário” proporcionando espaços de difusão de obras cinematográficas, bem como o debate sobre as mesmas; Projeto recepção de Calouros, no qual o NUAPE, juntamente com os centros acadêmicos elabora projetos de interação entre calouros e veteranos, em atividades variadas, como: palestras, jogos e brincadeiras. Outras atividades estão voltadas a promoção da melhoria da qualidade de vida dos estudantes bem como discussões sobre a prevenção do uso de drogas e questões relacionadas às doenças sexualmente transmissíveis.

A responsável pelo NUAPE nos onze Campi da universidade, a professora Enilde Aparecida Bernardi Martins, afirma que a criação do Núcleo era meta do Plano REUNI. Anteriormente muitos dos componentes da equipe formavam a Coordenação do Curso Técnico do Ensino Médio, mas com a transformação da instituição em universidade e com o REUNI a equipe passou a compor o NUAPE, no ano de 2008.

De início, houve um período de adaptação e planejamentos, por isso as atividades iniciaram em 2009. Quando o NUAPE de cada Campus começou a ser implantado, houve certa resistência por parte dos docentes. Acreditava-se que o Núcleo estaria vinculado somente ao controle sobre os índices de aprovação. A professora Enilde afirmou que esse não era o objetivo e que não se prestaria a tal função. Segundo ela o Núcleo está voltado ao atendimento ao estudante com vistas a garantir sua permanência na instituição. Configura-se um local a que o aluno pode recorrer quando está em dificuldades. No início, os alunos não sabiam muito bem a função do NUAPE, havendo pouca procura. No entanto, com maior divulgação e atividades já sendo desenvolvidas, a procura tem sido maior até mesmo para estudantes de Graduação.

Segundo Martins, o NUAPE compõe-se de pedagogos, psicólogo e assistente social. Mas nem sempre foi assim, quando as primeiras bolsas foram ofertadas não havia representante dessa última categoria e a própria equipe fazia as avaliações sócio econômicas, o que gerava diversos contratempos. Desta forma, houve a

necessidade do pedido de contratação de um assistente social, que foi atendido e vem contribuindo muito.

A maioria dos bolsistas é do Ensino Médio e todos são atendidos. Quando detectadas as dificuldades em determinadas disciplinas, os alunos são encaminhados ao atendimento individual, com os professores, em hora permanência, ou para o programa de monitoria, realizada por estudantes da Graduação. Martins esclareceu que para o aluno ser beneficiado com essa bolsa não há critério sócio econômico. O relatório de Acompanhamento assim define o referido Programa:

é entendido como estratégia da UTFPR para a redução dos índices de evasão e retenção em disciplinas específicas. O Programa está em efetivo processo de consolidação e a UTFPR prevê, para o 2º semestre de 2009 a adoção da Monitoria voluntária. (RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO, 2009, p. 32).

No mesmo relatório há os seguintes resultados:

Campus	Bolsas Monitoria 2009	Total de Bolsas 2010	Evolução (2010-2009)
AP*	5	6	1
CM*	9	12	3
CP*	9	12	3
CT*	31	42	11
DV*	5	6	1
FB*	5	5	0
LD*	5	7	2
MD*	9	13	4
PB*	20	24	4
PG*	11	17	6
TD*	5	6	1
Total	114	150	36

Síglas dos Campi. Em sentido descendente: Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procopio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa e

QUADRO 32- BOLSAS MONITORIA- UTFPR

FONTE: UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ.

O quadro 32 expõe o total de Bolsas Monitoria, que consistem no pagamento de R\$ 300,00 por um período de 10 meses. Para o ano de 2010 há previsão de acréscimo, passando de 114 para 150 bolsas.

O NUAPE atende ainda os casos de dificuldades de relacionamento entre alunos e docentes ou os encaminha ao Núcleo de Ensino (NUENS), que trabalha direto com os docentes. Sobre suas atribuições:

os Núcleos de Ensino atuarão na implantação de novas metodologias de ensino; na capacitação pedagógica docente como garantia do ensino de qualidade; na orientação dos professores para o acompanhamento das tendências pedagógicas e incorporação consistente de conceitos e tecnologias adequadas, buscando os meios que contribuam para melhorar seu desempenho e, conseqüentemente, a aprendizagem dos estudantes; assumirão as disciplinas pedagógicas dos cursos de licenciatura da UTFPR; dentre outros. (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 2009, p. 34).

A professora afirma ainda que as atividades do NUAPE e NUENS são complementares.

A Divisão de Assistência Estudantil na UTFPR, não é uma Pró-Reitoria, como ocorre na UFPR, o que gera falta de autonomia, principalmente financeira. As verbas não são enviadas diretamente para essa divisão. Muitas vezes as questões burocráticas a impedem de tomar medidas que beneficiariam mais estudantes.

Sobre as bolsas de assistência estudantil, Martins afirma que só é ofertada a bolsa permanência, na qual, o estudante recebe o valor de R\$150,00 durante nove meses. São distribuídas em todos os Campi de acordo com as especificidades e com as matrículas. Para a seleção, não há entrevistas e pode ser feita visita domiciliar. O Relatório de Acompanhamento 2009 esclarece que:

tem a finalidade de apoiar o discente para sua permanência na Instituição, buscando reduzir os índices de evasão decorrentes de dificuldades de ordem socioeconômica. O Programa é destinado ao estudante regular dos cursos presenciais da UTFPR, que possua renda familiar per capita não excedente a 1,5 (um e meio) salários mínimos. (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 2009, p. 31).

No primeiro semestre de 2009 foram ofertadas 1.318 e no segundo semestre do mesmo ano, 1.376 bolsas.

O NUAPE realizou uma pesquisa para investigar as causas de evasão e a falta do auxílio moradia estava entre elas. A UTFPR não possui bolsa moradia ou local próprio para atender a essa necessidade, mas os alunos são orientados a participar do processo seletivo da Casa do Estudante Universitário.

No que se refere ao atendimento médico odontológico, Martins afirmou que já é ofertado há certo tempo, mas atende funcionários e professores, não sendo

específico para os bolsistas do NUAPE. No relatório de Acompanhamento REUNI 2009, são apresentados os dados de 2008, referentes a este e demais atendimentos na área da saúde. O quadro que segue apresenta os dados:

2008	Campus								
Procedimento	AP*	CM*	CP*	CT*	MD*	PB*	PG*	TD*	Total
Atendimento Médico (consultas)	19	353	1.053	526	1.951
Atendimento de enfermagem (procedimentos)	1.871	4.610	2.924	4.564	1.631	12	15.612
Atendimento Odontológico (procedimentos)	738	765	2.457	1.049	3.165	500	8.674
Atendimento Psicológico (consultas)	15	137	27	179
Total de Atendimentos	15	757	2.636	7.557	5.026	7.729	2.657	39	26.416

*Na sequência, da esquerda para direita: Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procopio, Curitiba, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa e Toledo.

QUADRO 33- ASSISTÊNCIA SAÚDE- UTFPR

FONTE: RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO REUNI/ UTFPR, 2009, p.38.

Segundo o quadro, o maior número de atendimentos foi realizado nos Campi de Pato Branco (PT) e de Curitiba (CT), registrando mais de sete mil em cada um. Os atendimentos de enfermagem são os mais procurados, seguidos pelos odontológicos. Esses dados mostram a necessidade dos alunos no que se refere a estes serviços e que certamente trazem muitos benefícios.

Cabe ainda citar o NAPNE (Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais)¹⁴, anterior ao NUAPE, que trabalha com as questões pedagógicas, inclusive com a elaboração de materiais adaptados, intérpretes e monitoria.

Na opinião de Martins, os resultados que o NUAPE vem apresentando são positivos.

¹⁴ Segundo o MEC, trata-se do setor da instituição responsável pela articulação de pessoas e instituições. Desenvolve ações com o intuito de promover a inserção das pessoas com necessidades educacionais específicas nos cursos de formação inicial e continuada.

3.2.3 Ocupação de vagas ociosas

A instituição já possui regras claras quanto ao preenchimento de vagas ociosas. Elas são normalmente re-ofertadas a cada semestre. No entanto, a principal ação para a redução de vagas ociosas consiste na implantação do Programa de Reaproveitamento de Vagas (PAV), em todos os Campi. O Relatório de Acompanhamento do REUNI (2009) traz a informação de que em outubro de 2010 será divulgado edital para preenchimento de vagas ociosas. A entrada dos alunos está prevista para 2011, mas ainda não há certeza sobre esse assunto.

3.2.4 Compromisso social da Instituição

Desde o ano de 2004 a instituição vem desenvolvendo ações no sentido de ampliação da inclusão. Foram investidos recursos em projetos de acessibilidade. Em 2005 foi implantado o Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Especiais.

Também foi criado o Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) nos onze Campi.

3.2.5 Programa de assistência estudantil

Antes do REUNI a UTFPR já desenvolvia programas de assistência odontológica, médica, isenção de taxas internas de vestibular, bolsas de estágio, entre outras. Segundo o plano REUNI, esses programas serão potencializados, como foi visto na descrição do NUAPE, o que favorece a expansão das matrículas, pois desestimula a evasão.

No quadro a seguir, são apresentados os principais programas de assistência estudantil do REUNI:

2008	2009	2010
Criação do Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico e Assistência Estudantil;	Ampliação de programas de assistência odontológica e médica;	Ampliação do número de vagas para estudantes de baixa renda nos cursos de línguas estrangeiras;
Ampliação dos programas de auxílio transporte e alimentação. Implantação do programa de bolsa permanência.	Ampliação da isenção de taxas de inscrição no vestibular e inclusão digital.	Ampliar o número de vagas em estágios internos.

QUADRO 34- PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL-UTFPR
FONTE: PLANO REUNI/UTFPR, 2007, p.74.

A grande maioria dessas ações já foram abordadas pela professora entrevistada e constam do item 3.2.2. Segundo o quadro acima, faz-se necessária a referência aos estágios, cujo aumento da oferta de vagas também foi registrado. Importa, antes, trazer o conceito de Estágio apresentado pela própria instituição:

conforme a LEI Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de Ensino Médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ¹⁵).

Ainda segundo a instituição, o estágio tem por finalidade oferecer ao estudante a possibilidade de adaptação psicológica e social. Além disso, proporciona a troca de experiências por meio da aplicação prática dos conhecimentos obtidos em sala de aula. O estágio e as ofertas de empregos podem também proporcionar maior compreensão do curso escolhido pelo aluno, fazendo com que as evasões diminuam. A remuneração advinda dos estágios e empregos também pode ser positiva no sentido de diminuir a evasão já que auxilia o custeio do curso.

¹⁵ Disponível em <http://www.utfpr.edu.br/servidores/estagio-interno>.

A administração das vagas de estágio de empregos consiste em atividade bastante complexa, necessitando de uma organização específica. A Universidade possui em todos os Campi:

uma Direção de Relações Empresariais e Comunitárias e um setor especializado denominado Departamento de Estágios e Cursos de Extensão (DEPEC) para a administração dos estágios dos alunos....Da mesma forma este Departamento desenvolve atividades com o propósito de aproximar empresas, agentes de integração e consultoria de recursos humanos dos alunos, egressos e professores, oferecendo divulgação de vagas para emprego, e realização de eventos visando o auxílio destes alunos no ingresso ao Mercado de Trabalho e a melhoria do processo administrativo-educacional da UTFPR. (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ¹⁶).

Os resultados iniciais acerca do aumento da oferta de vagas de estágios e empregos, previsto no REUNI, são descritos no quadro a seguir:

Campus	2005	2006	2007	2008
Apucarana	0	1
Campo Mourão	172	133	79	196
Cornélio Procopio	203	206	564	270
Curitiba	2.201	2.559	3.243	2.629
Dois Vizinhos	93	78
Francisco Beltrão	2
Londrina	6	24
Medianeira	403	273	405	446
Pato Branco	391	782	933	806
Ponta Grossa	947	421	431	832
Toledo	0	3
Total Parcial	4.318	4.374	5.664	5.287

QUADRO 35- VAGAS DE ESTÁGIO E EMPREGOS-UTFPR

FONTE: RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO REUNI/ UTFPR, 2009, p. 33.

Registra-se que no ano de 2007 ocorreu maior oferta de estágios e empregos. No Relatório de Acompanhamento foi informado que o ano de 2009 foi marcado por um período de retração, seguido por estabilidade, na qual as empresas têm voltado a ofertar estágios e empregos. Assim, em 2009 “os indicadores apontam um patamar de ofertas semelhantes ao de 2007 (em torno de 5.700)”. (RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO REUNI/ UTFPR, 2009, p. 33). Merecem destaque os números do campus Curitiba, no qual, as vagas de emprego e estágios passaram de

¹⁶ www.utfpr.edu.br/estagios-e-empregos/estagios-fora-da-utfpr-e-empregos

3.000. Esses dados permitem visualizar as dificuldades inerentes à administração de um campus com tais dimensões.

A UTFPR considera que o REUNI irá resultar em muitos benefícios para a instituição, dentre eles: a consolidação da estrutura já existente, implementação de novos cursos de Graduação, fortalecimento da pesquisa e da Pós-Graduação, implementação da política de assistência estudantil e de reaproveitamento de vagas remanescentes, aprimoramento de laboratórios e da estrutura física, ampliação das vagas públicas ofertadas, contratação de novos docentes e técnicos administrativos.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa evidenciou o caráter elitista e privatista do Ensino Superior brasileiro, desde sua origem e ao longo das décadas, o que acabou por torná-lo quase inacessível para grande parte da população, pois, como visto, todos os anos, mais de um milhão de candidatos ficam fora das universidades públicas. Esse panorama excludente foi evidenciado e agravado ainda mais por políticas públicas implantadas por diversos governos, promovendo investimentos e expansão do setor privado em detrimento do setor público.

O Governo Lula apresentou propostas com discursos diferenciados, tomando a Educação Superior como bem público social e entendido como direito. Com esse entendimento foram implantadas políticas com o objetivo de expandir a Educação Superior pública.

Com base principalmente na análise dos dados do Censo da Educação Superior publicados pelo INEP constata-se que de fato houve expansão deste nível de ensino em âmbito nacional. Pode-se aferir que os esforços empreendidos para aumentar as matrículas, vagas e cursos noturnos tem apontado para resultados bastante positivos. Portanto, no que tange o Ensino Superior brasileiro, afirma-se que durante o Governo Lula, foram registrados avanços no sentido de possibilitar maior acesso a esse nível de ensino. Com isso tem-se um combate genuíno ao caráter elitista da educação Superior.

A referida expansão tem como eixo principal o REUNI, pois, foi a primeira política pública voltada exclusivamente às universidades federais, política esta que tem como diretriz a expansão da Educação Superior por meio do aumento de vagas, de Cursos de Graduação noturnos e de matrículas. Mas também contempla medidas de permanência do estudante.

Tomar o REUNI como objeto de estudos consistiu em um grande desafio, principalmente por estar em vigor há apenas dois anos. Vários problemas foram enfrentados. Um deles diz respeito à coleta de dados, pois, há poucos resultados disponibilizados e em grande parte, foram colhidos diretamente nas duas fontes. Sobre as referências bibliográficas também não foram encontradas em grande número, pois, muitos estudos ainda estão em andamento. Apesar disso, pode-se

afirmar que o material coletado foi suficiente para as devidas análises e constatação dos impactos iniciais do programa.

Analisar o REUNI na UFPR e na UTFPR foi outro desafio, pois se trata de duas grandes universidades do Paraná, a primeira com seus 98 anos e a segunda com apenas seis anos nessa categoria, mas com um centenário de existência. Trajetórias apresentadas nessa pesquisa e que permitiram entender suas histórias bem como os movimentos expansionistas pelos quais as instituições passaram.

Com relação aos impactos iniciais do REUNI, pode-se aferir que a presente pesquisa evidenciou avanços na expansão das duas universidades federais focadas. Foi registrado aumento de abertura de vagas, de Cursos de Graduação presenciais, de matrículas, de ações em prol da ocupação de vagas ociosas, bem como da permanência dos estudantes. Registrou-se que a maioria das ações ultrapassou o previsto nos planos REUNI.

Na UTFPR foram implantadas as ações de assistência estudantil. Nessa instituição também foi criado o NUAPE, que vem se consolidando no sentido de auxiliar os estudantes em suas dificuldades, responsável também pela oferta da bolsa permanência. A assistência estudantil dessa instituição não dispõe da mesma estrutura e autonomia encontrada na UFPR, mas percebe-se o potencial para ampliar os benefícios aos alunos.

Sobre a evasão e a desistência, ambas as universidades empreendem esforços para verificar suas causas. Na UTFPR o NUAPE realizou pesquisa com os estudantes e já possui dados preliminares. Na UFPR, o SAT também tem realizado pesquisas por meio de questionário. Com a análise das respostas dos alunos será possível identificar as principais causas da evasão e da desistência e propor soluções. Na UTFPR, os estudantes com dificuldades de aprendizagem são atendidos pelo NUAPE e encaminhados aos professores durante o período de permanência na instituição ou mesmo por monitores, que são estudantes da Graduação ou da Pós-Graduação e recebem bolsa. E não são raros os estudantes que apresentam dificuldades, principalmente quando se trata de cursos na área de Ciências Exatas.

Os dados aqui apresentados demonstraram que a UFPR e UTFPR ainda estão distantes da meta de 18 estudantes por docente. No entanto, há que se considerar que grande parte dos professores das universidades federais, não se dedica apenas a atividades de ensino, mas está envolvida com a pesquisa e a

extensão, diferentemente das instituições privadas, onde o professor é, geralmente, aulista.

Pelo analisado e exposto nesta pesquisa conclui-se que o REUNI vem promovendo a expansão do Ensino Superior nas duas universidades analisadas. Além disso, propiciou que ampliassem os meios de atendimento aos estudantes, com vistas a diminuir os altos índices de evasão e reprovação. Com o REUNI a comunidade universitária, no geral, foi levada a refletir sobre suas práticas curriculares e sobre suas formas de inclusão e exclusão. Espera-se que o REUNI tenha continuação e seja aperfeiçoado no correr do tempo, pois como foi visto, as universidades federais, que promovem o desenvolvimento científico do país, careciam e ainda carecem de recursos financeiros e humanos. Entende-se que esse programa não resolverá um problema histórico de exclusão em poucos anos, mas já se configura em uma política diferenciada para a Educação Superior pública e merece ter continuidade.

Espera-se que a expansão continue, tornando a Universidade, de fato, um direito de todos os que desejem nela estudar e que a sociedade brasileira alcance o patamar no qual o único motivo aceitável para uma pessoa não cursar a Educação Superior seja não ser esse um desejo dela.

REFERÊNCIAS

AMARAL, N.C; FONSECA, M; OLIVEIRA, J.F. **Avaliação, desenvolvimento institucional e qualidade do trabalho acadêmico**. Educar em Revista. Curitiba, n. 28, p.71-87, jul./dez. 2006.

BERGAMO, A.G; BERNARDES. R.M. **Produção de conhecimento**. Campinas, v.27,n. 94, p.179-198, jan./abr.2006. Disponível em www.cedes.unicamp.br. Acesso em 11/12/2009.

ALMEIDA de. E.C; BITTAR,M; VELOSO, A.M.C.T. Ensino noturno e expansão do acesso de estudantes-trabalhadores à Educação Superior. In: BITTAR, M; OLIVEIRA,J; MOROSINI, M. **Educação Superior no Brasil - 10 anos pós-LDB**. Brasília: INEP, 2008. v.2, p.9-13.

BENEVIDES, V. M. A. **Democratização do acesso ao Ensino Superior**. Revista Adusp, São Paulo, n. 33, p. 21-24, out. 2004.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 6096 de 24 de Abril de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm> Acesso em 12/09/2010.

_____.Ministério da Educação. Instituto Nacional de estudos e pesquisas Anísio Teixeira. **Sinopses da Educação Superior 2003**. Brasília: [2003]. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/>. Acesso em 11/06/2009.

_____.Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Sinopses da Educação Superior 2004**. Brasília: [2004]. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/>. Acesso em 11/06/2009.

_____.Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Sinopses da Educação Superior 2005**. Brasília: [2005]. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/>. Acesso em 11/06/2009.

_____.Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Sinopses da Educação Superior 2006**. Brasília: [2006]. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/>. Acesso em 11/06/2009.

_____.Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Sinopses da Educação Superior 2007**. Brasília: [2007]. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/>. Acesso em 11/06/2009.

_____.Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Sinopses da Educação Superior 2008**. Brasília: [2008]. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/>. Acesso em 11/06/2009.

_____.Ministério da Educação. **Diretrizes Gerais REUNI**. Ago. 2007. Disponível em <http://www.portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em 15/09/2010.

CARVALHO, A.H C. **O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao Ensino Superior**. Campinas, vol.27, n.96, p. 979-1000, out. 2006.

CATANI, A.M; HEY, A.P; GILIOLI, R.S.P. Educar em Revista. **PROUNI: Democratização do acesso às instituições de Ensino Superior?** Curitiba, n. 28, p.125-140, jul./dez. 2006.

_____. GUTIERREZ, L.G. Participação e gestão escolar: conceitos e potencialidades. In: FERREIRA, C.N.S. **Gestão Democrática na Educação: atuais tendências, novos desafios**. Cortez. São Paulo. 2001.

COLOSSI, N; DEKKER.K.Caon de; TATTO L. **Autonomia universitária sem respostas fáceis**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, Maringá, v. 25, n. 2, p.283-293, 2003. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br>. Acesso em 30/11/2009.

CORBUCCI, R. P. **Financiamento e democratização do acesso à Educação Superior no Brasil: da deserção do estado ao projeto de reforma**. Campinas, vol 25,n.88,p.677-701, out.2004.

CUNHA, A.L. **O Ensino Superior no octênio FHC**. Campinas, n. 82. p.37-61,abr. 2003.

_____. **A Universidade Temporã. O Ensino Superior da Colônia à Era Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CURY, C.R.J. As massas trabalhadoras começam a participar do banquete, mas o cardápio é escolhido à sua revelia, ou democracia educação escolar nos anos iniciais do século XXI. In: FÁVERO, O; SEMERARO, G. **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis, Vozes, 2002. p. 147-162.

CHAVES, J.L.V; LIMA, N.R; MEDEIROS, M.L. Reforma da Educação Superior brasileira de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva: políticas de expansão, diversificação e privatização da Educação Superior brasileira. In: BITTAR, M; OLIVEIRA, J; MOROSINI, M. **Educação Superior no Brasil - 10 anos pós-LDB** Brasília: INEP, 2008. 329-348.

_____. MENDES, O. da Cruz. REUNI: Contrato de Gestão na reforma da Educação Superior Pública. In: CHAVES, J.L.V; NETO, C.A; NASCIMENTO. **Políticas para a Educação Superior no Brasil: Velhos Temas e Novos Desafios**. São Paulo: Xamã. 2009.

CRUZ, R.E. **Banco Mundial e a política educacional: cooperação ou expansão dos interesses do capital internacional?** Educar em Revista, Curitiba, n. 22, p.51-75, 2003.

DAVIES, N. Mecanismos de Financiamento: a privatização dos recursos públicos. In: NEVES, L; **O empresariamento da Educação: novos contornos do Ensino Superior no Brasil dos anos 90**. São Paulo: Xamã, 2002.

DOURADO, F.L. **Reforma do Estado e as Políticas para a Educação Superior no Brasil nos anos 90**. Revista Sociedade e Educação. Campinas, v.23,n.80, p. 234-252, set./2002, Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 30/11/2009.

DURHAM, E.R. A Autonomia Universitária: extensão e limites. In: STEINER, E.J; MALNIC, G. (Org.). **Ensino Superior: Conceito e Dinâmica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p. 79-124.

FARACO, C. A. Breve história da Universidade Federal do Paraná. In: BURMESTER. A. M de O. (org). **Universidade Federal do Paraná 90 anos em construção**. Curitiba: UFPR. 2002. p. 17-26.

FÁVERO, M. L. A; LIMA, H.I. A UFRJ, Construção e Desenvolvimento. In: **A universidade no Brasil: concepções e modelos**. MOROSINI, M. Brasília: INEP, 2006, p. 85-102.

FONSECA, M. O Banco Mundial e a gestão da educação brasileira. In: OLIVEIRA, D. (org). **Gestão Democrática da educação. Desafios Contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 46-64.

GIARETA, P. F; PFIFER, M. Expansão da Educação Superior no Brasil: Panorama e perspectiva para formação de professores. In: **Cadernos do Professor**. v. 1. n.1. p. 15-35. Curitiba, UFPR/PROGRAD. 2009.

GONÇALVES, A. S. **Estado e expansão do Ensino Superior privado no Brasil: uma análise institucional dos anos de 1990**. Educar em Revista, Curitiba: n. 31, p.91-111, 2008.

HAGE, M.S; SEIFFERT,B.L.M.O Políticas de Ações Afirmativas para a Educação Superior no Brasil: da intenção à realidade. In: BITTAR, M; OLIVEIRA, J. **Educação Superior no Brasil - 10 anos pós - LDB**. Brasília: INEP, 2008. 348.

IMAGUIRE, K.JR; CASTRO.C.de. Arquitetura da Universidade Federal do Paraná. IN: BURMESTER. A. M de O. (org). **Universidade Federal do Paraná 90 anos em construção**. Curitiba: Editora UFPR. 2002. p.27-94.

LOWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen. Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento**. São Paulo: Busca Vida, 1987.

MANCEBO, D. Reforma da Educação Superior: o debate sobre a igualdade no acesso. Versão preliminar desse texto foi apresentada na XXIX Reunião Anual da ANPEd, em 2006, no colóquio "A Educação Superior na América Latina: o debate sobre a igualdade no acesso às universidades. In: BITTAR, M; OLIVEIRA, J. MOROSINI,M. **Educação Superior no Brasil - 10 anos pós-LDB Brasília**. INEP, 2008. p.56-70.

MARTINS, B. C. **Uma reforma necessária**. Campinas. São Paulo, n. 96.p.1001-1020,out. 2006.

MANCEBO, D; LÉDA, D.B. **REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente**. Educação e Realidade, n. 34, p. 49-64, jan. /abr. 2009.

MENDONÇA, P.C.W.A. **A universidade no Brasil**. n 14.p.131-150.mai/jun/jul 2000.

MICHELLOTO, R. M; COELHO, R.H; ZAINKO M.A.S. **A política de expansão da Educação Superior e a proposta de reforma universitária do Governo Lula**. Educar em Revista. Curitiba, n. 28, p.179-198, jul. /dez. 2006.

MICHELLOTO, R. M; UFPR: Uma universidade para a classe média. In: **A universidade no Brasil: concepções e modelos**. MOROSINI, M. Brasília: INEP, p. 73-84. 2006.

NEVES, W.M.L. As massas trabalhadoras começam a participar do banquete, mas o cardápio é escolhido à sua revelia, ou democracia educação escolar nos anos iniciais do século XXI. In: FÁVERO. O; SEMERARO.G. **Democracia e construção do público no pensamento educacional Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 163-185.

OLIVEIRA de. R. **A atualidade do debate sobre autonomia universitária**. Interface Comunicação, Saúde, Educação, v.3, n.4, p. 53-62, 1999. Disponível em: <http://www.interface.org.br/revista4/ensaio4.pdf>. Acesso em 25/ 11/2009.

OLIVEIRA, J. F. CATANI, M. A; HEY, A.P; AZEVEDO de; M. L.N Democratização do acesso e inclusão na Educação Superior no Brasil. In: BITTAR, M. OLIVEIRA, J.F. MOROSINI,M. **Educação Superior no Brasil - 10 anos pós-LDB**. Brasília: INEP, 2008. 71-88.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **CRES 2008**. Declaração e plano de ação da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e Caribe. Espanha. 2008.

PANDINI, S. **Escola de Aprendizes e Artífices do Paraná: “Viveiro de Homens Aptos e Úteis”. (1910-1928)**. Dissertação (Mestrado em Educação/Linha de Políticas e Gestão da Educação) Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: www.ppge.ufpr.br/teses/M06_pandini.pdf. Acesso em 22/09/2010.

RISTOFF, D. A universidade brasileira contemporânea: tendências e Perspectivas. In: **A universidade no Brasil: concepções e modelos**. MOROSINI, M. Brasília: INEP, 2006. p. 37-70

ROSSATO, R. **Universidade:nove séculos de História**. Passo Fundo: Ediupf,1998.

ROSAS, P. **Para compreender a Educação Superior Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SANTOS dos. P.L.B. **A Política de Ampliação da Oferta do Ensino Superior: Democratização?** Democratizar, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.1-9, mai./ag. 2008.

SAVIANI, D. **Ensino público e algumas falas sobre a Universidade**. São Paulo: Cortez, 1985.

SIQUEIRA, M.D. **Faculdade de Direito**. 1912/2000. Curitiba: UFPR, 2000.

SILVA, J. R. J. **Novas faces da Educação Superior no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA J. J. R. dos; SGUISSARDI, V. **A nova lei da Educação Superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público?** Revista Brasileira de Educação, n. 29, p. 5-27, mai./ag. 2005.

SOBRINHO, D. J. Concepções de universidade e avaliação institucional. In: TRINDADE. H (org) **Universidade em Ruínas. Na república dos professores**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUSA, L.Z.M.S. Avaliação do rendimento escolar como instrumento de gestão educacional. In: OLIVEIRA. D. (org). **Gestão Democrática da educação. Desafios Contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 264-281.

SCHWARTZMAN, S. **A universidade primeira do Brasil: entre *intelligentsia*, padrão internacional e inclusão social**. São Paulo, v.20, n.56. jan./apr. 2006.

TEIXEIRA, A. **Ensino Superior no Brasil. Análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. 2002. Disponível em www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a.../03_aatr_pp_papel.pdf e http://www.aatr.org.br/site/textos_publicacoes/index.asp. Acesso em 12/11/2010.

TRINDADE, H. (org.) **Universidade em ruínas: na república dos professores**. Petrópolis: Vozes, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. 1912-2007. **História e Estórias**. BARANOW, G; SIQUEIRA, M. D. (org). Curitiba: UFPR, 2007.

_____. **Notícias da UFPR**. Ano 8. n. 43. Abril 2009.

_____. **Relatório de atividades 2008**. Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças. Curitiba: 2009. Disponível em: <http://www.proplan.ufpr.br/home/CPI/RelatoriosUFPR.php>. Acesso em 29/09/2010.

_____. **Relatório de atividades 2009**. Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças. Curitiba: 2010. Disponível em: <http://www.proplan.ufpr.br/home/CPI/RelatoriosUFPR.php>. Acesso em 29/09/2010.

_____. **UFPR em Números 2009**. Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças. Curitiba: 2009. Disponível em: <http://www.proplan.ufpr.br/home/CPI/RelatoriosUFPR.php>. Acesso em 29/09/2010.

_____. **Relatórios de Gestão 2008**. Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças. Curitiba: 2009. Disponível em: <http://www.proplan.ufpr.br/home/CPI/RelatoriosUFPR.php>. Acesso em 29/09/2010.

_____. **Relatórios de Gestão 2009**. Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças. Curitiba: 2009. Disponível em: <http://www.proplan.ufpr.br/home/CPI/RelatoriosUFPR.php>. Acesso em 29/09/2010.

_____. **Plano REUNI**. Disponível em <http://www.ufpr.br/reuni/>. Acesso em 04/10/2010.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**. 2007-2011. Disponível em: <http://www.proplan.ufpr.br/home/CPI/ArquivosPDI.php>. Acesso em 12/10/2010.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **100 Anos. Construir conhecimento é nosso ofício há um século**. Curitiba: Edição Comemorativa. Grid, 2009.

_____. **Uma História de 100 Anos.** LEITE, J.C.C (org). 1ª Edição. Curitiba: UTFPR, 2010.

_____. **Plano REUNI.** Disponível em <http://www.utfpr.br.edu/reuni>. Acesso em 04/10/2010.

VIEIRA, L. S. **O público, o privado e o comunitário na educação.** Educação e Sociedade, Campinas, v.2, n. 27, p.5-27, set.1987.

VOGT, C. **Em defesa da Universidade pública.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 2, n. 42, p.237-255, ag. 1992.

WACHOWICZ, R. C. **Universidade do Mate.** Curitiba: UFPR. 2.ed.2006.

WESTPHALEN, C; M. **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná- 50 anos.** Curitiba: SBPH-PR, 1988.

_____. **Universidade Federal do Paraná. 75 anos.** Curitiba: SBPH-PR, 1987.

ZAGO, N. **Do acesso à permanência no Ensino Superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares.** Revista Brasileira de Educação, v.11, n.32, mai./ago. 2006.

ZAINKO, M.A.S. A política de expansão e os desafios da Educação Superior no Brasil. In: **Cadernos do Professor.** Curitiba, v. 1, n.1. p. 35-50. UFPR/PROGRAD. 2009.

